

PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

176

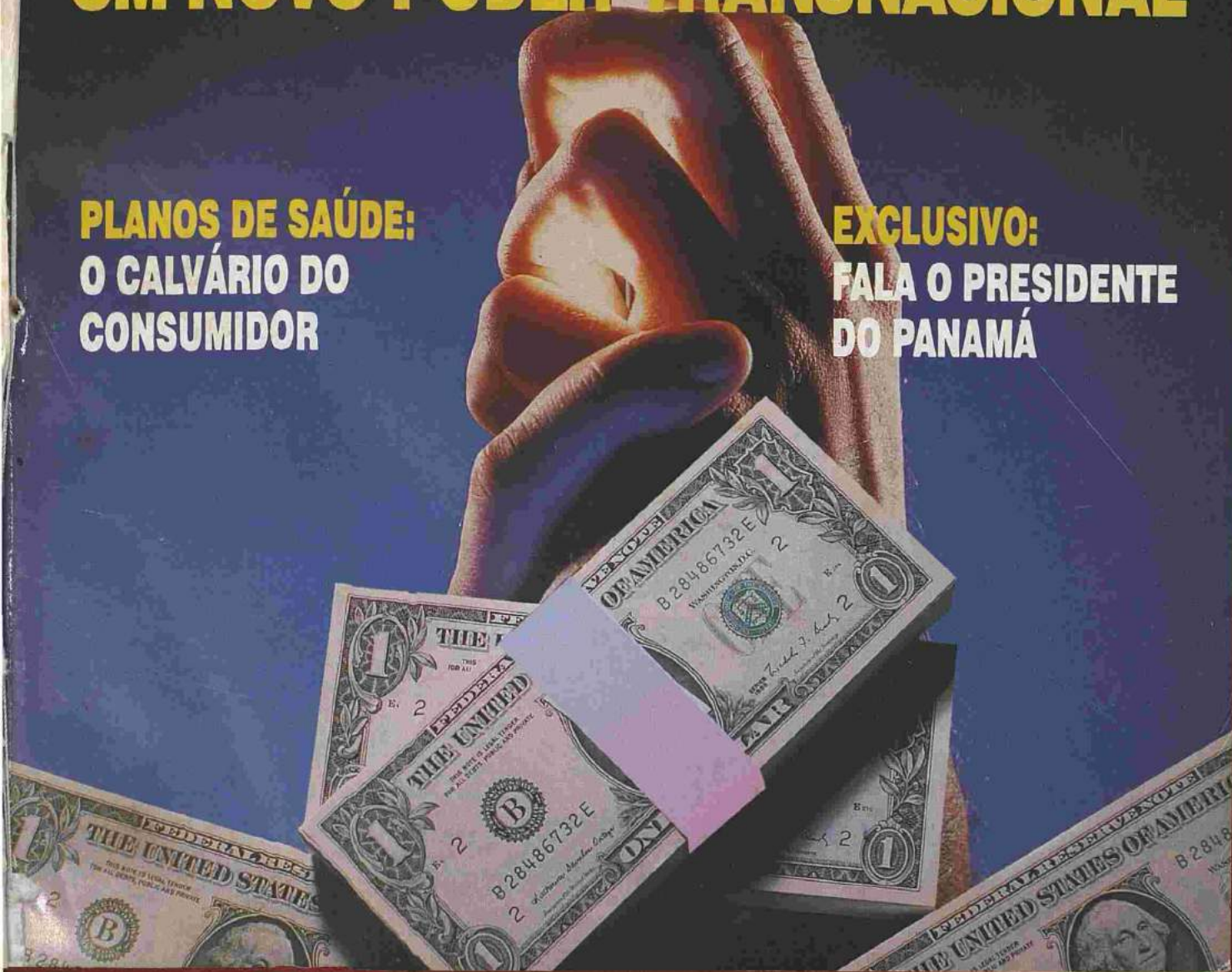
GRANDES REPORTAGENS:
A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

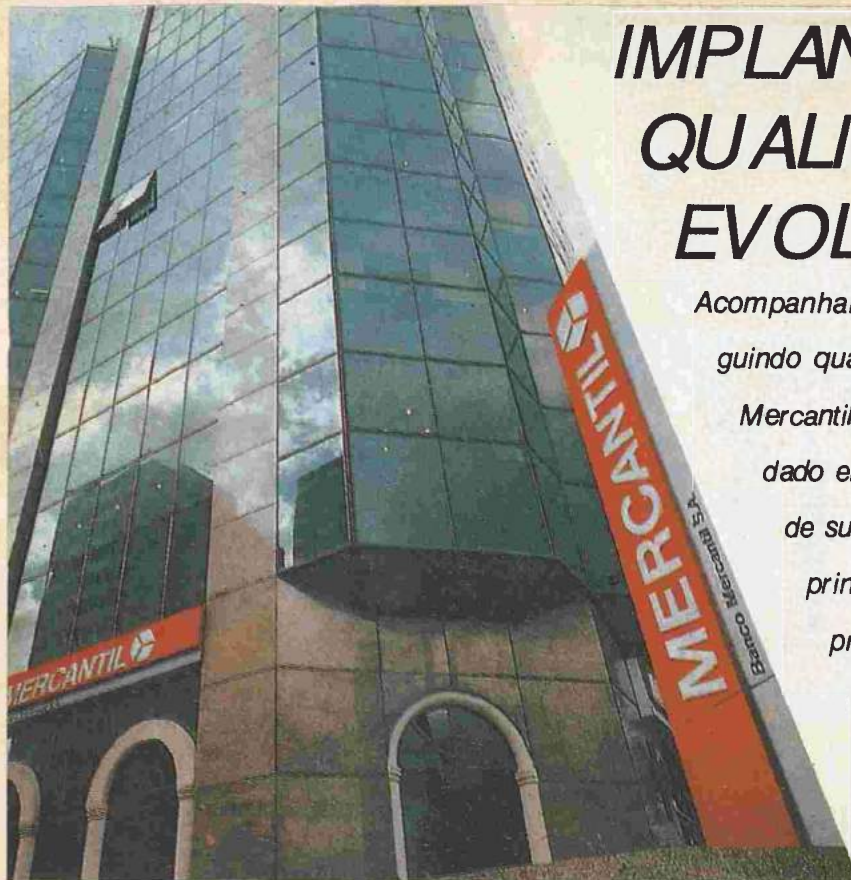
DROGAS

UM NOVO PODER TRANSNACIONAL

PLANOS DE SAÚDE:
O CALVÁRIO DO
CONSUMIDOR

EXCLUSIVO:
FALA O PRESIDENTE
DO PANAMÁ





Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Ocupar espaços.

*Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.*

Evoluir. Solidamente.

Conquistar novos mercados.

Valorizar, mais que tudo, o cliente.

Ser um banco contemporâneo.

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

Editora Terceiro Mundo Ltda.



Nossos leitores sabem que desde o começo de 1994 estamos comemorando os vinte anos de cadernos do terceiro mundo, que se cumprem em setembro deste ano. A proximidade do nosso vigésimo aniversário nos levou a criar uma nova seção, "Grandes Reportagens", onde estamos republicando os principais artigos desse período. Por isso, almejamos que os leitores mais conscientes conheçam melhor a trajetória de nossa publicação e os mais antigos avaliem, à luz das novas realidades, a cobertura que demos a fatos que marcaram estas duas décadas.

Mas a data não pode ser comemorada só olhando o passado. Pretendemos projetar nosso trabalho para o futuro, levando em consideração as mudanças produzidas nestas duas décadas e as novas expectativas de nossos leitores. Assim, queremos estabelecer um "diálogo" com nosso público para conhecer sua opinião sobre a revista, suas diferentes seções, o tratamento dos temas, a diagramação etc.

O questionário que publicamos a seguir é uma tentativa de estabelecer com nossos leitores uma relação mais direta. Desde já, agradecemos o tempo que dedicarem a respondê-lo.

As respostas devem ser dirigidas a:

Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - Gr. 105-106
Glória - 20241-180
Rio de Janeiro - Brasil

1. Que seções você considera mais interessantes?

- | | |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> América Latina | <input type="checkbox"/> Minorias |
| <input type="checkbox"/> África | <input type="checkbox"/> Drogas |
| <input type="checkbox"/> Ásia | <input type="checkbox"/> População |
| <input type="checkbox"/> Oriente Médio | <input type="checkbox"/> Mulher |
| <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Outros |

2. Quais seções lhe parecem menos interessantes?

.....
.....

3. Interessa que incluamos outras regiões?

- Sim Não

Quais?

.....

4. Gostaria que tratássemos de outros temas?

- Sim Não

Quais?

.....

5. Você considera bom o tamanho dos artigos?

- Sim Não

Explique por que:

.....

6. O que você acha de nossas capas?

- Boas Ruins
 Regulares

7. Alguma em particular chamou a sua atenção?

- Sim Não

Lembra qual foi o número da revista?

.....

8. Você considera adequado o nome da revista?

- Sim Não

Por quê?

.....

9. O que você acha da apresentação visual dos temas?

- Boa Regular Ruim

10. Qual a sua opinião sobre o Suplemento?

- Bom Regular Ruim

11. Tem algum outro comentário ou sugestão sobre nosso trabalho?

.....

Nome

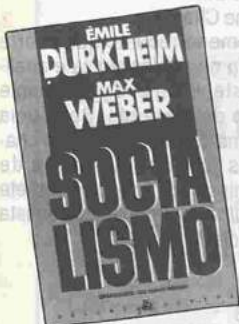
Ocupação Idade

Endereço

Cidade

Estado CEP

POSTAL NORTE SUL



SOCIALISMO
Emile Durkheim e Max Weber
Organizado por Luis Carlos Fridman
Dois grandes autores clássicos da sociologia discorrem sobre o futuro e a possibilidade da justiça social plena. São ensaios e conferências inéditas em português, com análises às vezes até proféticas
128 pp E 344 R\$ 11,50

CUBA SIM, BLOQUEIO NÃO
Jurema Finamour
Na série "Panfleto", a autora trata do bloqueio norte-americano imposto à ilha do Caribe, das relações comerciais internacionais que na prática foram este bloqueio e das perspectivas do regime cubano, que tem recebido solidariedade de muitos países.
66 pp E 314 R\$ 4,00



COLAPSO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL
Organizado por Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral
Um convite à reflexão sobre os impasses e limites deste setor da vida nacional, através de textos de Benício Viero Schmidt, Brasilmar Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo Conde Aguiar
152 pp
E 341 R\$ 10,00

VISÕES DO GOLPE DE 1964
Maria Ceilina D'Araujo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro
O livro reúne depoimentos de militares que vieram a ocupar posições de relevo no sistema de informações criado a partir de 1964. A obra nos faz rever páginas da história recente do país, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a posse de Costa e Silva, em 67
256 pp
E 346 R\$ 15,00



POLÍTICA BRASILEIRA DE 1945 A 1990 - UMA VISÃO NACIONALISTA
Oswaldo Lima Filho
Uma visão aprofundada dos principais temas que estiveram em discussão nas últimas décadas no Brasil, sempre com a perspectiva de identificar, analisar e defender o real interesse nacional
324 pp
E-340 R\$ 18,70



SHORTCUTS - CENAS DA VIDA
Raymond Carver
Com prefácio do cineasta Robert Altman, responsável pela versão cinematográfica do livro, esta obra reúne pequenos contos sobre gente comum. Sua grande qualidade é dar emoção e significado a fatos aparentemente destituídos de grandeza
179 pp
E348 R\$12,14



Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.
Profissão

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
 Cheque(s) nominal(is) em anexo à Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Vale Postal - Agência Lapa Assinante Não-assinante
 Pagarei por Reembolso Postal
 Autorizo débito no meu cartão

Que tem validade até ____ / ____ No valor de CR\$
Cartão Nº
[] []

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data:/...../.....
Assinatura do comprador _____

CÓD.	QUANT.

Cadernos nº 176

POSTAL NORTE SUL

CONDOMÍNIO DO DIABO

Alba Zaluar
O livro reúne ensaios publicados sobre dois aspectos destacados pela antropóloga em suas pesquisas: o efeito devastador do crime organizado sobre os jovens da periferia urbana e a incapacidade do Estado de atingir os processos de conversão destes jovens à carreira criminosa. O livro tenta desmontar a máquina destes "círculos infernais", para ir em busca de uma sociedade de paz, justiça e liberdade.
278 pp. cód. E-351
R\$24,50

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.
Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadros e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada. 327pp E 318
R\$ 19,00

CUBA EXPORTA SAÚDE, NÃO ARMAS

Jurema Finamour
O tema é o sistema de saúde cubano e os avanços da medicina na ilha, tratando também da solidariedade e do tratamento que o regime de Fidel Castro tem dado

às vítimas soviéticas da catástrofe de Chernobyl.
74 pp
E-316
R\$4,00

QUALQUER FERRO VELHO

Anthony Burgess
Um grupo heterogêneo de personagens leva o leitor a viajar através da história do século. Num mundo em mutação, eles desioçam-se no espaço e no tempo ao sabor dos conflitos na Europa e no Oriente Médio, e assistem à criação do Estado de Israel e de Gales independente, libertada do jugo saxão.
368 pp
cód. 350
R\$ 23,80

1994 - IDÉIAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

Vários autores
Os autores (intelectuais, militantes ou simpatizantes do PT) desenvolvem propostas para um governo popular e democrático no Brasil
195 pp R\$ 10,00

OS DONOS DO CONGRESSO

A farsa na CPI do Orçamento
Gustavo Krieger, Fernando Rodrigues e Elvis Cesar Bonassa
Uma análise aprofundada e ágil sobre um dos maiores escândalos políticos brasileiros dos últimos tempos. A informação a serviço da consciência nacional. Prefácio de Boris Casoy. 237 pp E 335
R\$8,40

A INSÂNIA - DA RADIOATIVIDADE À AIDS

Jurema Finamour
A autora examina a possibilidade de a Aids ter sido fabricada no laboratório e informa sobre os sistemas de prevenir e tratar a doença de vários países, entre eles Cuba e Suíça. Trata também dos desastres nucleares e do perigo que representam as usinas.
62 pp
E-315
R\$ 4,00

RETRATOS E FATOS DA HISTÓRIA RECENTE

Carlos Castello Branco
O famoso jornalista traça os perfis de várias pessoas que ajudaram a construir a História recente brasileira, desde os presidentes João Goulart (Jango) e Jânio Quadros até Itamar Franco
205 pp
E338
R\$14,70

A CONSTITUIÇÃO NA HISTÓRIA - ORIGEM E REFORMA

Marcello Cerqueira
O autor examina as constituições de diversos países, desde a época da Revolução Francesa até nossos dias. Com uma visão erudita e corajosa da história, mostra os choques políticos que se escondem debaixo da redação das leis, desnudando o real funcionamento do poder
439pp
E 347 R\$ 36,30

"FICAR COM"

Jacqueline Chaves
Um fenômeno recente que ocorre sobretudo na adolescência é analisado neste volume, originalmente uma tese de mestrado. Seria uma nova forma de relacionamento criada pelos jovens, ou a falta de compromisso do "ficar com" reflete apenas uma sociedade consumista e anti-social?
154 pp
E336
R\$ 14,43

PARTICIPAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Organizado por Victor Valla e Eduardo Stotz
Os artigos do livro foram produzidos por membros do Grupo de Trabalho Participação Popular do Programa de Apoio à Reforma Sanitária da Fundação Oswaldo Cruz. Os temas vão desde as práticas alternativas nestas áreas até as lutas ambientais
160 pp
E 343
R\$ 8,00

CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour
O livro fala sobre as descobertas, intervenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobrevive graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.
406pp
E 349
R\$10,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

ASSINE DUAS REVISTAS QUE SOMAM NA SUA INFORMAÇÃO



PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	A R\$ 44,00	B 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	C R\$88,00	D 3 X R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias

CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

cadernos Ecologia

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória- CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511
OU PELO FAX (021) 252-8455

MEU PEDIDO DE:

Assinatura "cadernos" Assinatura "Ecologia"

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de pagamento é: (A) (B) (C) (D)

A opção do meu amigo é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando meu pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso Postal

Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____ (nome do cartão)

Nome do titular do Cartão _____

Nº do Cartão _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador _____

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

A CIÊNCIA PARA TODOS

Página 2

MULHER

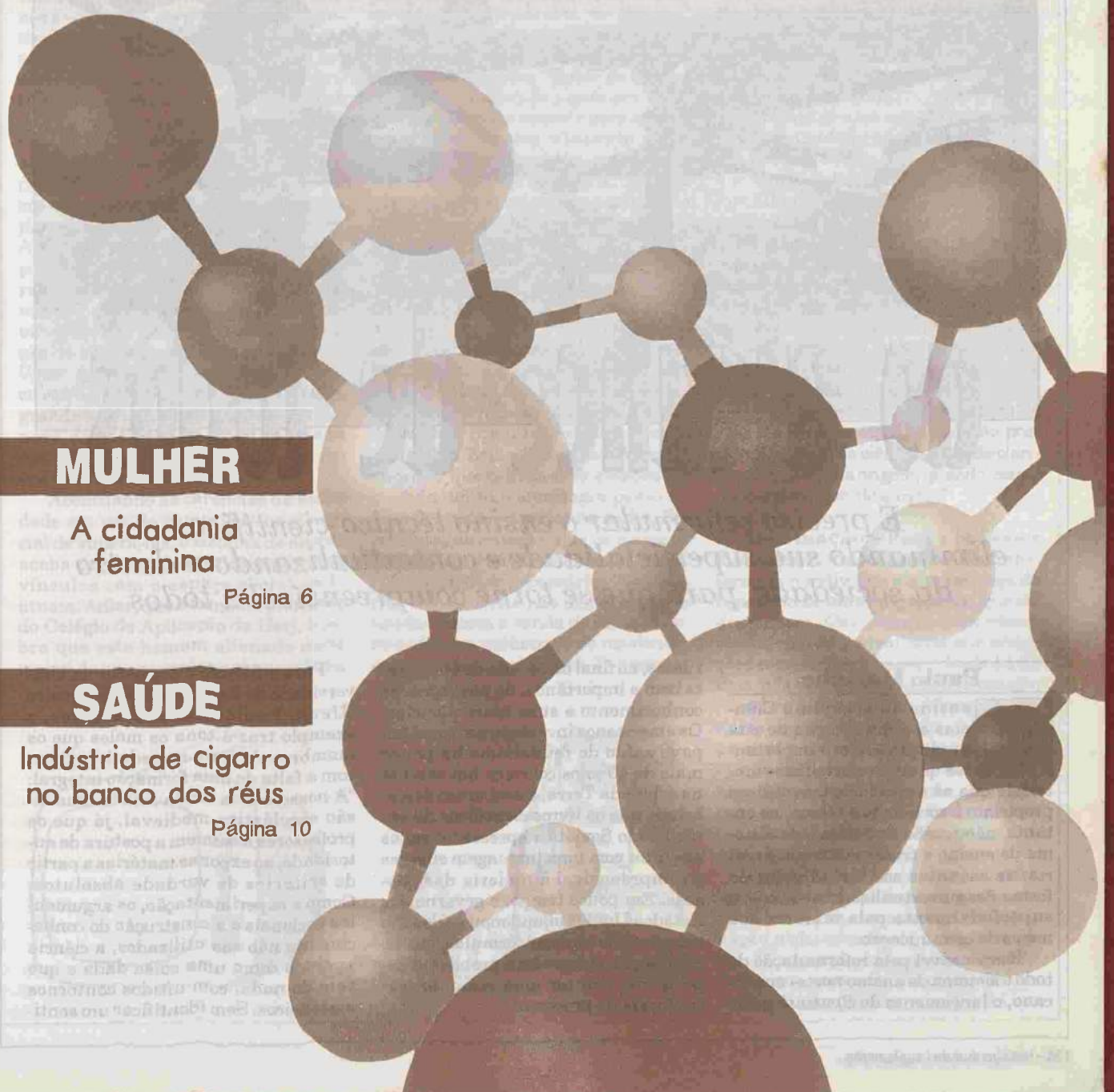
A cidadania
feminina

Página 6

SAÚDE

Indústria de cigarro
no banco dos réus

Página 10





É preciso reformular o ensino técnico-científico, eliminando sua superficialidade e contextualizando-o dentro da sociedade, para que se torne compreensível a todos

Paulo Marinho

O ensino da disciplina Ciências e a divulgação de sua produção são tão importantes quanto os benefícios materiais que as descobertas científicas propiciam à sociedade. O tema, no entanto, não recebe da mídia e do sistema de ensino o tratamento que deveria: os assuntos são trabalhados de forma descontextualizada na escola e superficialmente pela maioria dos meios de comunicação.

Responsável pela reformulação de todo o sistema de ensino norte-americano, o lançamento do *Sputnik* pelos

russos, no final da década de 50, reafirma a importância da passagem do conhecimento e suas conseqüências. Os americanos investigaram como um povo saído do feudalismo há pouco mais de 40 anos colocara um satélite na órbita da Terra, e acabaram descobrindo que os livros científicos da então União Soviética apresentavam os assuntos com uma linguagem simples e compreensível à maioria das pessoas. Em pouco tempo, o governo dos Estados Unidos abandonou a filosofia simplista de ensinar fórmulas, que os estudantes aplicavam a problemas específicos, sem ter uma visão contextualizada do processo.

Para o filósofo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Paulo Alexandre Adler, o exemplo traz à tona os males que os membros de uma sociedade sofrem com a falta de uma formação integral: "A nossa escola ainda reflete uma visão escolástica medieval, já que os professores assumem a postura de autoridade, ao expor as matérias a partir de critérios de verdade absolutos. Como a experimentação, os argumentos racionais e a construção do conhecimento não são utilizados, a ciência aparece como uma coisa dada e que veio do nada, com nítidos contornos metafísicos. Sem identificar um senti-

do naquilo que lhe é apresentado, o aluno não sente o prazer de conhecer e se torna mero espectador de um sistema que forma homens sem raízes."

Barbárie – Autor da tese "Ponto de Vista, Tempo e Construção de Objetos – Uma Leitura de Einstein e Hume a partir de Kant", Adler adverte que a escola centrada na crença mítica do conhecimento, dando aos alunos respostas a perguntas cujos enunciados eles sequer elaboraram: "Para se escolher, o ser humano precisa ter acesso a uma racionalidade; do contrário, a escolha acaba sendo feita por quem formula os problemas e dá as soluções. Na medida em que não se resolve como sujeito, o indivíduo passa a protagonizar uma nova forma de escravismo, agora fundamentada numa pretensa cientificidade. Na Grécia Antiga, o modelo de exclusão tinha por esboço o trinômio escravo/guerreiro/rei filósofo; hoje, o sistema impõe um projeto de modernidade sem dimensão ética e calcado na mera solução de problemas técnico-científicos. Como quase nunca leva em conta a cultura popular, o sistema exclui a grande maioria e deixa entrever uma nova estratificação social centrada nas classes cientista/guerreiros/escravos."

Acentuando as carências da sociedade em vez de cumprir a função social de superá-las, o sistema de ensino acaba produzindo profissionais sem vínculos com o espaço social onde atuam. Adler, que é também professor do Colégio de Aplicação da Uerj, lembra que este homem alienado nada mais é do que a versão contemporânea

do bárbaro: "As escolas acabam encaminhando ao mercado de trabalho professores, engenheiros, filósofos e representantes de outras categorias incapazes de transformar a realidade e acomodados diante de problemas que deterioram a qualidade de vida e ameaçam a própria sobrevivência da humanidade." Acostumado a ministrar cursos de ética para alunos de pós-graduação em jornalismo, na Universidade de Tiradentes, em Sergipe, Adler alerta que a divulgação da produção científica em nosso país também é prejudicada: "Todas as teorias científicas modernas jogam por terra a superada visão eurocêntrica que dividiu e fragmentou o saber humano em disciplinas distantes umas das outras; enquanto isso, nossa mídia, com raras exceções, não acompanha essa desconstrução e reforça a pseudocientificidade do sistema."

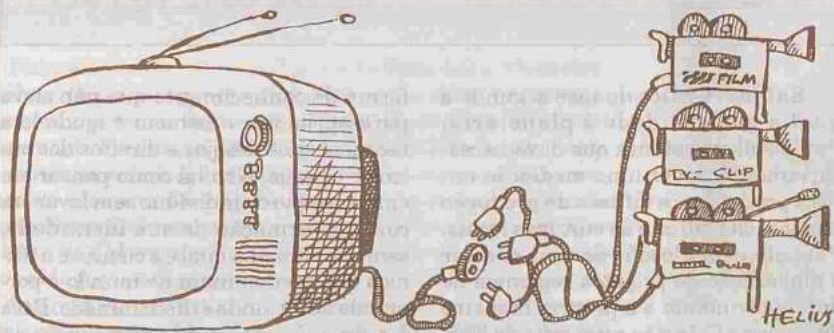
Mídia – A matéria jornalismo científico integra o currículo do curso de jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) há dez anos. Muito embora a disciplina seja optativa, cerca de 20 alunos se inscrevem a cada semestre para cursá-la. Titular da cadeira nos últimos cinco anos, a professora Érika Franzizka Werneck entende que o interesse cresceu na medida em que a ecologia passou a ocupar grandes espaços na mídia. Ela lamenta, no entanto, que os meios de comunicação não trabalhem os temas com a seriedade necessária: "As matérias sobre ciência não dão prestígio e não favorecem a venda de espaços publicitários a indústrias de inseticida, automóveis ou sabonetes. Por isso, os

donos de jornais preferem reproduzir os textos que vêm do exterior a contratar pessoal para desenvolver temas locais, o que elevaria os custos da empresa." Érika, que atuou sete anos no programa de televisão *Globo Ciência* e participou do precursor *Nossa Ciência*, da TV Educativa, critica o sensacionalismo que a mídia eletrônica utiliza: "As matérias veiculadas em programas como *Globo Repórter* e *Fantástico* não têm a intenção de divulgar a Ciência, torná-la compreensível e fazer com que o indivíduo dê um passo adiante no caminho da cidadania."

À frente de uma iniciativa que reúne a comunidade acadêmica, o poder público e a mídia, Érika Franzizka, que também dá aulas de Tele e Rádio-jornalismo, entende que o papel do profissional da imprensa consiste em estabelecer as relações quase nunca visíveis do discurso científico com o dia-a-dia da população: "Para que o cientista não fique no pedestal, é necessário perguntar tudo exaustivamente, porque, do contrário, a sociedade fica sem entender os resultados das pesquisas e sua importância. Cabe ao jornalista investigar todas as áreas do saber, inclusive aquelas que não possuem estatuto de ciência, a fim de clarificar o objeto, sua origem, quando, como, onde e para quê ele surgiu."

Dominação – Para o professor Paulo Adler, todos esses fatores transformam o indivíduo em mera peça de reposição de uma engrenagem que ele desconhece. Os efeitos de uma educação alienante podem produzir situações como a que marcou o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Na ocasião – lembra Adler – um *pool* de empresas norte-americanas envolveu 600 mil pessoas na confecção de uma bomba que ia ser usada contra os nazistas, mas acabou sendo jogada no Japão para intimidar a União Soviética, então aliada dos Estados Unidos na luta contra o Terceiro Reich.

Paulo Adler projeta um futuro sombrio para os países que ainda não perceberam os mecanismos de dominação utilizados neste final de milênio: "Uma nação é dominada na medida em que passa a utilizar uma tecnologia que não detinha, mas lhe foi im-



Respeitando o saber popular

Envolvendo a comunidade acadêmica, órgãos públicos e empresas privadas, algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no estado do Rio para transformar o ensino e a divulgação da produção científica em instrumento voltado para o desenvolvimento da cidadania. O mais adiantado deles é o programa radiofônico *E por falar em Ciências* que, desde janeiro de 1993 vai ao ar todas as terças-feiras, às 7h45min da manhã, na rádio Ministério da Educação e Cultura (MEC). Produzido por Érika Franzizka, o programa, em seus 15 minutos de duração, veicula matérias que passam pela descrição de doenças como a esquistossomose, sua incidência no Brasil e no mundo e os cuidados que devem ser tomados com a água para evitá-la. As reportagens contam com a permanente participação de cinco alunos matriculados na cadeira de jornalismo científico da UFF. Surgida durante a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a idéia foi acolhida pela rádio e pela Faperj que concede bolsas de estudo aos estagiários.

Lançada em maio passado, no Complexo de Quintino (no bairro de mesmo nome que fica na Zona Norte do Rio), a Praça da Ciência é outra iniciativa que conta com a participação da Faperj. O projeto, a ser construído numa área de 2 mil m², prevê a instalação de módulos que se tornarão oficinas experimentais, com laboratórios equipados para demonstrar os princípios básicos da ciência em suas diversas áreas. O objetivo é despertar a curiosidade e o interesse das 1.500 crianças e adolescentes ali abrigados: "As

crianças que trabalham na oficina de lanternagem vão saber os princípios da Física contidos na atividade que desenvolvem, o mesmo acontecendo em outras áreas do conhecimento como a botânica, química, astronomia", comentou o superintendente da Faperj, Fernando Peregrino, que espera contar com a iniciativa privada para implantar a praça.

Igualmente à procura de recursos, o Museu Interativo de Ciência é outro projeto que leva em conta a valorização do saber popular e a conseqüente diminuição da distância existente entre o discurso científico e a verdadeira arte de encontrar soluções trabalhando com o precário. Escolhido para representar o Brasil no Congresso Educação para Ciência e Tecnologia, realizado em Israel, em janeiro passado, o projeto, concebido pela professora Fátima Branquinho, propõe uma alternativa para popularizar a ciência a partir do ponto de vista



A ciência pode ser ensinada através da visão das crianças

das crianças das classes populares. A ser instalado em área cedida à Uerj pelo proprietário da Reserva Particular da Fazenda Bom Retiro, em Casimiro de Abreu (município do estado do Rio), o projeto prevê a criação de 20 ambientes, com cada conjunto apresentando um problema científico e a tecnologia a ele ligada, tendo por pano de fundo a História das Ciências. O Museu inclui ainda a criação de um Centro de Visitantes, formado por trilhas que vão mostrar borboletários, formigários, canto de pássaros, imagens da floresta e uma interpretação da natureza, que terá a dupla função de passar noções de educação ambiental e promover o ecoturismo na região.

posta em nome de uma pretensa modernidade. Como não se apropria daquela técnica a partir de seu próprio ponto de vista, o usuário, mesmo quando a utiliza, não entende a racionalidade da máquina. Os que não conseguem dominar os mecanismos são excluídos e o choque cultural daí advindo é usado como argumento para desaconselhar investimentos na educação dos marginalizados."

Saída – Crítico da tese segundo a qual a modernidade é planetária, Paulo Adler sustenta que deve necessariamente haver uma mediação entre a produção e a difusão da produção técnico-científica e as culturas locais. Para ele, esta filosofia deveria nortear a elaboração de projetos regionais de desenvolvimento e a própria maneira de ensinar Ciências num país de Terceiro Mundo como o nosso: "Não vejo

forma de conhecimento que não sirva para aprimorar o homem e ajudá-lo a reconhecer os desejos e direitos dos outros e os seus. Não há como pensar em emancipação do indivíduo sem levar em conta a formação de sua identidade, sem que ele saiba qual é a ciência e a técnica que predominam no mundo e porque ele foi ou ainda é discriminado. Essa é a única maneira de ensinar ciência sem eliminar o sujeito", concluiu. ■



PRÊMIO

A Casa Cuba-Brasil do Rio de Janeiro, ligada à Secretaria de Estado de Cultura, concedeu o prêmio José Martí a 24 personalidades pelo trabalho desenvolvido em várias áreas. A cerimônia de entrega foi realizada no Teatro João Caetano (centro do Rio), no dia 26 de julho, escolhido como data mundial de solidariedade a Cuba. Em 26 de julho de 1953, ocorreu o assalto ao quartel de Moncada, um dos marcos do início da queda da ditadura de Fulgêncio Batista e da ascensão do socialismo no país.

O diretor da revista **cadernos do terceiro mundo**, Neiva Moreira, recebeu o prêmio José Martí na categoria Imprensa, pelo papel da publicação no debate das questões dos países periféricos. O prêmio foi entregue pelo jornalista Domar Campos, que representou o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho.

Também foram premiados o bispo de Duque de Caxias D. Mauro Morelli (Direitos Humanos), o ator Paulo Betti (categoria Cinema), o compositor Taiguara (Música), o advogado Antônio Modesto da Silveira (Contribuição ao Socialismo), e a artista plástica Celeida Tostes (Artes Plásticas), entre outros.

LÉLIA GONZÁLEZ

Faleceu no dia 10 de julho a socióloga Lélia González. Conhecida por suas posições firmes no combate ao racismo, assumiu em junho deste ano o cargo de diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ. Defendia a tese da amefricanidade, uma forma de fusão das heranças americana e africana dos negros de toda a América, resultando numa identidade em comum. A socióloga foi diretora do Planetário da Gávea e era membro do Instituto Mundial dos Povos Negros, sediado em Burkina Faso (África). Participou de diversos eventos que tinham como tema a cultura negra, como o Congresso Negritude e as Culturas Afro das Américas, realizado em Miami em 1987.

MOEDA DE TROCA

O governo e suas principais lideranças políticas estão procurando apressar a votação do projeto que tramita no Congresso sobre cabodifusão. A idéia é votar o substitutivo, assinado pelo deputado Koyu Iha (PSDB-SP), no esforço concentrado que os parlamentares estão prevendo para este mês de agosto. Embora o projeto tenha sido elaborado no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, suspeita-se que o governo pretenda usar as concessões para a instalação de TVs a cabo da mesma forma que o ex-presidente José Sarney fez com a distribuição de rádios FM: como barganha político-eleitoral.

IDOSOS NO BRASIL

Apesar de o Brasil continuar sendo um país "jovem", vem ocorrendo um aumento da participação dos maiores de 60 anos no total da população. Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país conta hoje com 11 milhões de idosos, representando 7,5% da população. Em 2025, o contingente será de 32 milhões (15% do total de brasileiros). O Rio Grande do Sul é onde os habitantes têm a maior média de expectativa de vida - 70 anos. O menor índice é da Paraíba - 50 anos de vida em média.

As causas para o envelhecimento da população são diminuição da taxa de fecundidade e da mortalidade causada por doenças infecciosas e parasitárias, segundo Sheila Miranda, coordenadora do Programa de Atenção à Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde.

Para ela, o Brasil passa por uma "transição demográfica" e há "um total desconhecimento do que significa o envelhecimento populacional em termos sociais e econômicos". Outra preocupação é a falta de estrutura dos hospitais públicos para o atendimento da população idosa.





Elas estão presentes nas profissões masculinas

Sexo frágil que não foge à luta

Patrícia Costa

O seminário Políticas Públicas sob a Ótica do Gênero, mais recente encontro de preparação para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, capital da China, que ocorrerá em setembro de 1995, foi um exemplo de como é possível aliar movimentos civis a iniciativas governamentais.

Realizado em junho, no Rio de Janeiro, pelo Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, através do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim/RJ) e do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF/SP), o seminário teve como objetivos discutir e elaborar propostas a serem encaminhadas ao grupo de trabalho que está fazendo o relatório do governo brasileiro para a conferência. Um segundo objetivo era

definir propostas para serem utilizadas no processo nacional de mudança de governo, segundo Maria Tereza Augusti, do CECF/SP, uma das organizadoras do evento. A intenção é agendar encontros com todos os principais candidatos à presidência da República, que vão receber formalmente as reivindicações das mulheres (*ver quadro*).

Temas como o papel do Estado e a realidade brasileira, ações do movimento de mulheres no Brasil e a ótica do gênero nas políticas públicas servirão para aprofundar a troca de experiências de pessoas vindas de regiões e realidades brasileiras diversas e contribuir no processo de amadurecimento da relação dos órgãos governamentais — os Conselhos Estaduais que, atualmente, são 11, e os municipais, 40 — com organizações civis. “O momento é muito importante, pois vem aí não só a Conferência de Bei-

Seminário discute propostas que serão encaminhadas ao governo brasileiro para a elaboração do relatório da Conferência de Beijing, a ser realizada no ano que vem

jing, mas também a do Cairo, sobre população, e as eleições nacionais ‘casadas’. Por isso estamos vigilantes. O processo de construção de políticas públicas é delicado. Por exemplo, o caso do planejamento familiar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem uma posição clara no sentido de não se oferecer abertamente os métodos contraceptivos à população como um todo. Eu mesma sou católica, mas o Estado brasileiro é laico e nenhuma religião pode interferir nisso. Seria um retrocesso o Estado submeter-se a uma imposição desse tipo”, diz Maria Tereza Augusti.

A coordenadora regional do Brasil e Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Branca Moreira Alves, é da mesma opinião. “O Vaticano está fazendo de tudo para tentar eliminar o capítulo sobre os direitos reprodutivos da Conferência sobre População.

MULHER

O papa só admite contracepção por método natural, ou seja, a abstinência. É uma Igreja católica medieval a que nós temos hoje, que quer eliminar a camisinha em plena era da Aids", conta ela.

Potencial— Porém, apesar dessa reação, Branca Alves acredita que o Brasil tem um potencial latente que pode aflorar a qualquer momento. Do ponto de vista da diplomacia brasileira, por exemplo, há um grande avanço: "O Brasil está levando para o Cairo sua posição de defesa dos direitos reprodutivos; está assumindo a briga, e eu acho que vai mantê-la, apesar das pressões. Também nas consultas que o governo está fazendo para o relatório nacional que levará à Conferência da ONU sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, as posições aparecem muito abertas. Isso me leva a crer que o relatório final será bastante progressista e corresponderá às propostas do movimento das mulheres."

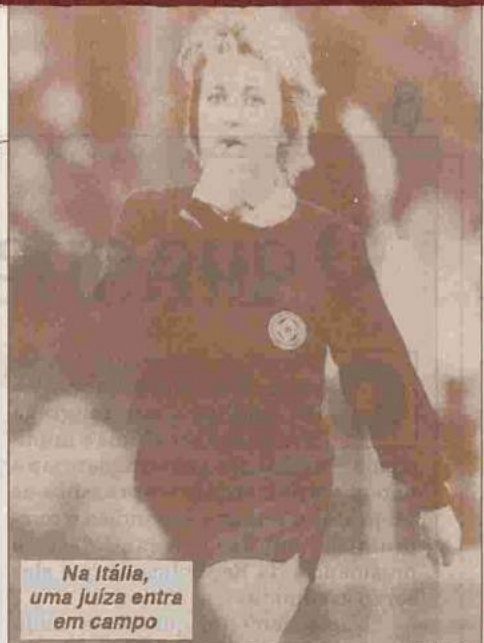
Branca Alves lamenta que as políticas públicas brasileiras para a mulher ainda estejam no papel, como o chamado Pacto da Igualdade, por falta de vontade política de implementá-las nacionalmente, mas garante que, pelo menos em alguns Estados, certas conquistas importantes já foram feitas, principalmente na área de violência e de direitos reprodutivos, como as delegacias de mulheres, que proliferaram nos últimos anos.

Segundo a coordenadora, nos outros países da América Latina esse processo é um pouco mais efetivo. Na Argentina, há um conselho da mulher "muito atuante" que conseguiu implantar uma política nacional de educação não-discriminada e, na área de

violência, obteve uma legislação sobre violência específica contra a mulher. Na área de trabalho, em nível nacional, está desenvolvendo uma política de capacitação de mulheres para entrar no mercado até em atividades tipicamente masculinas.

O movimento de mulheres no Brasil, hoje, está rearticulado e integrado, segundo as participantes do encontro. Há representantes dele nos órgãos do Estado (os conselhos), dentro dos partidos, dos sindicatos, nos núcleos de universidades fazendo pesquisas. "Precisamos enraizar isso e melhorar nossa eficácia e atuação na área de políticas públicas. Esse seminário serve para isso", afirma Maria Tereza Augusti.

Parceria — Rosiska Darcy de Oliveira, que foi coordenadora do Planeta Fêmea do Fórum Global, na Rio-92, e autora do livro *O elogio da diferença*, foi uma das mais veementes palestrantes do seminário, ao dizer que a fome foi o legado que a humanidade herdou do modelo econômico mundial: "O mundo está sendo dividido entre excluídos e incluídos, com concentração de renda apenas para uma pequena parcela da humanidade. Isso se reflete no Brasil: concentração de riqueza, privatização, diminuição das políticas de socorro a quem está na miséria. Isso se reflete na vida da brasileira. Ela está fora do mercado de trabalho, e quando dentro, ganha menos; a mídia não ajuda a mudar esse quadro, e a escola só o ratifica e legítima." Ela crê que, para mudar, é preciso uma escola não-discriminatória, uma mídia que apoie as mulheres e um mercado mais igualitário: "Mas como, se a escola está abandonada e não há emprego?



Como apoiar uma política de saúde da mulher se a saúde brasileira está na absoluta falência?" Para ela, as políticas públicas não deveriam ser elaboradas somente pelo Estado, mas também pela sociedade organizada.

A presidente do Cedim/RJ, Lígia Doutel de Andrade, explica que esta participação se daria através da criação de uma secretaria especial com *status* de ministério, ficando encarregada de planejar e monitorar as políticas públicas que envolvessem a questão da mulher. "A secretaria teria representantes em cada ministério e autonomia orçamentária", assinala Lígia. Na sua opinião, o Estado tem de assumir e incorporar a questão de gênero em suas políticas públicas.

Em relação à conferência de 1995 em Beijing, a presidente do Cedim/RJ crê que as propostas servirão para firmar a posição do governo brasileiro, que "defende claramente a questão de gênero". Para Lígia, o governo vai voltar de Beijing mais sensibilizado e disposto a concretizar as reivindicações das mulheres brasileiras. "A principal delas é a mudança no atual modelo de desenvolvimento, que exclui a mulher, criando novos padrões de produção e de consumo e uma distribuição de riquezas mais justa."

Rosiska Darcy de Oliveira completa afirmando que para trazer a democracia à consciência política, com a participação das mulheres, é preciso que "a mídia esteja a favor e seja eficaz. Só assim será possível mudar o quadro de desigualdade social e de gênero no Brasil". ■



'O que queremos dos candidatos'

O fórum de conselhos da condição feminina e dos direitos da mulher — que congrega conselhos estaduais e municipais e entidades governamentais e não-governamentais — apresenta as propostas a seguir e reivindica o compromisso público dos candidatos à presidência da República de que elas serão assumidas e executadas.

"Neste momento, quando os candidatos à presidência da República apresentam seus programas de governo e a sociedade civil os discute, nós mulheres apresentamos as nossas propostas, fruto de uma ampla discussão entre os diversos movimentos organizados da população feminina e de sua expressão governamental, os conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher:

I — Criação de uma secretaria, ligada à Presidência da República, com *status* ministerial, destinada a coordenar, elaborar, implementar, monitorar e fiscalizar as políticas públicas para as mulheres. Esta secretaria deverá ser uma unidade orçamentária e possuir capacidade de ingerência junto aos demais órgãos governamentais. Sua composição passará pela consulta a todos os setores envolvidos com a questão, tais como conselhos, movimentos de mulheres, ONGs, núcleos de pesquisas.

Sua estrutura básica deverá contar com um conselho deliberativo, representativo da sociedade civil, e um corpo técnico capaz de responder à abrangência de suas atribuições.

II — Criação de grupos de trabalho nos ministérios, ou instâncias específicas, com a finalidade de implementar políticas, programas e planos de ação em relação à mulher, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela secretaria.

III — Destinação de verbas próprias no orçamento de todos os ministérios, dirigidas a programas de combate à discriminação de gênero e incentivo à igualdade de oportunidades em cada área. Estes programas poderão incluir a capacitação e sensibilização, tanto dos integrantes do próprio órgão quanto do público-alvo externo. Podem também destinar-se à execu-

ção de projetos educacionais, de apoio técnico e suporte financeiro nas diversas áreas.

IV — Elaboração e execução de políticas públicas sob a ótica de gênero, que envolvam todos os ministérios e órgãos governamentais. Para a materialização desta proposta, sugerimos a elaboração de uma Convenção Nacional pela Efetiva Cidadania das Mulheres, buscando o comprometimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em níveis federal, estadual e no distrito federal, bem como da sociedade civil, com as políticas de promoção da igualdade e de combate ao racismo e demais formas de discriminação contra a mulher. Esta convenção indicará planos nacionais de

"Propõe-se uma Conferência Nacional da Mulher, a ser realizada periodicamente, para avaliação, acompanhamento e reformulação das políticas governamentais e dos planos nacionais"

igualdade e de combate à discriminação, elaborados pela secretaria a ser criada, e que serão regulamentados por lei ou decretos, tais como: Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher; Plano Nacional de Igualdade de Oportunidade no Trabalho; Plano Nacional de Cultura, Comunicação Social e Produção de Conhecimentos que incorporem as questões de gênero; Plano Nacional de Saúde da Mulher, que garanta a efetivação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism). Caberá à secretaria coordenar a elaboração e acompanhar a execução dos referidos planos, contemplando as experiências e reivindicações já elaboradas e sistematizadas pelos movimentos de mulheres.

V — Além da elaboração destes pla-



nos, entendemos que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) deverá incluir o enfoque de gênero em todos os programas definidos.

VI — Sugerem-se como medidas necessárias para a sustentação dos planos anteriormente citados: a criação de uma instância de Defesa dos Direitos da Mulher dentro da Procuradoria Geral da República, da Defensoria Pública e Procuradoria de Justiça dos Estados; reformulação do ordenamento jurídico, adequando-o à Constituição Brasileira; criação de um Sistema Nacional de Informações de Dados que considerem os quesitos: sexo, raça e etnia.

VII — Propõe-se uma Conferência Nacional da Mulher, a ser realizada periodicamente, para o acompanhamento, avaliação e reformulação das políticas governamentais e dos planos nacionais.

VIII — Como medida emergencial, propõe-se que seja dada uma atenção especial às mulheres nos programas de combate à pobreza, em particular àquelas responsáveis por famílias, como estratégia para o enfrentamento da crescente feminização da pobreza em nosso país. Isto se traduz em ações que considerem as mulheres não apenas como mães e/ou esposas mas, acima de tudo, como cidadãs e trabalhadoras. Nesse sentido, as ações deverão ser orientadas para a criação de programas especiais de emprego, formação para o trabalho, de incentivo e apoio à criação de empresas de mulheres, através da facilidade de créditos e de acesso à casa própria.

IX — Recomenda-se ainda que, a cada prioridade ou medida emergencial que o governo venha a instituir, seja dada especial atenção às questões de gênero e às especificidades das mulheres." ■

JAPÃO

O preço do alcoolismo

A cada ano, além das conseqüências do ponto de vista humano, o abuso do álcool custa aos cofres do Japão mais de 50 bilhões de dólares

Jonathan Annells

Em uma úmida e fria noite de Tóquio, Hiroshi dorme com a cabeça encostada no balcão, após muitos e muitos copos de cerveja, mas nenhum dos seus companheiros de bar parece muito preocupado com o seu lamentável estado. Afinal, hoje não é raro ver de *office-boys* até executivos de nível médio perderem o sentido depois de exagerar na bebida. Inclusive nos bairros ocupados pelos estudantes, é comum ver jovens praticamente carregando os namorados, que passam mal nas ruas e metrô depois de tanto beber.

Todos os anos, o abuso de álcool custa ao Japão mais de 50 bilhões de dólares em perda de produtividade e despesas médicas, revela um estudo feito pelo professor de saúde pública e ciência ambiental Takehito Takano, da Universidade de Medicina e Odontologia de Tóquio.

Para as autoridades, isso é motivo de uma dor de cabeça tão forte quanto a sentida pelos bêbados nas suas ressacas. Significa mais de 20 vezes a cifra registrada na Grã-Bretanha (2,5 bilhões de dólares) e se aproxima do

total dos Estados Unidos, que é de 70,3 bilhões de dólares (dados de 1985), país com mais do dobro da população japonesa. Equivale também a 1,5% do Produto Nacional Bruto (PNB) nipônico.

Aceitação social—Há muito tempo, o hábito de beber é encarado como algo fundamental para “lubrificar” as transações comerciais. De fato, os acordos e discussões das grandes corporações ocorrem freqüentemente depois do trabalho, em meio a várias garrafas de cerveja, em vez de em reuniões formais no escritório.

Um funcionário do Ministério da Saúde e Bem-Estar assinala, além do mais, que beber sempre foi visto no Japão como uma forma de combater o estresse derivado do trabalho.

“Saio para beber com meus colegas duas ou três vezes por semana. Ajuda a aprofundar as relações em nossa seção. Além disso, tenho uma atividade muito estressante e uma longa viagem para casa todos os dias. Beber me ajuda a relaxar”, diz, com a voz pastosa, Hiroshi, 41 anos, funcionário de uma grande companhia eletrônica local.

A maioria dos passageiros dos trens noturnos de Tóquio conhece bem as conseqüências do álcool na sociedade japonesa, porque são obrigados a viajar ao lado de trabalhadores de rostos marcados pela bebida, semiconscientes, que se equilibram precariamente nos corredores.

Mas, até o relatório feito pelo professor Takano, não havia um levantamento sério que colocasse em números os danos causados pelo consumo excessivo de álcool. Ele assinala que, a uma média de 103 litros por ano, o consumo dos japoneses ainda está muito abaixo do de outros países industrializados, como a França e a Itália. Mas, enquanto nesses países a tendência é a redução do consumo, no Japão as pessoas bebem cada vez mais.

Um prejuízo de bilhões de dólares—O Ministério da Saúde e Bem-Estar calcula que 2,4 milhões de japoneses são “bebedores problemáticos” e lembra que as ressacas causam perdas de 33,8 bilhões de dólares por queda da produtividade.

Outro enorme gasto (9,2 bilhões de dólares) se refere às doenças relacionadas à bebida, como a cirrose hepática, seguido de um prejuízo da ordem de 6,9 bilhões de dólares por mortes acidentais provocadas pela bebedeira.

Nem a recessão afetou o consumo de cerveja, que representa 73% do total de vendas de bebidas alcoólicas. O álcool é cada vez mais barato em relação ao poder aquisitivo local e muito mais acessível. No Japão, há mais de 200 mil máquinas automáticas, onde basta colocar uma moeda para conseguir uma latinha de cerveja.

“Nenhum outro país tem tantas máquinas e propaganda para vender álcool”, lamenta Takano. “Não penso que a bebida deva ser totalmente proibida, mas precisamos colocar algumas restrições.” ■



O estresse das longas jornadas de trabalho leva muitos japoneses a buscar o álcool

Algo mais que uma cortina de fumaça

Plantação de tabaco
no Zimbábue



Sergio Lozano

Jacob da Inglaterra considerava o hábito de fumar “um costume repugnante para os olhos, detestável para o nariz, nocivo para o cérebro e perigoso para os pulmões”, e criou o primeiro imposto ao hábito de fumar, medida hoje aplicada em quase todos os países do mundo.

A Food and Drug Administration (FDA), o organismo regulador dos medicamentos, alimentos e cosméticos nos Estados Unidos, está tentando ir mais longe: garante que a nicotina contida no cigarro é uma droga e que, portanto, deve estar sob sua supervisão. “Um produto é uma droga quando a intenção do fabricante é fazer com que seu uso afete a estrutura ou função do corpo”, argumenta a FDA, tentando convencer o Congresso norte-americano de que os cigarros devem ser submetidos às mesmas regulamentações que dispõem

os remédios. Em princípio, isso permitiria proibir não só qualquer tipo de publicidade de cigarro, como até tornar ilegal o ato de fumar em virtualmente todos os locais públicos.

Para a maioria dos fumantes que querem abandonar esse hábito está claro que a nicotina cria dependência. Mas o que poucos sabem é a *quantidade* de nicotina que estão inalando diariamente.

As conseqüências desse hábito são reveladas pelas estatísticas: o consumo de cigarros provoca, a nível mundial, cerca de 2,5 milhões de mortes prematuras por ano. Porém, de cada dez fumantes que tentam largar o vício

Estudos recentes demonstram que a nicotina cria tanta dependência quanto a cocaína, enquanto surgem novas denúncias de que os produtores de cigarros colocam doses mais altas dessa substância para criar o vício

só um consegue e dos operados de câncer de pulmão a metade continua fumando.

Dependência semelhante à da cocaína – A FDA tem recebido denúncias documentadas de que os produtores de tabaco colocam a dose necessária de nicotina nos cigarros para aumentar a dependência (ver quadro).

Pesquisas recentes indicam que, embora seja uma das substâncias menos tóxicas de um cigarro, a nicotina é a única a gerar dependência, ativando os mesmos mecanismos neurológicos que levam o homem a comer, beber ou a ter relações sexuais.

Relatórios científicos divulgados na publicação *Surgeon General* de 1988 descreveram as conseqüências do cigarro sobre a saúde mostrando que fumar, longe de ser um hábito social, deriva em uma dependência química da nicotina, que é semelhante à

do vício da cocaína ou da heroína. Os fumantes sofrem os sintomas clássicos dos dependentes de drogas. Os que deixam de fumar se queixam de dores de cabeça, insônia, depressão, dificuldade ou mesmo impossibilidade de concentração e ansiedade.



A manipulação genética

Em meados de junho passado, os fabricantes de cigarros dos Estados Unidos sentiram o chão balançar aos seus pés. O tremor não foi provocado por um terremoto, mas por uma denúncia com potencial de abalar os alicerces de uma indústria que, só nos EUA, movimenta anualmente 48 bilhões de dólares: a Food and Drug Administration (FDA) acusou a empresa Brown and Williamson Tobacco Co. de ter manipulado geneticamente o tabaco para aumentar o potencial viciante da nicotina.

Embora esse tipo de informação não seja algo novo, a denúncia caiu como uma bomba, principalmente porque menos de um mês antes a mesma empresa havia desmentido que cultivasse tabaco com teores de nicotina diferentes dos habituais na indústria.

Em seu depoimento perante uma Subcomissão do Congresso norte-americano, o diretor da FDA, David Kessler, afirmou que o tabaco em questão, classificado como *Y-1*, possui um teor de nicotina duas vezes superior ao encontrado normalmente na natureza (6% contra uma média de 3%). A denúncia adquiriu contornos mais graves ao se revelar que a planta estava sendo cultivada no Brasil, pela empresa Souza Cruz, e parte da produção exportada para os Estados Unidos.

A Souza Cruz não produz fumo no Brasil, comprando o tabaco de 65 mil agricultores do sul do país. Esses agricultores, porém, não teriam acesso ao código genético da planta *Y-1*. O mais provável, portanto, é que essas sementes tenham sido enviadas pela Brown

para a Souza Cruz, que as teria repassado aos agricultores. Ambas as empresas são controladas pelo grupo inglês British American Tobacco (TAB), que detém 100% do capital da Brown e 75% das ações da Souza Cruz.

O *Y-1* foi desenvolvido em laboratório pela empresa norte-americana DNA Plant Technology e a exportação dessas sementes é proibida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A FDA só descobriu a existência do *Y-1* através da análise dos pedidos de patente apresentados no Brasil ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o maior banco de patentes da América Latina. A Brown and Williamson apresentou um pedido de cartapatente do *Y-1* em setembro de 1992, mas antes de ter uma resposta, desistiu do pedido em 7 de junho. Em 1991, a empresa havia tentado, sem sucesso, patentear-lo nos Estados Unidos.

No caso do Brasil, a denúncia serviu para deixar exposta a fragilidade da legislação sobre o assunto. A única portaria tratando do problema, de 1990, limita-se a obrigar os fabricantes a advertir nos rótulos de seus produtos e nas propagandas que "fumar faz mal à saúde". Técnicos do governo admitem que o controle do fumo se restringe às "condições fitossanitárias do produto". Ou seja, verifica-se apenas, por exemplo, se há problemas de mofo ou excesso de uso de agrotóxico. O exame é feito a olho nu e não inclui análises de laboratório para medir a quantidade de nicotina no fumo.

(C.G.)

Prejuízo para os países pobres – Boa parte das superfícies agrárias dos países subdesenvolvidos está dedicada ao cultivo do tabaco. O Zimbábue, por exemplo, obtém dessa maneira sua principal fonte de divisas. Mas, embora o tabaco produza um retorno rápido, o grosso não fica nas mãos dos que cultivam a planta, e sim dos fabricantes de cigarros dos países desenvolvidos.

O tabaco ocupa o lugar de cultivos que poderiam alimentar 15 milhões de pessoas. Além disso, para secar, precisa de grandes extensões de terra ao sol, áreas em geral obtidas a partir do desmatamento indiscriminado. Na Tanzânia, o tabaco foi o responsável pelo corte de 12% de todas as árvores derrubadas, desmatamento que contribui para o aumento do efeito estufa, a erosão do solo e as inundações tropicais.

Por outro lado, os adubos e agrotóxicos que exige este cultivo penetram nos cursos d'água e cadeias alimentares. Ao colocar tudo na balança, a equação custo/benefício não favorece o país que planta o tabaco.

Nos anos 60, após as campanhas desenvolvidas nos Estados Unidos explicando as conseqüências do tabagismo sobre a saúde, 38 milhões de adultos deram adeus ao cigarro. Como resultado, os fabricantes do setor se viraram para o Terceiro Mundo: nessa mesma época o consumo de cigarros nos países subdesenvolvidos aumentou em 33% na África e 24% na América Latina.

Há razões ambientais, científicas e sanitárias suficientemente sólidas para – pelo menos – regular o consumo e a publicidade do fumo. Mas também existem fortes razões econômicas para deixar o assunto de lado. ■

ARGENTINA

Massacre comove o mundo

O atentado que explodiu a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), em Buenos Aires, pode ter sido planejado e executado com apoio de uma embaixada estrangeira.

Em fins do mês passado, segundo as informações publicadas por um órgão de imprensa em Buenos Aires, um diplomata iraniano refugiado na Venezuela sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e do governo dos Estados Unidos revelou detalhes do atentado cometido contra a embaixada de Israel em 1992 e deu pistas sobre arecente explosão da Amia.

Ao encerrar oficialmente as buscas entre os escombros do edifício, oito dias depois da explosão, o governo estimou o número de mortos em 92, restando ainda quase 30 desaparecidos.

Trata-se da pior agressão contra uma comunidade judaica depois do



Buenos Aires: sob os escombros, um saldo macabro de 92 mortos

extermínio praticado pelos nazistas na II Guerra Mundial e para ajudar a esclarecê-la chegaram a Buenos Aires

especialistas em investigação de Israel, Estados Unidos e Espanha.

Segundo observadores em Buenos Aires, a hipótese na qual trabalham os investigadores aponta para uma facção do fundamentalismo iraniano denominada *Guerrilheiros de Deus*. Este grupo estaria liderado pelo ex-secretário geral do *Hezbollah* (Partido de Deus), Subhi Tufayli, cuja extradição pode ser pedida pelo governo argentino ao Líbano, caso seja confirmada sua responsabilidade no atentado.

Os terroristas teriam contado com infra-estrutura local e alguns meios de imprensa têm levantado a hipótese de que esse apoio teria sido facilitado pelos grupos neonazistas que atuam na Argentina.

Poucos dias depois do atentado em Buenos Aires, a sede da embaixada israelense em Londres sofreu um atentado com um carro-bomba. A explosão, embora de menor intensidade, deixou um saldo de 13 feridos, e destruiu completamente o edifício, localizado em um bairro de embaixadas da capital britânica.

VENEZUELA

Calderas quer referendo

Ao ver rejeitado pelo Congresso o decreto do Executivo que suspendia as garantias individuais, o direito de sair livremente do país, o de propriedade e o de indenização por expropriação, o presidente da Venezuela Rafael Calderas propôs a realização de um referendo a fim de sair do impasse criado.

De constitucionalidade duvidosa — já que a Carta venezuelana não o contempla como instrumento de consulta popular — o plebiscito foi anunciado em fins de julho passado quando o Congresso restaurou a vigência dos direitos individuais e rejeitou o pacote de exceções implantado por Calderas.

José Miguel Uzcátegui, deputado oficialista, defendeu a medida como uma “ferramenta adequada para resolver o conflito que se insta-

lou entre o Legislativo e o Executivo”, enquanto que a oposição criticou a convocatória do governo.

Depois de uma falência em cadeia de vários bancos, em 27 de junho passado, Calderas impôs drásticas restrições constitucionais em meio a violentos protestos populares contra a alta dos preços e a crescentes rumores de rebelião militar. O governo começou a exercer o controle dos preços e do tipo de câmbio, ao mesmo tempo que intervinha em todos os bancos privados, uma medida que foi considerada em Caracas como a antessala da nacionalização.

A crise venezuelana, segundo analistas locais, pode levar a uma *peruanização* do país, em alusão à decisão do presidente Alberto Fujimori de dissolver o Congresso e intervir no Poder Judiciário.

Bolívia

Enquanto toda a Bolívia assistia ao jogo de abertura da Copa do Mundo de Futebol, uma verdadeira “montanha” de 420 toneladas de resíduos minerais contaminados era depositada a 100 quilômetros da capital, La Paz, confirmando antigas denúncias de que indústrias européias utilizam o país andino como lixeira de detritos tóxicos. Os resíduos foram importados da Alemanha por uma empresa boliviana e estão expostos ao ar livre. Para complicar, os fortes ventos do alti plano estão se encarregando de espalhar o pó por toda a área. Moradores da região, principalmente crianças, já começaram a se queixar de irritação nos olhos e na garganta, vômitos e estranhas dores de cabeça.

ELSALVADOR

Relatório compromete membros do Exército



Policiais são acusados de envolvimento em atos de violência política

Membros do Exército e da Polícia Nacional, assim como funcionários públicos, estariam envolvidos em casos de violência política registrados após a assinatura dos acordos de paz, em janeiro de 1992, segundo o relatório final de uma comissão internacional investigadora.

A Comissão, conhecida como Grupo Conjunto, assinala que é "impossível que estruturas criminosas organizadas, como as que agem atualmente, possam existir sem a cobertura fornecida por membros ativos dos corpos de segurança do Estado".

A investigação se centrou nas atividades realizadas nos últimos sete meses pelos denominados "grupos ilegais armados com motivações políticas". Segundo as conclusões do documento de 110 páginas, há elementos para afirmar que algumas unidades do Exército continuam desenvolvendo atividades de informação militar.

"(...) Ainda existem estruturas e pessoas que buscam (...) minar o processo de paz, recorrendo à violência como método para dirimir as diferenças políticas", assinala o relatório. "Essas minorias se enquistam dentro de estruturas mais complexas do crime organizado", o que torna a tarefa de investigação particularmente árdua e difícil.

O presidente da Comissão, Diego García Sayán, disse que o informe pode servir de base para que o Estado erradique essas "estruturas globais" do crime organizado e os "quistos" que representam grupos de indivíduos que insistem em recorrer à violência por motivos políticos.

Entre as recomendações feitas pelo Grupo Conjunto para combater as estruturas criminosas está a de dotar a Polícia Nacional Civil de uma unidade permanente que investigue os atentados de caráter político. Também propõe designar um juiz para este tipo de caso e reduzir as penas impostas às pessoas que, por estarem envolvidas em estruturas de violência, proporcionem informação para desmantelá-las.

Equador

"É um acordo histórico". Assim se manifestaram os porta-vozes das organizações indígenas e das câmaras de agricultura do Equador, após 15 dias de tensas negociações para reformar uma nova lei agrária cuja aprovação por parte do governo gerou maciços protestos dos camponeses.

A nova lei, que havia sido promulgada em junho pelo presidente conservador Sixto Durán-Ballén, com o apoio dos partidos de direita e dos grandes fazendeiros, eliminava várias conquistas da população indígena, cuja o pinião não foi escutada.

Segundo a porta-voz da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, Nina Pacar, o acordo agora alcançado satisfaz este setor, pois logrou manter vários postulados da anterior lei de reforma agrária, como o limite à livre venda de terras, a eliminação da possibilidade de se utilizar em caráter privado as nascentes de água e a manutenção da pressão demográfica e do direito de posse ancestral como motivos para desapropriação de terras.

Guatemala

Em um aparente paradoxo, a assinatura de um acordo para se respeitar os direitos humanos, firmado pelo governo e a guerrilha em 29 de março, não só não fez diminuir os casos de violações, como as denúncias nesse sentido aumentaram em relação ao mesmo período de 1993.

A conclusão está contida num relatório elaborado pelo Escritório de Direitos Humanos do Arcebispo (ODHA) da Guatemala, segundo o qual durante o primeiro semestre deste ano se registrou um "alarmante crescimento" das violações aos direitos humanos. De acordo com o documento, os principais alvos foram entidades e/ou pessoas ligadas aos setores sindicais, religiosos, camponeses, de direitos humanos e à imprensa.

O aumento da repressão ocorreu paralelamente ao avanço no processo de negociações entre o governo de Ramiro de León Carpio — um ex-procurador dos direitos humanos — e a guerrilha Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que pretende pôr fim a 34 anos de guerra.

"O processo de paz iniciou um caminho que parece irreversível, mas sua rapidez não vai acompanhada de uma diminuição dos atos de violência, muito pelo contrário", afirma o documento.

RUANDA

À beira do caos



Apesar do fim da guerra, o drama dos refugiados continua

“É o êxodo de uma nação. A situação está fora de controle.” Com estas palavras, Panos Moutzis, porta-voz do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), definiu a situação dramática que vive Ruanda em consequência da guerra civil desencadeada em abril.

A tragédia desse pequeno país do centro da África — sem precedentes na história — já deixou um saldo macabro de 500 mil mortos, 60 mil órfãos e 2,5 milhões de refugiados. Hoje, encontrar um caminho que tire o país do caos em que mergulhou é o desafio do vitorioso movimento guerrilheiro Frente Patriótica de Ruanda (FPR).

Formada por membros da minoria étnica tutsi, a FPR prometeu punir os responsáveis pelos massacres e dar prioridade à volta dos refugiados. Em um gesto de reconciliação, o novo governo da FPR nomeou Pasteur Bizimungu para presidente e Faustin Twagirimungu como primeiro-ministro, ambos pertencentes à majoritária etnia hutu, derrotada na guerra civil. Os tutsis mantiveram, entretanto, a pasta da Defesa, entregue ao general Paul Kagame.

O agravamento da situação em Ruanda levou vários países a lançarem operações militares de socorro para prestar assistência aos refugiados. O primeiro país a enviar efetivos foi a França; posteriormente, o governo norte-americano ordenou a mobilização de mil militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Alemanha para montar uma operação de socorro em Uganda e especialmente no Zaire, onde está a maioria dos refugiados. Washington destinou 100 milhões de dólares a este fim, enquanto a Comissão Européia liberou inicialmente 90 milhões de dólares para a compra de cereais e remédios.

As Nações Unidas têm garantido aos refugiados que já é seguro voltar para casa, depois da vitória da Frente Patriótica. Mas muitos não terão esta chance, pois a fome, a epidemia de cólera e outras doenças estão dizimando os refugiados, que morrem aos milhares, a ponto de os campos onde se amontoam serem definidos como uma grande vala comum.

MOÇAMBIQUE

Novo exército

Dois anos após a assinatura dos acordos de paz entre a governante Frelimo e o movimento rebelde Renamo, Moçambique se prepara para formar o novo exército unificado, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Segundo os acordos de paz, as FADM serão constituídas por 30.000 homens, divididos meio a meio entre efetivos do governo e da Renamo, e um comando superior conjunto dirigirá o Exército até a posse do novo governo, a ser escolhido nas primeiras eleições gerais e multipartidárias, marcadas para 27-28 de outubro próximo.

A unificação começou realmente a tomar forma mês passado, com a dissolução do alto comando do Exército pelo governo moçambicano. Na ocasião, em uma cerimônia realizada em Boane, a cerca de 30 quilômetros de Maputo, o comandante da I Brigada de Infantaria Motorizada das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), entregou ao ministro da Defesa, general Alberto Chipande, a ban-

deira do Exército, uma arma AK-47 e uma lista de todo o equipamento da brigada. O gesto foi carregado de enorme simbolismo, já que a I Brigada teve um papel importante na defesa do sul de Moçambique contra o regime rodesiano dos anos 70, e era parte do sistema de defesa de Maputo durante os 16 anos de guerra contra a Renamo.

Tão importante quanto o êxito do processo de unificação do Exército será a reintegração de quase 90 mil efetivos do governo e da Renamo à vida civil, cujo custo a Operação da ONU para Moçambique (Onumuz) calcula em 57 milhões de dólares. Atualmente, as precárias condições em que se encontram os soldados desmobilizados, tanto os que estão nos 49 centros sob o controle da Onumuz quanto os não-acantonados, são, na opinião dos analistas, o calcanhar de Aquiles do processo de pacificação. Nos últimos meses, protestos realizados por efetivos do governo e da Renamo fizeram, inclusive, temer pela futura estabilidade política do país.



Os acordos assinados entre o presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, prevêem a fusão do exército

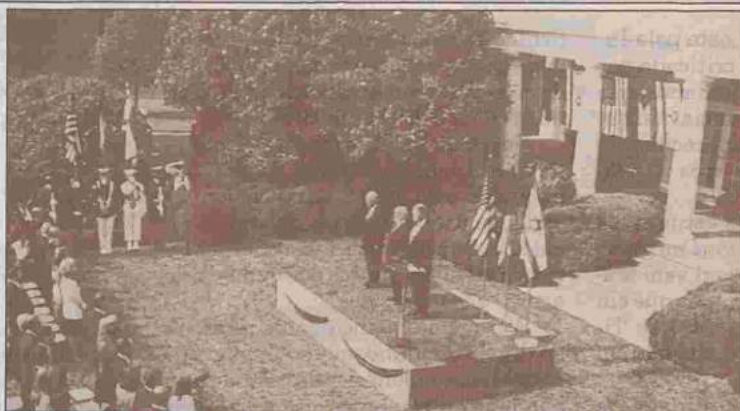
Em uma reunião de cúpula histórica celebrada em Washington, o rei Hussein da Jordânia e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, puseram fim a 46 anos de hostilidades e traçaram os planos para uma normalização das relações entre ambos os países.

O processo, que foi aberto em 25 de julho passado na capital norte-americana, pode culminar em um acordo de paz "em questão de meses", segundo estimou o chanceler de Israel, Shimon Peres. Artífice da iniciativa conhecida em Israel como a "opção jordaniana", Peres disse que o acordo "é um processo encaminhado e difícil de frear".

Numa rara coincidência, todos os partidos políticos de Israel, inclusive o

ISRAEL/JORDÂNIA

Fim do estado de guerra



Na Casa Branca, a histórica assinatura do acordo de não-belligerência

direitista Likud, apóiam o governo nas tentativas de paz com a Jordânia. Neste último país, ao contrário, oito partidos de oposição de tendência islâmica de esquerda e pan-árabe e a Fe-

deração de Estudantes Jordanianos (FEJ) denunciaram a reunião de cúpula de Washington como "uma conspiração preparada pelos Estados Unidos", declarando o 25 de julho "dia de luto nacional".

A assinatura do acordo, que teve "o mundo como testemunha", segundo as palavras do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, foi considerada como um dos pontos chaves para o processo de paz no Oriente Médio, iniciada há quase três anos.

Até o momento, só as negociações de Israel com os palestinos e os jordanianos avançaram, enquanto que a tentativa de aproximação com a Síria e Líbano não prosperou.

IÊMEN

O isolamento do pós-guerra

Romper o isolamento político. Esta é a palavra-de-ordem do governo iemenita após a guerra civil que jogou por terra a pacífica unificação do conservador Iêmen do Norte com o socialista Iêmen do Sul, união concretizada em 1990.

Após a vitória das forças do norte, o governo do presidente Ali Abdullah Saleh partiu para uma ofensiva diplomática, que busca recompor as relações não só com o lado derrotado, mas principalmente com os Estados do Golfo, que não perdoam sua simpatia por Saddam Hussein depois da invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990.

Os esforços do presidente iemenita têm se voltado, sobretudo, para o rico governo saudita, o poder dominante na zona, que manteve contatos ativos com o sul durante a guerra civil.

Mas, enquanto a vitória militar foi obtida em apenas nove semanas, os êxitos no campo diplomático tardarão

muito mais a vir, prevêem os analistas.

"Saleh não deveria esperar muita ajuda de seus críticos vizinhos e dos países ocidentais", comentou um diplomata, resumindo o sentimento de cautela que predomina na região.

De fato, a Arábia Saudita e seus aliados do Golfo mostram uma atitude de prudência diante dos vínculos do governo de Sana'a com Estados anti-ocidentais, como o Irã, Iraque e Sudão, que apoiaram Saleh no conflito.

Numa mostra dos obstáculos que o governo do Iêmen enfrentará para romper o isolamento na península Árabe, o ministro de Informação do Kuwait, xeque Saoud Nasser Al-Sabah, declarou que "para nós, é muito claro: Saleh é um aliado de Saddam Hussein e portanto não sentimos nenhuma simpatia por ele".



O aeroporto de Aden foi completamente destruído

No plano interno, a decisão do presidente iemenita de ordenar a saída de suas tropas de Aden, ex-capital do Iêmen do Sul, foi interpretada como um gesto de conciliação. Porém, até agora, a política de Saleh não deu os frutos esperados. Membros do derrotado regime do sul, hoje refugiados na Arábia Saudita, já anunciaram a intenção de formar um governo no exílio. Abderrahman Al-Jiffri, um dos dirigentes do sul, garantiu inclusive que estavam se organizando grupos guerrilheiros para pôr fim à ocupação das forças do norte.

TIMOR LESTE

Denúncias contra a Indonésia

A ocupação de Timor Leste pela Indonésia voltou a ser criticada por organismos dos direitos humanos, que em meados de julho denunciaram em Lisboa a detenção e desaparecimento de estudantes mauberes após a invasão da Universidade de Dili.

A repressão contra os estudantes desencadeou mais um *round* na guerra diplomática que Portugal vem travando contra a Indonésia, país que em 1975 invadiu a parte oriental de Timor, ex-colônia lusitana situada no arquipélago de Java.

Mais uma vez, a brutalidade do exército indonésio foi duramente criticada pelo Executivo português. O chanceler José Manuel Durão Barroso qualificou de "graves e sérios" os inci-

identes de Dili, acrescentando, porém, que "não se surpreendia, pois não era de se esperar outra coisa de uma ditadura como a do regime de Jacarta".

Segundo as informações divulgadas em Lisboa, efetivos da polícia, apoiados pelo exército indonésio, invadiram a universidade, deixando um saldo indeterminado de estudantes feridos e detidos, muitos dos quais estão agora "desaparecidos".

A origem dos incidentes remonta ao dia 28 de junho, quando um grupo de soldados indonésios de religião muçulmana entrou na igreja de São José do Remédio, a dez quilômetros de Dili, passando-se por católicos. Após receber as hóstias, as cuspiram, provocando a indignação da população cristã.



Lisboa tem apoiado a luta de Timor

Apesar da punição dos soldados, anunciada pelas autoridades militares indonésias, tanto estudantes católicos quanto muçulmanos começaram a promover protestos, que culminaram com a invasão da universidade.

O regime de Jacarta também foi criticado pela Comissão dos Direitos do Povo Maubere por ter fechado três dos principais semanários indonésios. Com uma tiragem conjunta de mais de 700 mil exemplares, *O Tempo* — o mais antigo e influente semanário indonésio —, *Editor* e *DeTik* tinham em comum, segundo a Comissão, o fato de abordarem, nos últimos tempos, temas incômodos ao governo.

CHIPRE

Sanções contra governo de ocupação

Vinte anos depois da parte norte da ilha de Chipre ter sido invadida pela Turquia, a Europa endurece sua posição contra o governo de ocupação. Desta vez, vieram medidas concretas: em meados do mês passado, a Corte Européia de Justiça proibiu os países da União Européia (UE) de importar produtos agrícolas das áreas ocupadas.

O veredicto da Corte respondeu a uma antiga demanda judicial do governo de Chipre e foi anunciado em meio às conversações de paz auspiciadas pela ONU, que tenta rediscutir o *status* da ilha, dividida ao meio desde 1974. As Nações Unidas sempre condenaram a invasão e não reconheceram a declaração unilateral de independência da zona ocupada, feita em 1983.

Em represália ao embargo decretado pela Corte, os turco-cipriotas fecharam o único posto "fronteiriço" que permite o trânsito entre os dois "paí-

ses". Além disso, o líder turco-cipriota Rauf Denktaş ameaçou se retirar das conversações de paz e exortou a Grã-Bretanha — principal compradora dos produtos das áreas ocupadas — a não apoiar o embargo. "O governo britânico encontrará a forma de evitar esta injustiça; caso contrário, nós encontraremos", garantiu.

A Alta Comissão Britânica em Nicósia, capital de Chipre, ignorou as ameaças e anunciou que a Grã-Bretanha acatará plenamente a decisão, que é obrigatória para os 12 países membros da UE.

Apropriada Turquia, único país a reconhecer o governo de ocupação, se posicionou a favor do embargo. O porta-voz do governo turco, Yiannakis Cassoulides, exortou o líder turco-cipriota a respeitar a decisão judicial, lembrando que os terrenos cultivados pelos turcos-cipriotas pertenciam, antes da invasão, à maioria grega do país.

As tropas de ocupação turcas obrigaram cerca de 200 mil greco-cipriotas — quase um terço da população — a abandonar seus lares e propriedades. Desde então, a renda *per capita* nas áreas ocupadas caiu para 3.000 dólares, em comparação aos 12.000 da parte sul, enquanto o desemprego atinge 26,4% no norte contra três por cento nas zonas controladas pelo governo legítimo.



Mulheres greco-cipriotas protestam contra a ocupação

CAPA

Segundo dados da ONU, o narcotráfico movimentava anualmente 500 bilhões de dólares, o que equivale a um sétimo do comércio mundial

2 CARTAS

EDUCAÇÃO

4 Pluralidade ainda ignorada

REPRESSÃO

8 Mais um capítulo de luta

SAÚDE

10 A cidadania humilhada

14 Pacientes com Aids: um olhar na esperança

16 Criatividade combate a Aids

INFÂNCIA

17 Novos rumos

ENTREVISTA

18 Alba Zaluar: Falando de drogas sem hipocrisia

DROGAS

22 A legislação condenada

MATÉRIA DE CAPA

23 Drogas: Um poder transnacional

AMÉRICA LATINA

31 **Panamá:** Entrevista com o presidente Balladares

ÁFRICA

34 **Angola:** As tensas relações entre Portugal e a Unita

ÁSIA

36 **China:** Os novos êxitos do dragão

GRANDES REPORTAGENS

38 **Angola:** Independência, as dores do parto

39 Luanda sitiada

42 Explosão de alegria

44 Os primeiros passos

□ SUPLEMENTO

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

2 A ciência ao alcance de todos

5 PINGUE-PONGUE

MULHER

6 Sexo frágil que não foge à luta

COMPORTAMENTO

9 Japão: O preço do alcoolismo

SAÚDE

10 Algo mais que uma cortina de fumaça

PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

Ação popular tenta reverter na Justiça medidas arbitrárias dos planos de saúde



10

Em uma entrevista exclusiva, o novo presidente do Panamá, Ernesto Pérez Balladares, analisa os desafios da nova democracia panamenha e se declara herdeiro do legado do general Omar Torrijos



31

A economia chinesa é a que ostenta os melhores resultados da região do Pacífico, a mais próspera do planeta. Calcula-se que, no ano 2010, o PIB da nação asiática será superior ao dos EUA



36

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Morêira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo, **CONSULTORES ESPECIAIS:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Marcelo Monteiro (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Kottly, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Itália-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (021)221-7511
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Altermax: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-9609
/224-0638, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061)
226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912,
Rio - (021) 252-7440 /232-3372, SP - (011)
573-8562/571-8671, Porto Alegre - (051) 228-8638,
Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041)
264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034)
333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536,
Macapá - (086) 222-0855, Macalé - (082) 326-4922,
Salvador - (071) 242-2077

CARTAS

Eleições

O acesso à informação é fundamental na solidificação do processo democrático nacional. O final deste milênio está sendo marcado pelas grandes conquistas tecnológicas do homem na área de informática e telecomunicações: telefones celulares, parabólicas etc. Tais inovações, se se tornam privilégio de alguns, servirão para agravar a distância entre o mundo obeso do Norte e os esfomeados do Sul. O grau de democracia dos países será mensurado cada vez mais segundo a capacidade de controle da população sobre os meios de comunicação.

O monopólio exercido por um só grande comerciante da informação em nosso país compromete a liberdade de expressão, de opção e da democracia. Vivemos uma ditadura civil instaurada pelo domínio privado sobre a informação, que criou uma nova e pernicioso forma de violência civil, a auto-imolação. É urgente a necessidade de tornar realidade o direito constitucional a uma informação limpa e democrática. Isso só será possível com uma legislação que discipline e estimule esta prática democrática, através da criação de organizações cooperativas, ou de um tribunal popular de controle sobre a informação.

O atual Congresso Nacional, infelizmente, não tem demonstrado vocação para esta tarefa, pelo contrário. Uma mudança como essa precisa da união entre os poderes Executivo e Legislativo.

As eleições gerais deste ano marcam um momento decisivo que pode recolocar em discussão o modelo de desenvolvimento selvagem ao qual tem sido submetida esta nação. Não será fácil. A classe dirigente brasileira tentará dissimular, iludir, inventar uma outra arapuca, um outro Collor, para fazer com que nosso povo sofrido realize um novo harakiri.

Somente com a eleição de um presidente com experiência e coragem para enfrentar a usurpação dos direitos democráticos, conjuntamente com a eleição de parlamentares que a põem e sustentem esta batalha contra o monopólio das comunicações e pela soberania popular,

podem dar esperança para as gerações futuras em nosso país. Só depende de nós.

Marcus Siqueira da Cunha
Gênova - Itália

Versão oficial

O noticiário da imprensa desta capital sobre o chamado "Desembarque do Século", na Normandia, em 6 de junho de 1944, com o destaque de que a operação aeronaval "se pultara definitivamente as ambições de Hitler de dirigir o Reich de mil anos", deu-nos a incrível impressão de que foram os aliados ocidentais, e só eles, que derrotaram os exércitos alemães. A História registra que os ocidentais invadiram a França quando as forças nazistas se encontravam debilitadas pelos rudes golpes das forças armadas soviéticas. Geralmente, é omitido que as forças armadas da Alemanha, conquanto golpeadas fundamentalmente, ainda tiveram fôlego para infligir uma quase tremenda derrota aos aliados na chamada operação das Ardenas belgas (14 de novembro de 1944), não fosse a iniciativa de Winston Churchill de apelar para Stálin, para que este antecipasse nova ofensiva soviética, a fim de aliviar a forte tensão do front ocidental. A situação era tal, com grande baixa entre os aliados, que o próprio general norte-americano, Patton, anotara em seu diário que "ainda podemos perder esta guerra". Eisenhower afirmou que a ausência da ajuda soviética levaria as tropas americanas "a mais difícil situação".

Assinante desta prestigiosa revista, da qual sou admirador, venho solicitar espaço para que a verdade seja conhecida.

Eduardo Sucupira Filho
ex-professor, jornalista
São Paulo - SP

Cultura

Parabenizo a revista pelo trabalho de pesquisa sobre cultura e aspectos da nossa vida social.

Ricardo Gomes
Campos - RJ

INTERCÂMBIO

Colaboração poética

Atuo na biblioteca Cecília Meireles, do Colégio Estadual Heitor Lira, do Rio, e temos a grata satisfação de receber com frequência esta dinâmica e atual publicação.

No nº 174, chamou-me a atenção a carta do "leitor poeta", Valter Figueira, e resolvi enviar informações e endereços de associações de poetas. Aproveito para oferecer cartões postais e o livro *Há angústias pelo embuste, todos de minha autoria*.

Grupo do Jornal Blocos - Caixa Postal 25223, RJ, CEP: 20552-970; Associação Niteroiense de Escritores - Caixa Postal 100141, Niterói, RJ, CEP: 24001-970; Apperj - R. Vieira da Silva, 43/301, Sampaio, RJ, CEP: 20961-090; Urbana (Poema Fanzine) - R. do Catete, 42/405, Rio, RJ, CEP: 22220-000, tel: (021) 245-5239; Circuladô - R. S. Salvador, 59/405, RJ, CEP: 22231-130; Cairo de Assis Trindade - (021) 256-5121; Paco Cac - (021) 225-6419; Mano Melo - (021) 322-4243.

J. Cardias

Rio de Janeiro - RJ

Agradecemos muito a sua preciosa colaboração, J. Cardias.

Sem distorções

Sou leitor frequente da revista *cadernos do terceiro mundo*, encontrada na biblioteca da Universidade Estadual do Ceará, onde faço curso de Enfermagem. Gostaria de parabenizá-los por fazer excelentes reportagens do cotidiano e pela maneira de expor suas notícias, mostrando sempre o lado real sem distorção dos fatos. Vou, inclusive, mandar para o Japão uma reportagem sobre a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki, "O fantasma da bomba", retirada da revista nº 164, de agosto de 1993.

Gosto da seção de Intercâmbio, pois através dela a amizade não tem fronteiras e podemos conhecer outras culturas. Esta revista é maravilhosa!

Rhonner Marellio Lopes Uchôa

Fortaleza - CE

Seriedade

Muito obrigado! É o que eu posso dizer ao ler mais uma edição de *cadernos do terceiro mundo*. Vocês estão de parabéns, pois conseguem passar para nós, leitores, uma sensação de que nem tudo está perdido. A maioria dos veículos de comunicação, principalmente a televisão, consegue denegrir seus assuntos e publicar notícias sensacionalistas de maneira que choquem cada vez mais a população. Mentira, violência obsessiva são assuntos que vemos em maior número em nossas revistas e jornais. Será que essa violência com pulsiva que aparece é a única verdade de nosso país? Prefiro acreditar que não.

Revista séria como esta, com assuntos ricos e buscando sempre a verdade, seja em que área for, são hoje em dia cada vez mais raras. Continuem assim!

Fábio Cordeiro Negrão

Rio de Janeiro - RJ

Material didático

Sou recém-formado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e devo dizer que os artigos desta excelente publicação fazem muita falta ao estudante universitário das ciências humanas em geral, no propósito de uma formação crítica da realidade social. Pela experiência pessoal, creio que não existe ainda, por parte dos professores, o incentivo adequado a leituras não-acadêmicas, como revistas, jornais e periódicos.

Parabenizamos e desejamos que os artigos continuem suscitando reflexões e debates. Aproveito para pedir o endereço da Universidade Holística Internacional, assunto da matéria "Ensina-me a viver... em paz", publicada no nº 173.

Ivan S. Farias

Niterói - RJ

O endereço da Unipaz é Caixa Postal 09521, CEP 70001-970, Brasília - DF. O telefone é (061) 380-1885/1828, fax (061) 380-1202.

• **Debora Martins dos Santos**
R. Delvaux Vicenté Luciano nº 87
São Bernardo
31750-290 Nelo Horizonté - MG

• **Bárbara Gomes de Bulhões**
R. Lopes-Trovão nº 16, apt. 402
Icaraí
24220-071 Niterói - RJ

• **Sônia Maria N. Alves**
Estrada dos Bandeirantes,
nº 8325/, Bl. 4, 506
Jacarepaguá
22783-115 Rio de Janeiro - RJ

• **María Florido Sánchez**
Calle 125 nº 27211
e/272y 274
P.Nuevo
40200 Matanzas - Cuba

• **Eliana Rodrigues de Souza**
R. Pedro Moacir, nº 31/Bl. C,
apt 402
Três Vendas
96020-550 Pelotas - RS

• **Kênia Rocha**
E. Lúcio de Oliveira, 75
Floramar
31760-550 Belo Horizonte - MG

• **Yadiris Alandro Caballero**
Calle 62 # 3305 con 41 y 33A
Playa
11400 Ciudad de la Habana - Cuba

• **Jaimí Vargas Halez**
Ave 47, c/o 48 y 50 # 4811
San Nicolás
33200 La Habana - Cuba

• **Elza Hernández Rodill**
Ave 5ta, nº 827 e/ 8 y 10
Caibarién
52610 Villa Clara - Cuba

• **Aguinaldo N. da Conceição**
R. Benevenuto Saraiva, Beco do
Adão, 86
B. João Mariano
36570-000 Viçosa - MG

• **Ricardo Gomes**
Santo Amaro de Campos
28140-000 Campos - RJ

Pluralidade ainda ignorada

O modelo de ensino brasileiro está ultra passado e mantém resíduos de discriminação racial, excluindo grande parte da população pobre do processo educacional de construção da cidadania

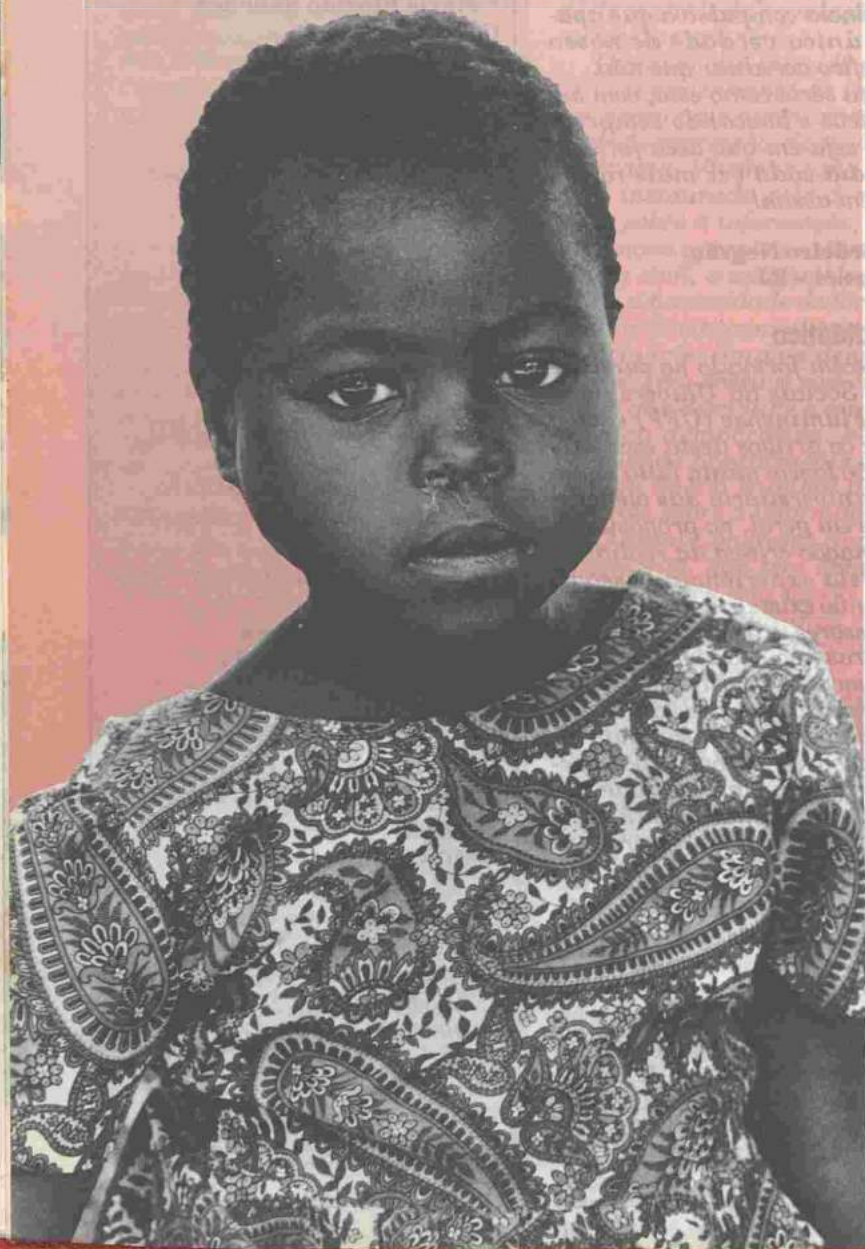
Sandra Almada

Eram oito horas da manhã e a professora Sílvia Maria iniciava a visita a uma favela de um morro da Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Era uma atividade "extraclasse", planejada pela escola, que fugia à rotina daquela profissional e das cerca de 20 crianças que a acompanhavam pelas ruelas e becos, naquele dia especial em que, pela primeira vez, a "tia" Sílvia visitava a comunidade onde elas viviam.

Cada criança mostrava sua casa e apresentava a mestra a seus familiares, até que Sílvia deteve-se frente a um pequeno barraco. Ao lado dele, estava uma casinha bem-acabada, com telhas de amianto, iluminada no interior e tendo, do lado de fora, tigelas de barro contendo alimentos. "Flávia, como é bonita e cuidada a casinha do seu cachorro", disse a professora. Amenina, em lugar de lisonjear-se, arregalou os olhos, assustada com a "ignorância" da professora: "Não é a casa do cachorro, tia. Peça desculpas. Esta é a casa de Exu", explicou.

Esta história, verídica, foi narrada durante um treinamento de professores da rede municipal de ensino do Rio, realizado no ano passado, para introduzir, na discussão sobre Educação e Cultura, a especificidade das questões étnicas e dos mecanismos de discriminação que marcam o cotidiano de milhões de brasileiros de origem negra dentro da sociedade, e que são reproduzidos pela escola.

A princípio, o debate parecia fadado a se esgotar depois de duas argumentações taxativas. A primeira é que é evidente a natureza de nossa formação sócio-cultural. Somos um país pluricultural e multirracial e é importantíssima a contribuição do negro, do branco e do índio, indistintamente, nesta formação. E, a outra: embora para a grande maioria de descendentes de escravos africanos trazidos para o Brasil o legado da escravidão tenha sido a pobreza e a falta de oportunidades de ascensão social, hoje, a escola pública brasileira, mesmo enfrentando crises e dificuldades, ao "acolher e educar" grande contingente das classes populares, vem democrati-



zando o ensino, minimizando, assim, as injúrias sociais em nosso país.

Apesar de aparentemente óbvios e conclusivos, tais raciocínios estão longe de dar conta da problemática que envolve a instituição escolar, sua clientela mais carente e estigmatizada e o formalismo de seus projetos pedagógicos que não atendem às expectativas desta enorme parcela da população. Estudos e estatísticas denunciam a fuga de alunos da escola, após exaustivas tentativas de convivência com uma instituição que parece não ter sido projetada para eles, onde questões étnicas raramente são enfrentadas com honestidade, numa negação silenciosa e negligente para com aqueles que lhes confiam seus sonhos de cidadania.

Estatísticas constrangedoras –

Iniciamos a década passada com o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelando-nos um dado desalentador. Em cada 100 pessoas negras, apenas seis conseguiam terminar o 1º grau. Entre os cidadãos negros do país, cerca de 40% não tinham nenhuma instrução, contra 20% de pessoas brancas nas mesmas condições. Ao mensurar os níveis de oportunidade dados a negros e brancos no mercado de trabalho, verificou-se que em cada 100 pessoas não-brancas que conseguiam se empregar, quase a metade, 49%, recebia por mês um salário mínimo. O número de trabalhadores brancos nessas condições era de vinte em cada 100. E, ainda, verificava-se que, concentrados nas ocupações manuais agrícolas (aquelas que têm comparativamente os menores salários), encontravam-se 44% de pretos, 42,8% de pardos e 20% de brancos.

A despeito da crise política, social e econômica que, uma década depois, aprofundou desníveis sociais e instaurou um quadro de preocupações generalizado, o diagnóstico parece manter-se o mesmo. Ao pensarmos nos fatores que contribuem para a situação sócio-econômica do negro em nossa sociedade, devemos considerar não somente as causas históricas – como as seqüelas da escravidão ou a competição desigual com o imigrante estrangeiro por ocupações no mercado de trabalho, no período após a abolição – mas também a imensa desigualdade de oportunidades educacionais, que se perpetuam

até hoje, e, intrínseca a ela, a discriminação racial.

A professora que subiu a favela na Tijuca, buscando aproximar-se da realidade social, econômica e, sobretudo, cultural, dos alunos das classes populares, protagoniza um episódio raro que revela as tímidas tentativas de avanço da escola pública brasileira na relação conflituosa que vem estabelecendo com os “diferentes”.

Na opinião da professora Amélia Maria de Almeida Alves, das Faculda-

*No Brasil, em
cada 100 pessoas
negras, apenas
seis conseguem
completar o
1º grau. Cerca de
40% da população
negra brasileira não
teve oportunidade
de frequentar
uma escola*

des Integradas Bennett, quaisquer que sejam as questões da educação no Brasil de hoje, todas elas desembocam na necessidade de mudanças do sistema e do processo educacional. “Por onde iniciar um verdadeiro processo de democratização do ensino, num país caracterizado pela pluralidade cultural de alunos e professores? Questões étnicas, por exemplo, seriam consideradas em novas propostas de currículo?”, indaga. São perguntas que já há alguns anos saltaram os muros que separam a sociedade civil organizada da escola, tornando-se mais explícitas e ganhando espaço dentro de setores mais progressistas das instituições de ensino. Para isto foi

inegavelmente importante o papel dos movimentos negros.

Mas se hoje, felizmente, já não podemos dizer que o sistema educacional brasileiro é alheio a toda esta ceceuma, também não é verdadeiro dizer o contrário. O que professa a grande maioria dos nossos mestres, realmente, é o que lhes ensinaram de mais obtuso as velhas pedagogias.

“No Brasil, as culturas negras e indígenas aparecem como contribuições menores, menos significativas e menos valorizadas, comparativamente em relação a uma cultura branca, européia e letrada, apresentada como o verdadeiro pano de fundo”, explica o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos. Endossando a análise de Rufino, Amélia Maria acrescenta ainda que as questões que dizem respeito a uma cultura no Brasil são tantas quanto as possibilidades de significado que o termo permite.

No contexto da escola conduzida, por exemplo, pelas práticas pedagógicas mais tradicionais, cultura é frequentemente entendida como o acúmulo de conhecimento, e se centra na valorização da transmissão de conhecimento pelo mestre ao aluno. Explica-se, assim, também porque nesta hierarquia os sujeitos da cultura negra “devem”, ao ingressar na escola, instruir-se e submeter-se à “aculturação”.

Para o sociólogo Júlio César Tavares, professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), “o olhar branco e ocidental nega o valor das formas tradicionais de religiosidade africana e não vê seu papel revitalizador na cultura negra da Diáspora. O fato dos deuses e seus emissários se manifestarem sempre nos terreiros, através da dança ritmada dos tambores, é interpretado, pela ótica racionalista das liturgias cristãs e judaicas, como animismo e barbarismo. A casinha de Exu que a professora Sílvia Maria confundira guarda, no entanto, preceitos ritualísticos sofisticados que têm uma lógica que lhes é própria e exclusiva”.

Exclusão – O teórico da comunicação, Muniz Sodré, estudioso da cultura negro-brasileira e autor de vários livros e ensaios sobre o tema, explica que uma das funções da escola no Ocidente é a seleção e a organização da força de trabalho. “Isto significa que no interior da

Pluralidade ainda ignorada

escola capitalista se dá um processo de seleção daqueles que vão ocupar o papel de agentes da produção. As práticas escolares têm uma força discriminatória no sentido de incluir e excluir”, teoriza, e dá como exemplo desses mecanismos o ensino da língua e da literatura: “É na escola que se vai discriminar a quem se vai destinar o português utilitário e o português literário. Dependendo do extrato social a que pertença o indivíduo, essa opção vai ser inevitável. Se não há uma incitação familiar para a leitura de literatura, vai ser muito mais difícil para a criança aceitar esse código literário letrado imposto pela escola”. Muniz explica ainda que a história da famí-

lia negra é de exclusão social, por razões de caráter sócio-cultural-econômico. “O sistema de ensino no Brasil é elitista. O modelo educacional que foi montado no período da escravidão persiste até hoje e nenhum outro foi criado como alternativa. E se os excluídos persistem em permanecer na escola, a despeito dos vários anos de repetência, é porque, mesmo sabendo que não ocuparão lugar na força de trabalho, a escola é o lugar onde se sentem espiritualmente elevados, a eles também destinado”, opina.

Barreiras – Se ler e escrever é para nossas classes populares um drama,

por envolver exigências que alguns consideram barreiras de difícil transposição, há educadores que acreditam em saídas possíveis, desde que a escola admita e aprenda a trabalhar com as “diferenças”.

A professora Nilda Teves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tenta apontar outros caminhos: “A escola geralmente tem um paradigma de criança a ser trabalhado. É o aluno que tem pai, situação de família organizada, tem a roupa, a linguagem elaborada. As crianças das classes populares, ao chegarem à escola, têm sua linguagem desconsiderada, para adquirirem a linguagem elaborada da instituição.” Ela lembra que, para os seres humanos, a linguagem deve estar a serviço do pensar, ajudando o homem a ampliar suas leituras do mundo. “Se esta linguagem for aculturada de uma maneira perversa, o que se produz é o silêncio. A criança se cala para não ser ridicularizada, para não dar o testemunho de que seus pais não sabem ler, para não ter vergonha de sua origem”, argumenta a professora, a quem a produção do silêncio é uma estratégia que submete a mente da criança à estrutura mais perversa de dominação. Para ela, é esta uma das grandes chaves da evasão escolar. “A gente pensa que é só a fome, mas isto não é verdadeiro. Você pode dar a melhor merenda e as crianças se evadem. Saem porque a escola diz a elas: aqui não é o seu lugar. E como elas querem continuar falando, encontram suas formas de resistência e vão embora”, conclui.

Um caso estranho – A professora Amélia Alves já coordenou vários projetos educacionais ao longo de seus mais de 20 anos de carreira. Ela conta um episódio que reitera as enormes dificuldades da escola na relação com alunos que “destoam” pela diferença, ocorrido numa escola pública do município fluminense de Campos.

Carlos era um menino alto e forte demais para os seus 11 anos. Embora fosse extremamente inteligente, não apresentava um desempenho satisfatório. Além da altura “desproporcional” à sua idade, era “mulato de estranhos hábitos”, segundo a visão dos professores da escola. Sua “esquisitice” era passar grande parte do tempo desenhando fi-



Deve-se levar em conta hábitos e tradições da cultura negra no ensino público, para superar-se o problema da exclusão

guras de índios. Os mestres não conversavam com ele, mas teciam várias teorias sobre as razões de seus "problemas". "Mais tarde, quando vim a ser sua professora", conta Amélia Alves, "passamos a conversar sobre seus desenhos, e ele ia revelando sua história de vida, seu imaginário, sua feição cultural. Tantos 'índios' tinham sua razão de ser. Filho de uma mãe-de-santo em Campos, sua função no terreiro era cuidar dos 'santos'. E o Caboclo era a única representação masculina que ele tinha. Aberto ao diálogo, esse menino mudou radicalmente seu comportamento esquivo e seu rendimento escolar aumentou significativamente. Seu problema? Tinha timidez frente ao contexto escolar", assegura a professora.

Déficit alimentar – Quem participa dos conselhos de classe, sobretudo aqueles que reúnem professores de turmas da 1ª série do 1º grau, conhecem uma velha justificativa do sistema de ensino para o grande número de alunos que repetem esta série: a subnutrição lesou-lhes, nos primeiros anos de vida, os neurônios, inviabilizando o processo

de aprendizagem agora sob os cuidados da escola. "São argumentos baseados num falso conhecimento da ciência", dispara Nilda Teves. "Sabe-se que as crianças que realmente tiveram este tipo de comprometimento sequer chegaram aos bancos escolares, pois morreram antes. Aquelas, portanto, que chegam até nossas escolas, têm concretas condições de aprendizagem, visto que o cérebro humano tem uma capacidade fantástica de regeneração. Lesada uma parte dele, outra imediatamente pode ser estimulada e desempenhar igual função", ensina ela, alertando que, do corolário de estigmas que recaem sobre as crianças de classes populares, este é um dos mais frequentemente utilizados para justificar o que chamamos de "exclusão".

Herança ingrata – Na explicação de Júlio Cesar Tavares, da UFF, "excluir" significa, através da discriminação, impedir a integração na sociedade de uma parcela significativa que, no caso dos não-brancos, é majoritária. Esta exclusão – que no Brasil foi imposta ao negro e ao índio – tem o objetivo

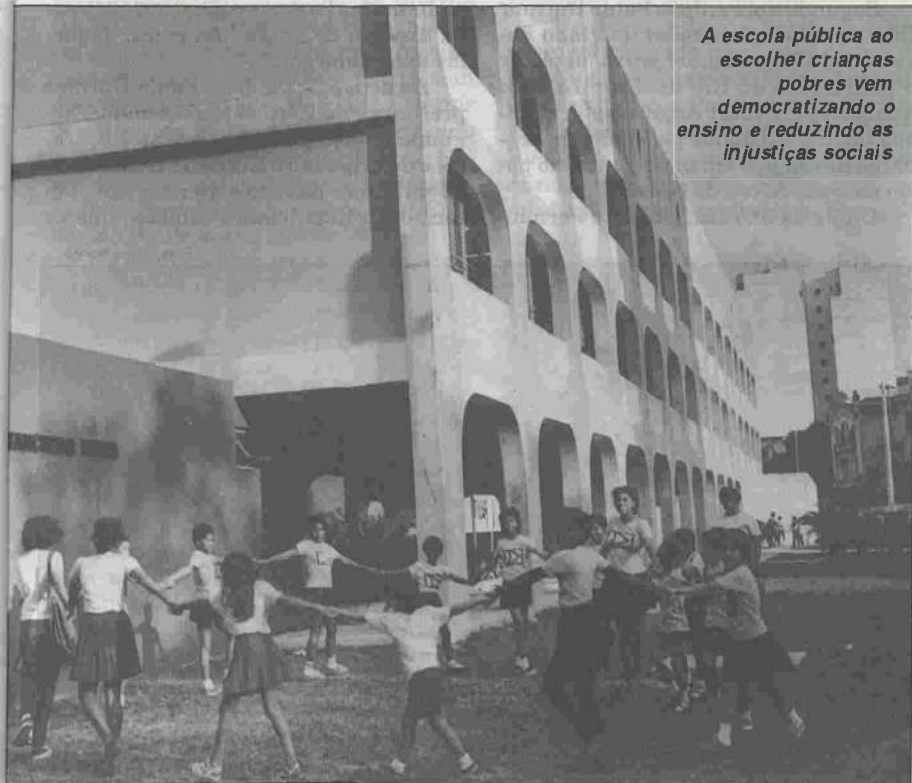
de preservar a submissão do "diferente" aos padrões culturais, aos padrões lógicos de raciocínio do homem ocidental. "O objetivo não é nem aniquilar o outro por uma simples perversão, mas sim por uma necessidade que historicamente se encroou na mentalidade nacional, que é, através da exclusão, preservar privilégios e situações vantajosas para a minoria branca", afirma o professor.

Ele esclarece que existe ainda de forma muito viva na mentalidade do homem brasileiro "resíduos" que contribuem para que, mais de um século depois da abolição dos escravos, a discriminação étnica seja tão forte no Brasil. "Um dos fatores, afirma Júlio Tavares, foi acreditar, durante muitos anos, que o negro não tinha alma, que não era portador dos sentimentos mais humanos que o homem ocidental possuía. Então o escravo era incapaz de amar, de sentir dor e de até mesmo chegar a Deus". Segundo o sociólogo, o animismo e o fetichismo que caracterizam, pela linguagem cristã, a religiosidade negra, passavam como formas primitivas e até mesmo impuras. "Formas extremamente desaconselháveis e até perversas de se chegar a Deus mediante a manjação de animais, ou se utilizando de símbolos, de figuras religiosas, como um totem de 50 centímetros com um pênis gigantesco enrijecido, como é Exu, que representa a fertilidade."

O professor questiona ainda: "Afim, o que define a cidadania no Brasil? Não é a propriedade? Podemos observar que veio a abolição, mas com ela não veio a indenização. Era muito perigoso para a classe dominante correr o risco de entregar as propriedades como indenização para os negros, uma indenização justíssima pela indignidade de 400 anos de escravidão. Uma indenização moral."

Do alto das favelas, essa população excluída resguarda-se ainda da desesperança, da injustiça social e de enormes infortúnios, pedindo, por vezes, proteção frente a uma "casinha de Exu". Para os nossos formuladores de políticas públicas, o caos habitacional que essa exclusão evidencia e o descompasso entre o papel da escola e a falta de rumos dos que lutam pela cidadania são sinais de que a questão negra é uma das mais graves entre os problemas nacionais e exige atenção imediata da sociedade brasileira. ■

A escola pública ao escolher crianças pobres vem democratizando o ensino e reduzindo as injustiças sociais



Mais um capítulo de luta

Aura Pinheiro

Após uma batalha de 18 anos para desvendar a morte de sua filha Sônia Angel (militante política morta em 1973, aos 27 anos, com dois tiros, depois de uma série de torturas e sevícias em unidades de órgãos de repressão da ditadura militar), o coronel reformado João Luiz de Moraes trava agora uma nova luta: ter o direito de contar o que conseguiu descobrir revolvendo indícios e testemunhos sobre a prisão e morte de Sônia.

João Luiz escreveu em parceria com o jornalista Aziz Ahmed o livro *O calvário de Sônia Angel — uma história de terror nos porões da ditadura*, revelando o que realmente aconteceu com sua filha. Acusado de ter participado, em 1971, na Base Aérea do Galeão, da tortura que matou Stuart Angel Jones, marido de Sônia, o brigadeiro João Paulo Burnier ingressou com uma ação de calúnia e difamação contra os autores na 8ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Segundo a obra, João Paulo Burnier foi o principal elaborador do Plano Parasar, que tinha como objetivo “explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e foi quem forçou Stuart Angel a aspirar gases tóxicos expelidos pelo cano de descarga de um jipe em movimento, no pátio da Base Aérea do Galeão”.

O juiz da 8ª Vara, Gilberto Fernan-

des, expediu em junho um mandado de busca e apreensão de todos os exemplares da obra. Cerca de cem livros foram recolhidos na Gráfica MEC, no bairro do Grajaú (Zona Norte do Rio), e uma noite de autógrafos teve que ser cancelada. João Luiz de Moraes e Aziz Ahmed recorreram contra a ação e aguardam a contestação do brigadeiro Burnier para que seja marcada a primeira audiência na Justiça. Burnier exige também uma indenização em dinheiro por danos morais.

Para João Luiz de Moraes, a nova batalha é muito mais do que um processo judicial para devolver o livro proibido às livrarias.

“É uma arma de resistência ao silêncio que se quer impor agora aos crimes de uma época negra da história do Brasil”. O pai de Sônia Angel afirma que o livro apenas conta a verdadeira trajetória da vida de sua filha, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). “Mas o brigadeiro João Paulo Burnier está querendo impedir que as pessoas conheçam, através da história de Sônia, um pouco daqueles anos amargos.”

As acusações a João Paulo Burnier presentes no livro estão baseadas, segundo o autor, em depoimentos e citações do brigadeiro Eduardo Gomes e do ex-militante político e escritor Alex Polari. João Luiz lembra também que as

Foto: Jorge Nunes



Depois de descobrir a verdade sobre a morte de Sônia Angel, pai briga agora contra a apreensão do livro em que revela a história trágica da filha



Cléa e João Luiz lutaram durante 18 anos para identificar o corpo da filha

Durante a visita ao apartamento de sua filha, João Luiz foi esbofeteado por um agente de segurança e ameaçado de ser jogado do terceiro andar do prédio



Sônia foi morta com dois tiros após ser torturada por membros da repressão

acusações contra o brigadeiro já são de domínio público.

Em *O calvário de Sônia Angel*, João Luiz de Moraes narra ao jornalista Aziz Ahmed como passou quase duas décadas à procura do corpo da filha. Sônia foi detida num ônibus em novembro de 1973 em São Vicente (SP), quando viajava para Santos. Transferida para o Rio de Janeiro, foi torturada e estuprada no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Defesa Interna (DOI-Codi) do Rio e posteriormente levada de volta a São Paulo, onde foi submetida a novas sevícias e morta com dois tiros, aos 27 anos de idade. O autor dos disparos, segundo o livro, teria sido o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou a Operação Bandeirantes (Oban) nos porões do DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1973.

Na visita ao apartamento em que Sônia morava em São Vicente, João Luiz de Moraes levou uma bofetada de um agente da repressão por ter se recusado a entregar a carteira de identidade. O coronel também foi ameaçado de ser jogado do terceiro andar do prédio onde Sônia vivia clandestinamente. A mãe, a professora Cléa Lopes Moraes, somente conseguiu retirar do imóvel duas únicas lembranças da filha: um par de óculos e um carretel de linha com uma agulha entrelaçada.

Enquanto conta alguns detalhes da história, João Luiz de Moraes caminha até a sala de sua casa para mostrar, em um quadro com auto-retrato da filha, "a expressividade dos olhos de quem sempre apoiou os caminhos da militância".

E o coronel João Luiz vê na sua per-

sonalidade "muito liberal" uma forma de tentar explicar o fato de jamais ter aconselhado Sônia a desistir das atividades políticas. Naqueles tempos, conta ele, era difícil ter uma noção clara das conseqüências da participação de movimentos políticos. "Foi uma surpresa para mim quando minha filha foi presa pela primeira vez, em 1969, enquanto organizava material de panfletagem no Dia do Trabalho, na Praça Tiradentes, no Centro do Rio."

Ele diz que levou também cinco anos acreditando na versão oficial de que sua filha havia sido baleada em confronto com a Polícia em São Paulo, junto com o militante Antonio Carlos Bicalho Lana. Segundo ele, foi divulgado na época que ambos morreram no caminho para um hospital, em dezembro

de 1973. Mas em 1978, ao ler o nome de Sônia em uma lista de brasileiros mortos vítimas de torturas elaborada pela Anistia Internacional e publicada por um jornal do Rio de Janeiro, João Luiz diz que foi como se a filha tivesse morrido pela segunda vez.

"A partir daí resolvi iniciar uma investigação árdua sobre as verdadeiras circunstâncias da morte de Sônia até descobrir que ela tinha sido torturada, violentada e morta com dois tiros a mando dos órgãos da ditadura militar", afirma. Somente em 8 de julho de 1991, uma equipe de legistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) comprovou que a ossada encontrada no cemitério de Perus, em São Paulo, era mesmo de Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

"Antes de saber que minha filha havia sido torturada, achava que ela tinha tido uma morte gloriosa, por ter lutado até o fim pelos seus ideais." Depois da descoberta de tortura, João Luiz diz que se fixou em uma meta: chamar a atenção das pessoas para as marcas deixadas pela ditadura militar e tornar pública a história de Sônia Angel.

O gosto pela militância de Sônia Angel teria sido herdado do pai? João Luiz garante que não. "Ela sempre foi muito mais corajosa e determinada do que eu. Fui integralista aos 12 anos e, assim como minha filha, apoiei o golpe militar. Mas a minha desilusão política foi precoce. A partir do ato que prorrogou o mandato de Castelo Branco, eu me desiludi com a política. A Sônia, ao contrário, lutou por dias melhores até morrer." (Colaborou Marcelo Monteiro)



O brig. Burnier, acusado pela morte de Stuart Angel, exige indenização por danos morais

A cidadania humilhada

Ação popular tenta reverter na Justiça medidas arbitrárias dos planos de saúde

Tânia Coelho

O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e a Procuradoria da Justiça decidiram entrar com Ação Popular contra a Superintendência de Serviços Privados (Susep), órgão do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização das empresas de seguro. Motivo: a sua omissão na fiscalização dos aumentos efetuados por inúmeras empresas da área de saúde. Enquanto isso, Amil, Golden Cross, Blue Life, Iguatemi e Unimed foram autuadas, dia 29 de junho último, pela Lei Delegada nº 4, por abuso de poder econômico.

Em apenas três dias, na primeira quinzena de junho, cerca de 40 pessoas entraram com ação na Comissão Municipal de Defesa do Consumidor contra os preços abusivos praticados pelos planos de saúde, que chegaram a aumentar em até 105% suas mensalidades. São tantas as reclamações que a Ação Popular foi considerada a saída mais eficaz não só como instrumento jurídico como também de pressão junto às autoridades para que medidas sejam tomadas coibindo os aumentos exagerados.

Este abuso de poder, afirma a advogada paulista Rosana Chiavassa, só vai deixar de acontecer no momento em que todos os lesados ou aqueles submetidos à retaliação entrarem na Justiça contra estas empresas. Rosana lembra que no início da década de 80, devido a planos e mudanças na economia, o Judiciário brasileiro quase submergiu pressionado pela grande quantidade de ações de despejo encaminhadas. Resultado: o Congresso Nacional aprovou e o Executivo sancionou a Lei do Inquilinato.

A comparação toma outra dimensão quando sabemos que desde março o presidente Itamar Franco mantém em suas gavetas o decreto-lei que regulamenta a atuação das empresas que fornecem assistência na

área de saúde. De um lado – o dos cidadãos – os Conselhos de Medicina e algumas organizações não-governamentais (ONGs) mantêm pressão permanente para que este decreto entre o mais rápido possível em vigor. De outro lado – o dos grupos empresariais – há o poderoso lobby da saúde privada. Passaram-se mais de três meses e o decreto-lei continua engavetado.

O poderio destas empresas é tão grande que não admitem sequer o questionamento. Segundo Rosana, em geral, os contratos são feitos para iludir o consumidor. Inicialmente oferecem atendimento e cobertura total, mas depois estabelecem muitas formas de dizer não. “Elas ‘desovam’ os pacientes graves na rede pública.”

No escritório de advocacia de Rosana Chiavassa e Vilma Pastro, a indignação é a marca da maioria dos depoi-

mentos. O quadro se repete país a fora quando o Tribunal de Contas da União investiga e denuncia o desvio de milhares de dólares do Sistema Único de Saúde, enquanto a população morre sem atendimento nas filas dos ambulatórios, obrigada a conviver com hospitais sem médicos e equipamentos.

Reféns da corrupção e da incompetência administrativa, os que podem e até os que não podem fazer “das tripas, coração” e ingressam nos planos de saúde. Custa caro o passaporte para este outro universo: o do direito a duras penas conquistado, quando se paga para ter benefícios que estão garantidos contratualmente, mas que nos momentos em que mais são necessários, descobre-se simplesmente que “o seguro não cobre”. E quem reclama é bem provável que seja “dispensado”, pois a empresa não tem mais interesse em manter o seguro.

Enquanto a saúde privada engorda seus cofres, a saúde pública agoniza



Esta é a história de Jorge Coimbra. Há cinco anos, ele soube que estava contaminado com o vírus da Aids. Não foi fácil descobrir, em São Paulo, o grupo argentino Omint Assistencial, o único que na ocasião aceitava pacientes contaminados com o vírus, cobrando nestes casos quase o triplo do que costumava cobrar da grande maioria de seus segurados. A saída foi aceitar as regras do jogo: pagar parcelas altíssimas, respeitar o tempo de carência e ter a garantia de poder contar com a cobertura de um plano que não discriminava a Aids. Dois anos depois, o quadro mudou. Restrições, dificuldades e burocracias desaguaram, finalmente, no corte do segurado.

Restou o caminho da Justiça. Jorge deu início a mais uma entre as centenas de ações criminais que circulam pelos corredores dos fóruns de todos os estados em busca de soluções para casos, às vezes, extremamente dramáticos. "Não bastasse a permanente insegurança em função do preconceito e da desinformação a respeito da doença, os planos de saúde criam em seus contratos uma série de situações absurdas, muitas delas

"É comum encontrarmos em hospitais pacientes sem recursos, que pagaram durante anos seguro o médico privado que não cobre doenças crônicas"

garantidas por cláusula que diz que qualquer uma das partes pode romper o contrato sempre que julgar pertinente", diz a advogada de Jorge. Foi essa a cláusula que fez com que ele, ao contrário do que aconselha a advogada Rosana Chiavassa, recusasse e desistisse de encaminhar, na Justiça, a ação contra a Omint. Jorge hoje associou-se a um outro plano sem nenhuma garantia de que terá atendimento caso precise de internação hospitalar.

Pacientes com o vírus percorrem os mais diferentes caminhos, alguns protegidos por médicos e advogados com dedicação integral, que interpretam contratos, negociam espaços, conseguem internação e tratamento à base de dezenas de subterfúgios e processos que aprendem a utilizar na convivência diária com a discriminação nessa área.

Os casos de Aids são os mais gritantes. Reclamam o Conselho Federal de Medicina, o Programa Estadual de Defesa do Consumidor (Procom), a Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, a equipe de proteção ao consumidor da Procuradoria da Justiça, e grita o cidadão. Com todo esse barulho e com enorme soma de recursos investidos no marketing e em contas muito gordas de publicidade na mídia – o que ajuda a manter o silêncio da imprensa – os planos continuam a ampliar seu mercado como a grande salvação da classe média.

Falsa defesa do doente – Depoimento esclarecedor é o da jornalista e advogada Anna Accioly, que já traba-

lhou em um escritório de advocacia responsável pela defesa de seguros-saúde e integrou a Comissão de Consolidação Previdenciária do Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara. Sobre a Omint que, segundo Anna cobria todos os tipos de doença em qualquer hospital, no Brasil e no exterior, "a orientação do nosso escritório de advocacia foi no sentido de que cobrassem mais caro, para que pudessem cobrir os compromissos contratuais que assumiam e arcar com os custos que cresceriam com a cobertura a pacientes contaminados por doenças que começavam a assumir proporções de epidemia".

Afastada da advocacia, Anna é hoje diretora da Organização de Combate à Aids (OCA), e entende que "dizer que os planos têm que cobrir tudo é uma falsa defesa do doente porque, na verdade, isso só ajuda àqueles que querem a privatização da saúde. Essa responsabilidade é do governo". Para ela, "não é correto acusar os grupos de saúde de terem lucros, eles existem para isso. Não estão fazendo filantropia".

Segundo Anna Accioly, é matematicamente impossível, na filosofia de equilíbrio financeiro destas empresas, a manutenção de assistência médica integral. Um seguro-saúde que garante a cobertura para todas as doenças teria que cobrar um preço impraticável.

"O que não podemos aceitar é o lucro excessivo. Mas o caminho não é exigir que os planos cubram tudo, porque isso dá munição aos defensores da privatização que insistem que o governo não é competente e por isso a iniciativa privada tem que assumir tudo." Ela defende a tese de que o governo tem que se responsabilizar pela saúde da população. "Países tão diferentes como Cuba e a África do Sul entenderam que o caminho é ter saúde e educação como responsabilidades do Estado", afirma.

A saída – Se o governo não tem condições e os planos não dão essa cobertura, quais as possibilidades de, a curto prazo, o cidadão brasileiro ter garantias mínimas na área de saúde? É justo que os planos tratem o seguro-saúde com os mesmos critérios com que vendem o seguro de um veículo?

Especialista na área de seguros, conhecedor profundo dos mecanismos e da legislação que rege o setor, o advogado Renato Paulino assinala: "O contra-





A população brasileira deixou de ser cliente e passou a ser refém dos planos de saúde

to estabelece o tipo de cobertura que o seguro vai dar. Paga-se um prêmio para poder receber um eventual serviço no futuro. O prêmio é dimensionado e estabelecida uma taxa que remunere a atividade e permita fazer face a estacobertura. Não é justo que uma pessoa que tem um risco menor pague por aquele que tem risco muito maior. Maior a cobertura, maior o valor pago

ao segurador. E ainda há a vantagem de que o seguro está à luz da fiscalização governamental, através da Superintendência de Seguros Privados, órgão do Ministério da Fazenda, e os planos de saúde não."

Golden Cross é plano ou seguro? Poucos saberiam responder porque, na prática, não existe diferença e os critérios que determinam a atuação do Se-

guro Saúde Golden Cross são exatamente iguais aos planos existentes no mercado e, para a população, o que interessa é a relação custo/benefício. "Aí sim a sensação é de total descompasso", informa a advogada Márcia Eckstein, responsável pela entrada de várias ações na Justiça e que conhece histórias de luta diária de médicos e pacientes para exigir que os planos, enquanto empresas, tenham seus lucros mas respeitem os termos contratuais. E mais: que definam claramente as normas impressas em letras minúsculas, como se tudo fosse feito para dificultar o entendimento, sem definir claramente as responsabilidades

Conquistas de uma década

O Conselho Regional de Medicina (Cremerj) foi o primeiro órgão a criar resolução, com força de lei, obrigando os planos de saúde a atenderem pacientes com qualquer tipo de doença. Esta primeira resolução foi a 19/87, de 20 de agosto de 1987, que obriga "as empresas contratantes a garantir atendimento a todas as enfermidades relacionadas no código internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde". As empresas que desrespeitassem esta decisão estariam automaticamente desligadas do Cremerj e sujeitas a penalidades.

Em seguida, o Conselho Federal de Medicina baixou a Resolução nº 1401 estendendo a medida a todo o Brasil e, em 1991, o Cremerj tratou novamente do assunto na Resolução 35, especificando o caso dos doentes de Aids e dos soropositivos. Diz a resolução: "O atendimento a qualquer paciente, independente de sua patologia, deverá ser efetuado de acordo com as normas universais de biosegurança, recomendadas

pela Organização Mundial de Saúde, razão pela qual nenhuma instituição poderá alegar falta de condições específicas para prestar a assistência de que trata esta resolução".

No entanto, muito embora as resoluções 35 e 19 do Cremerj proibam os planos de saúde de rejeitar tratamentos em pacientes com câncer, Aids ou doenças infecto-contagiosas, a desobediência às leis e, na maioria dos casos, a impunidade, continuam sendo as marcas deste lamentável capítulo da saúde de nosso povo.

"Diretores e médicos estão sendo punidos e existem inúmeros processos éticos contra eles", informa o conselheiro do Cremerj, David Szpacenkops, responsável pela Comissão de Convênios. "Temos conseguido grandes vitórias, como a criação de hospitais da Amil e da Golden Cross para atenderem especialmente a estes casos. O grande problema agora são os seguros de saúde. Trabalhamos no sentido de conseguir que eles também se submetam às resoluções do Cremerj", diz ele.

Poucas armas – Márcia se impressiona com o número de profissionais de Direito e Medicina que recuam na hora de fazer as denúncias. Esse tipo de postura, somado à proteção que os departamentos comerciais da grande imprensa dão a este mercado, mais as armadilhas contratuais, deixam no ar, para a grande maioria, uma sensação de impotência. Mas para os que “botam a boca no trombone” fica a sensação de que é possível usar as poucas armas disponíveis, como é o caso de Carmem Carísio.

Seu filho, recém-nascido, necessitava de uma pequena cirurgia. A Golden Cross alegava que a intervenção não estava coberta pelo plano. Uma ação junto à Comissão Municipal de Defesa do Consumidor fez com que o casal fosse ressarcido, sem reajuste, do valor pago, valendo neste caso uma regulamentação do Conselho Regional de Medicina que obriga os planos a cobrirem determinados tipos de cirurgia. No caso de Carmem, a história termina aí, mas caso semelhante, ocorrido com Roberto Carvalho, fez com que uma simples reivindicação junto ao mesmo órgão lhe valesse o desligamento imediato do plano sem direito à defesa também com a famosa alegação de que a empresa não interessava mais manter o contrato. Vale lembrar que em alguns casos o prazo de carência é de dois anos.

Os clientes que reclamam das altas mensalidades correm o risco de ter seus contratos cancelados

giação de que a empresa não interessava mais manter o contrato. Vale lembrar que em alguns casos o prazo de carência é de dois anos.

Outras formas de ação

A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) e o Grupo pela Vida atuam mais no campo jurídico, questionando o contrato em si. Embora ainda atuando de forma emergencial, têm computadas mais vitórias que derrotas com a Medida Cautelar, garantindo internação e não permitindo que o paciente fique sem assistência.

Na Ação Ordinária, as entidades questionam o contrato, argumentando que as cláusulas que não permitem a entrada do paciente portador de doenças infecto-contagiosas são abusivas. A medida garante que o paciente reciba o tratamento até que saia o resultado da ação.

Segundo informou Lilian Márcia Balmant Emerique, do setor jurídico da Abia, boa parte dos planos de saúde tornam-se seguros-saúde, sujeitos à legislação de seguros e do Código Civil. “Lutamos para submeter as seguradoras aos órgãos de saúde. Não é possível tratar a saúde e o paciente como se trata um automóvel, um objeto”, afirma Lilian.

É muito comum encontrar, abandonados em enfermarias de hospitais públicos, pacientes que pagaram durante anos seguro-médico à rede privada que não cobre leucemia, nem doenças nervosas crônicas, nem Aids, nem câncer, nem doenças infecto-contagiosas. As empresas simplesmente alegam que se o fizessem iriam à falência. A maioria delas está aumentando seus preços de maneira absurda. Quem defende o cidadão nessa lógica extremamente perversa? “Se é verdade que é a Susep, que responda a essa Ação Popular com uma auditoria nas contas destas empresas”, insiste Carmem.

Na Academia Nacional de Medicina

na, no Conselho Federal de Medicina e em outros órgãos que defendem a melhoria do serviço público, é comum a lembrança das inúmeras vezes em que a rede pública atende a pessoas que têm plano de saúde privado, porque as clínicas particulares não trabalham com especialistas em seus plantões. Por que as as companhias de seguro não indenizam os hospitais públicos quando eles atendem a um de seus segurados? É a pergunta que estas entidades deixam no ar.

Na verdade, esta é uma discussão antiga. Não são poucos os que afirmam que a rede privada suga a rede pública, sem que qualquer medida seja tomada. Um exemplo é o que ocorre, desde 1980, no pronto-socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo, que tenta receber uma compensação das companhias que vendem seguros contra terceiros. De um cadastro de três mil pacientes, resarcuiu-se em menos de 300, como se tudo se resumisse em um subsídio do setor público para o privado, como definiu muito bem o médico Paulo Pinheiro, do Miguel Couto: “O Estado falido banca um risco tomado por empresas privadas e gasta recursos públicos engordando-lhes os lucros.”



Comissão Municipal de Defesa do Consumidor
Câmara dos Vereadores, Praça Floriano, s/nº – sala 201
Centro, Rio de Janeiro
Tels.: 262-7638 e 292-4141 Ramais 227/229/364/365

Programa Estadual de Defesa do Consumidor
Rua Buenos Aires, 309
Centro, Rio de Janeiro
Tels.: 224-4916 e 224-5184

Paciente com Aids : um olhar na esperança

A capacitação da equipe médica e a melhoria do trabalho assistencial, preventivo e social são aspectos fundamentais para o paciente com Aids. Este texto recebeu o Prêmio José Fernandes Pontes de Tema Livre, no IX Congresso de Medicina Psicossomática, realizado de 1 a 5 de junho, em Salvador

Lizete Macário Costa*

As pesquisas sobre Aids rapidamente atingiram as fronteiras da ciência tradicional, incluindo as disciplinas clínicas, epidemiológicas e sociais. Surgem também questões políticas e morais, discussões sobre gastos com a doença. Desenvolvem-se pesquisas de sociologia, comportamento e prevenção.

No início de 1992, havia 12,9 milhões de pessoas no mundo infectadas (incluindo 4,7 milhões de mulheres, 7,1 milhões de homens e 1,1 milhão de crianças). O curso da doença cruza fronteiras sociais, culturais, econômicas e políticas, com suas condições peculiares de disseminação.

Algo parece estar demonstrado, além das estatísticas, quanto ao desafio que a Aids vem trazendo não só à prática médica, mas também para as condições de vida da população, sua estrutura política, o sistema de saúde etc.

Há diversas realidades a serem consideradas e, em instância primordial, a do paciente e do profissional de saúde (aqui representando a instituição, o sistema de saúde), sujeito e agente na prática de um atendimento que visa ao tratamento, o prolongamento da vida e diminuição do sofrimento. Uma ação mais global tem sido o grande desafio, envolvendo informação, prevenção, tratamento e apoio social.

O comportamento humano – individual e coletivo – interferiu na forma de expansão da doença e poderá modificar seu curso futuro.

Nesta dimensão, a relação médico-paciente assume características peculiares, relacionadas com o tipo de contágio e aspectos da evolução da doença, que resulta em necessidades de abordagens diversas nos programas de saúde.

“Leio tudo que aparece. Quero saber de novos remédios e vacinas. Estamos escrevendo a História desta doença maldita”, desabafa um paciente HIV positivo, sem doença clínica desenvolvida, durante aten-

Foto: André Louzeiro



O paciente discute seus problemas, se informa e sente-se escrevendo a própria história da doença. Na foto, uma mãe com Aids

dimento psicoterápico de grupo em 1986. Posteriormente, em 1993, ouvimos de uma médica clínica: “Não suporto mais. Além de se queixar de tantas doenças juntas, M. ainda me traz seus problemas em todas as consultas.”

Tais afirmativas exemplificam dois aspectos de uma realidade vivenciada por médico e paciente, dentro de uma estrutura vasta de gravidade da doença, das condições institucionais, do desafio no entendimento da prática médica e quanto ao sofrimento do doente.

O paciente com Aids – Nossa experiência em atendimento psicológico ao paciente de Aids inicia com a internação, cujo diagnóstico clínico se confirmou em março de 85 no Serviço de Doenças Infecto-Parasitárias do Hospital Universitário Pedro Ernesto, onde as dificuldades, como medo da morte, ansiedade, tristeza, pequena adaptação ao tratamento e às perspectivas de vida eram predominantes. Nessa fase, enquanto a grande incidência recaía sobre homossexuais, as equipes médicas enfrentavam dificuldades de adaptação frente à epidemia.

Foi importante então uma visão do tipo de doente internado, quais os objetivos ao lidar com ele e a disponibilidade de tempo para um trabalho tão amplo e individual. O objetivo inicial foi estabelecer certa ligação com o paciente, verificar como este poderia viver melhor dentro dos limites impostos pela doença. Os sintomas eram tratados à medida que surgiam, somados ao encorajamento necessário a esta ação.

A pessoa com Aids, que na maioria das vezes pertence a grupos socialmente discriminados, rompe com a representação habitual de paciente. Como tal, além de ser um desafio para o conhecimento médico, também cria exigências no desenrolar desta relação. A Aids vai além da assistência rotineira, criando oportunidade para reflexão sobre o mito de cura da medicina moderna.

O trabalho junto aos doentes, em nossa experiência atual, objetiva um atendimento integral, em que se investe na relação com os indivíduos. Busca-se facilitar o entendimento da situação, propiciar melhor evolução clínica, estimular integração social, bem como desenvolver na equipe a capacidade de reconhecer e lidar com as reações emocionais e os desafios.

Intervenções – Os pacientes são selecionados entre os que estejam apenas com teste HIV positivo e aqueles com quadro clínico da doença instalada, internados ou em tratamento ambulatorial. Nesse momento, o doente tem conhecimento do diagnóstico da doença, cuja comunicação é feita em sua consulta clínica, aproveitando o momento adequado.

O atendimento é realizado por profissional do Serviço da Disciplina de Psicologia Médica, levando em conta a solicitação específica do paciente, história psiquiátrica prévia ou apresentação de quadro psicopatológico grave durante o tratamento clínico. A abordagem é voltada aos fatos que antecederam a eclosão da doença, reações frente ao diagnóstico, relação familiar, doenças anteriores e os aspectos atuais da vida. O paciente frequenta também três sessões semanais de psicoterapia individual, quando internado na enfermaria, e uma sessão semanal, quando em tratamento clínico ambulatorial.

Aqui nos referimos a uma atitude psicoterápica que implica uma visão global do paciente, da necessidade de uma postura flexível do terapeuta e de uma técnica que combina apoio e suporte, informação e reflexão. Junta-se a esta abordagem uma investigação clínica psiquiátrica, importante para diagnóstico das reações ansiosas e depressivas, dos quadros psicóticos e sinais de comprometimento orgânico-cerebral, resultando por vezes na utilização de psicofármacos.

A psicoterapia de grupo tem se constituído em outra ajuda capaz de atender à demanda do ambu-

latório. Em relação aos critérios de seleção, tomamos como referências os indicativos básicos para formação grupal, como: exclusão de quadros psicopáticos, depressivos graves, psicóticos e problemas de déficit intelectual.

Outros critérios de indicação de pacientes para grupoterapia são o desejo real de se tratar em grupo e o referente ao primeiro estágio clínico da Aids (apenas sorologicamente positivos, sem sintomas de doença), visto ser o início de um longo processo e assim poderemos segui-los desde o diagnóstico, acompanhando-os em seu sofrimento, fantasias e sentimentos.

A oportunidade de trabalhar em equipe com vários profissionais voltados para a mesma tarefa tem se desdobrado em outros tipos de intervenções. Faz parte de nossa experiência a realização de grupo operativo com equipe de enfermagem, com significativas repercussões posteriores no relacionamento com os pacientes e equipe após o início desse trabalho. Atualmente desenvolvemos um grupo semanal de reflexão com médicos em que se discute as relações no trabalho, entre si e com os pacientes.

Fazemos também a interconsulta, em que o profissional é orientado para melhor desenvolver suas relações. Nas reuniões diárias de equipe podemos complementar as discussões sobre a parte clínica do tratamento e as questões familiares e sociais do paciente.

Um olhar na esperança – Possibilitar uma atenção aos aspectos emocionais, através da psicoterapia, ganha dimensão dentro de uma relação de equipe multidisciplinar e representa contribuição para o estudo das vivências conflitivas do paciente em suas relações com a doença, junto à tarefa assistencial.

A psicoterapia individual sugere maior atenção ao tratamento psicológico desde o diagnóstico, fase evolutiva até a fase terminal, bem como viabilizar este recurso como meta preventiva, com pacientes apenas infectados pelo HIV (sem doença clínica). O conhecimento da vida destes indivíduos, através do trabalho junto à equipe, pode contribuir para a melhoria no atendimento hospitalar, expresso no tratamento clínico e prevenção.

É possível observar que pacientes apoiados em situações de perda (do emprego, amigos, controle do corpo, parceiro e da família) têm uma frequência mais regular ao tratamento ambulatorial e com menor tempo de internação. A psicoterapia de grupo pode ser outro recurso capaz de atender à demanda de pacientes nas instituições, além de colaborar na reintegração desses elementos.

Lembrando Levi-Straus, a eficácia da atenção médica vai além dos meios materiais, abrangendo também aspectos simbólicos. Todos os recursos são permitidos, assim como escrever a história para o futuro a quem estiver com um olhar na esperança. ■

O trabalho junto aos doentes objetiva um atendimento integral, em que se investe na relação com os indivíduos

* Médica Psiquiatra

Criatividade combate a Aids

Consumo de alimentos normalmente descartados pela população acaba com problemas de vômitos e diarréias em portadores do HIV

José Messias Xavier

Há dois anos, a nutricionista Elaine Siqueira Gonçalves assistia a um programa de TV, em sua casa, quando subitamente, para espanto de seus familiares, exclamou: "Eureka". Na tela, uma reportagem sobre os benefícios da alimentação alternativa, composta de casca de ovo e partes de vegetais que normalmente a dona de casa joga no lixo, como folhas de cenoura e beterraba. A nutricionista, que trabalha com aidéticos no Hospital Estadual Azevedo Lima, em Niterói, no estado do Rio, viu neste tipo de alimentação a saída para complementar as deficiências nutricionais de seus pacientes, que padeciam de dois males comuns aos portadores ativos do HIV: diarréia e vômito.

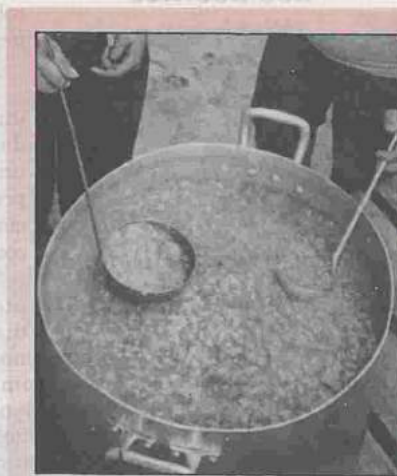
Os resultados, após dois anos de aplicação, são surpreendentes. Uma pesquisa realizada pela equipe de nutricionistas do hospital revela que os 120 pacientes portadores do HIV ali internados não sofrem mais de diarréia e vômito. "O aidético perde muito líquido e, conseqüentemente, perde peso com a ocorrência freqüente dos dois problemas. Estancar essas manifestações é um excelente auxílio no tratamento dos pacientes. Os tratados no Azevedo Lima não precisam mais tomar remédios contra vômito e diarréia", diz Elaine Siqueira.

O processo para a adoção da alimentação alternativa é simples. Os nutricionistas avaliam as necessidades de proteínas e vitaminas dos pacientes e adicionam na comida normal um complexo contendo casca de ovo, banana, abóbora e folhas escuras de vegetais, além de sementes de girassol. Os alimentos são moídos e o pó é adicionado na comida. A maior quantidade de um vegetal ou outro é determinada pelas

deficiências nutricionais de cada paciente.

Também são consumidos farelos de arroz e trigo, gérmen de trigo, lêvedo de cerveja, melado, rapadura, mel, açúcar mascavo e frutas e hortaliças, com aproveitamento das cascas e talos.

Para aumentar o estoque destes alimentos, Elaine organizou no pátio do hospital uma horta, que é cultivada pelos próprios pacientes e funcionários. A equipe de nutricionistas também orga-



Dos 46 pacientes que consumiram o composto num primeiro momento, apenas três apresentaram retrocessos no quadro clínico

niza mutirões entre os funcionários do hospital, que doam os alimentos que normalmente são descartados.

A idéia de se usar este tipo de alimento com os portadores do HIV surgiu também em decorrência de o Hospital Azevedo Lima atender pacientes de baixa renda, que não podem comprar compostos alimentares produzidos em laboratório. "Estes complexos alimentares industrializados, que chamamos de dietas elementares, são formulações específicas para cada tipo de patologia. Eles são caros e o hospital não tem condição de adquiri-los", afirma Elaine.

Os portadores do HIV internados no Azevedo Lima passaram a receber a alimentação alternativa em dezembro de 92. Os efeitos positivos começaram a aparecer com apenas dois meses de tratamento. Dos 46 pacientes que passaram a se alimentar com o composto, apenas três apresentaram retrocessos no quadro clínico. Do total inicial de internados, 36 apresentavam sintomas de desnutrição antes do consumo do complexo. Hoje, o composto alternativo é oferecido a 120 pacientes.

"Normalmente, acredita-se que a Aids não tem cura e, portanto, a alimentação oferecida aos pacientes não recebe a importância devida. A prova de que isto é um erro está sendo dada pelos resultados de nossa prática no hospital", garante Elaine Siqueira. O hospital implantará em setembro um programa de residência para nutricionistas, com o objetivo de organizar um sistema de observação dos pacientes e de, em conseqüência, disseminar o projeto junto a um número maior de profissionais.

Para a psicóloga Nádia Nasser Tauk, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, não é apenas a alimentação que ajuda os portadores do HIV a enfrentarem a doença. "É a alimentação somada ao trabalho desenvolvido na horta. Isto cria um ânimo nos pacientes, um desejo de plantar sua própria comida. É uma excelente terapia."

A psicóloga também trabalha com aidéticos e ficou surpresa com os resultados do sistema usado no Hospital Azevedo Lima. "Os portadores do HIV, pelas próprias características da doença, são problemáticos, pois chegam a um ponto que não querem enfrentar a doença. Mas este trabalho prova que o quadro pode ser mudado", afirma. ■

Novos rumos

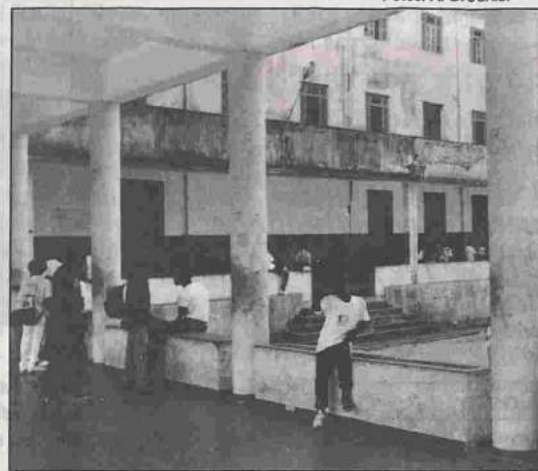
Um ano após a morte de meninos de rua na Candelária, o número de crianças no complexo de escolas de Quintino dobrou e um convênio definiu responsabilidades para tratar do problema no estado do Rio

Em junho, foi assinado um convênio entre o governo federal e o estadual definindo competências para lidar com crianças abandonadas e infratoras. O estado do Rio assumiu as infratoras e para isso criou o Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa. Assumiu ainda os 500 internos nas escolas João Luiz Alves e Padre Severino, na Ilha do Governador, e 1.500 dos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criams).

O Centro de Recepção Integrada (Cerim), na Mangueira, passou para o município, encarregado de crianças que vivem nas ruas e se encontram em situação de risco, devendo recebê-las e encaminhá-las. Nas suas creches, a municipalidade trata de crianças de zero até sete anos. De zero aos 17 anos, são atendidas pela Fundação Estadual do Menor e pelas escolas de Quintino, um complexo anteriormente gerido pelo governo federal e agora pelo estadual. A longo prazo, a perspectiva é implantar o Estatuto do Menor, criado há quatro anos.

Os primeiros sinais de um novo enfoque estão na Escola XV de Novembro, em Quintino, que passou a ter 1.500 alunos, o dobro do número anterior, e atividades esportivas e culturais. Já a escola Odylo Costa Filho foi transformada em abrigo para crianças de rua, onde se encontram hoje cerca de 50, entre elas sobreviventes da Candelária e outras ameaçadas de morte que viviam no Méier.

Em maio o complexo acolheu, pela primeira vez, meninas de rua ameaçadas de morte. Por enquanto, há 25 adolescentes na unidade — três grávidas — recolhidas de viadutos de Madureira, onde moravam. O coordenador de Quintino, Lysâneas Maciel, diz que a filosofia de educação alternativa do complexo tem atraído crianças a ficarem no local. "A lei não permite que eu detenha até os



A Escola XV de Novembro tem hoje 1.500 alunos

que correm risco de vida, e o jeito é fazer com que eles descubram por si próprios as vantagens do complexo." A maior delas, diz Lysâneas, é a possibilidade de desenvolverem suas identidades através de atividades extracurriculares como cursos de artesanato, teatro e música. "É preciso acabar com o preconceito em relação aos menores de rua, associados à violência."

Lysâneas Maciel acha que há um grupo interessado em manter "uma cultura de meninos de rua". Relator do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele não aprova, por exemplo, o trabalho da artista plástica Yvonne Bezerra de Melo, por não dar ênfase à retirada das crianças das ruas. "A assistência é dada por ela na própria rua e o primeiro passo seria tentar mostrar-lhes que não é normal viverem perambulando pela cidade. Os 25 sobreviventes da Candelária que estão aqui viraram atração turística para estrangeiros. Hoje têm reações agressivas, impedem que jornalistas tirem suas fotografias, se sentem explorados."

Mesmo com as mudanças recentes, itens burocráticos ainda prejudicam a agilização dos projetos. O principal é

em relação aos funcionários. "Embora um convênio de co-gestão, iniciado em janeiro deste ano, tenha deixado à disposição do complexo cerca de 900 funcionários federais, este total diminuiu para 600, devido a aposentadorias e transferências."

A disposição de mudar a imagem do complexo não esconde, porém, seu ar de abandono. Segundo Lysâneas, são necessárias, em caráter de urgência, reformas na unidade esportiva, em casadormitórios desativadas e no teatro, com capacidade para 700 lugares.

Ocupando 867 mil metros quadrados e reunindo 31 prédios, Quintino foi o pivô da disputa entre Lysâneas Maciel e a ex-presidente do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), Alda Marco Antonio, no ano passado. Trocas de acusações sobre repasse de verbas levaram o complexo a ficar abandonado, sem recursos e funcionários. As desavenças culminaram com a saída da ex-presidente, em janeiro. Com a posse da nova presidente, a socióloga Regina Lúcia de Quadros Bertulli, os ponteiros do complexo começaram a ser acertados. (Aura Pinheiro)



Fotos: A. C. Junior

Falando de drogas sem hipocrisia

Antropóloga afirma que repressão às drogas não resolve o problema do aumento de seu consumo no Brasil e defende a criação de políticas públicas que disseminem a prevenção e a educação principalmente entre os jovens, os alvos mais cobiçados pelos traficantes



Patrícia Costa

Alba Zaluar tem uma grande experiência para falar de violência, drogas, pobreza e a visão deturpada sobre o assunto que iguala criminosos a meros usuários. Segundo ela, o preconceito gera um círculo vicioso, pois colocar o jovem usuário na prisão o transforma em criminoso.

Alba é antropóloga, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nega-se a encarar o viciado em drogas como um criminoso e afirma que "ele é um doente e deve ser tratado como tal". Escreveu três livros: *A máquina e a revolta*, produto de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), de 1983, sobre os agentes da violência urbana; *Cidadãos não vão ao paraíso*; e *O condomínio do diabo*, resultado de suas pesquisas nas favelas do Rio de Janeiro, além de *Drogas e cidadania*, coletânea de vários autores que ela organizou.

Em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, Alba Zaluar fala sobre a necessidade de se desenvolver no Brasil uma política de prevenção e educação, e sugere a realização de uma Conferência Internacional de Redução de Riscos que, segundo ela, seria a chance de trazer para cá especialistas de todo o mundo que já estão obtendo resultados concretos, e que ensinariam a combater de modo racional o uso e a disseminação das drogas no país.

■ **Quais os mecanismos concretos que o Estado poderia desenvolver para enfrentar o problema do avanço do consumo de drogas?**

AZ – No âmbito da educação, da prevenção e da saúde, em primeiro lugar. Eu acho que as escolas deveriam abrir espaço para discutir a questão das drogas com seus alunos, livremente, honestamente, sem hipocrisia, para que o jovem tivesse a possibilidade de conversar sobre esse assunto com pessoas mais velhas do que ele. Em geral, isso não acontece, pois os jovens acham que todos os adultos são hipócritas, pois bebem, fumam, mas tratam seus próprios vícios como se não fossem vícios, e tratam os vícios dos jovens como coisas do diabo. O jovem fica confuso, evidentemente, e não vai procurar um adulto que pensa assim para conversar sobre as sensações que ele tem fumando maconha ou cheirando cocaína. Ele vai procurar outros jovens que, em geral, já estão envolvidos na criminalidade, e se torna prisioneiro deles.

Deveriam também ser feitas campanhas na mídia, bem-feitas, idealizadas por quem conhece o assunto. Algumas dessas drogas não são em absoluto perigosas, como a maconha. Há consenso entre os pesquisadores que estudam os seus efeitos de que ela não é uma droga perigosa. Ela pode ser tão prejudicial quanto o cigarro com um, só que ninguém fuma três maços de cigarro de maconha por dia. Isso faz com que os efeitos da maconha sobre a saúde sejam até menores do que o cigarro comum. E, no entanto, o cigarro é vendido legalmente.

Temos que encontrar canais de diálogo para que os jovens explicitem quais são as visões e idéias que eles têm a respeito das drogas e por que alguns se perdem, ficam descontrolados e a droga passa a guiar suas vidas.

Esse jovem tem que ser ajudado do ponto de vista emocional, afetivo, da saúde, e não posto numa prisão e tratado como um criminoso, colocando-se um rótulo nele do qual nunca vai se livrar.

■ *É possível termos uma política de prevenção às drogas, levando-se em conta a nossa conjuntura social e econômica?*

AZ – Acho não só possível como necessário. Se nós todos mudarmos a cabeça, se a mídia resolver assumir sua tarefa, se o governo tiver vontade política para imprimir um novo rumo à sua política, esse jogo vai mudar. Já está acontecendo em vários países na Europa e até na Colômbia. Os colombianos desceram ainda mais baixo do que nós, e não podemos esperar para chegar ao nível deles para tomarmos decisões. Temos que mudar já, enquanto estamos ainda numa situação que é possível evitar catástrofes como a que aconteceu na Colômbia. Um jogador de futebol, porque faz um gol contra, é morto com 12 tiros. A situação de violência e o problema das drogas na Colômbia é muito pior do que no Brasil. Nós devemos, com base na experiência de outros países, tentar mudar o jogo por aqui e rapidamente.

■ *Pela sua resposta, se deduz que a questão não depende só da vontade governamental; tem que haver o apoio da mídia e da sociedade civil. Como ela pode interferir e ajudar nesse processo?*

AZ – A sociedade, assim como a mídia, pode interferir e ajudar mudando a sua atitude em relação aos jovens de modo geral, que estão sendo isolados e tratados de uma forma discriminatória e que, por causa disso, acabam nas mãos dos traficantes e dos policiais corruptos.

Não só a família, mas todos nós temos que nos conscientizar, nos reeducar para isso. Mas deveria se começar na escola e com campanhas na mídia, além de programas de tratamento para usuários dentro dos hospitais, já que, por enquanto, nós só temos um local onde isso é feito, que é aqui no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (Nepad) da Uerj. A nossa experiência tem que ser espalhada, de tal modo que o jovem que está com problemas possa ter coragem e se sentir no direito de procurar um hospital para se tratar. De chegar lá e conversar com o médico, com a enfermeira ou quem seja, a respeito do que ele está vivendo e passando. Com seus familiares também. Essa é a maneira de impedir que ele se torne prisioneiro do traficante e do policial corrupto, que está levando esse jovem para a criminalidade.

“O jovem tem uma imagem péssima das instituições nas quais ele deveria confiar e não confia porque, para ele, estar com um cigarro de maconha não é crime nenhum”

■ *Como descriminalizar o viciado?*

AZ – Antes de mais nada, o uso de drogas e o vício são duas coisas distintas. Defendemos a descriminalização do uso, o que obviamente vai atingir o viciado, mas nem todo usuário é viciado, como nem toda pessoa que bebe é alcoólatra. Tem pessoas que fumam maconha socialmente, e não roubam a mãe para comprar drogas. Agora, tem pessoas que se tornam dependentes do fumo, do álcool, da cocaína, da maconha. Está provado hoje que o cigarro vicia, e o álcool, quando atinge a estrutura celular, cria uma dependência química também.

É uma bobagem achar também que todo usuário da cocaína e da maconha é viciado. A maior parte não é viciada. A cocaína vicia mais do que a maconha. Existe um percentual, que não sei qual é exatamente porque as pesquisas estão sendo feitas ainda, de pessoas que se tornam dependentes químicos. Ora, se o uso social e controlado não faz mal a ninguém e, às vezes, nem ao próprio usuário, por que tratar essa pessoa como criminosa? Não tem sentido.

Se o viciado tem algum problema físico ou mental – porque não está afastada a hipótese de que, na verdade, a dependência seja mais psicológica do que química, há uma enorme discussão sobre isso –, se essa pessoa tem algum problema e se torna viciada a ponto de roubar para pagar seu vício, tem que ser tratada como doente, e não como um criminoso. Colocá-la na prisão não vai resolver nenhum dos seus problemas e, lá dentro, ela só vai se tornar pior, primeiro porque não vai parar o vício; sabemos muito bem que as drogas chegam dentro da prisão. Segundo porque ela vai aprender um monte de coisas horríveis a respeito de como mergulhar cada vez mais dentro da carreira criminosa.

■ *Quais as consequências dessa política de repressão ao usuário?*

AZ – O aumento desse círculo vicioso – pois a violência no Brasil e no mundo aumentou por causa da droga, justamente porque se adotou uma política irracional de repressão, em vez de se apoiar na saúde e na educação – criou corrupção na polícia e no poder judiciário também (em menor proporção, mas criou), além de uma imagem péssima no jovem, que está começando a vida, a respeito das instituições nas quais ele deveria confiar e não confia porque, no entender dele, estar com um cigarro de maconha não é crime nenhum, e ele está com razão. Mas se a gente o trata como criminoso e o põe na prisão, ele tem toda a razão de ficar revoltado, especialmente se é pobre, negro e mora na favela.

Isso está acontecendo no Rio, por exemplo. Um policial sabe que o fulano de tal que mora na favela já foi apanhado com um cigarro de maconha. Ele vai sempre pegar aquele cara quando quiser mostrar serviço. E isso é uma ação que contribui para todos os círculos viciosos que levam um jovem pobre à criminalidade.

■ *Os profissionais que, atualmente, lidam com os usuários que os procuram têm preparo para tratar do problema de maneira correta?*

AZ – Não. E eu acho que é preciso fazer um seminário internacional – e eu até já propus isso aqui na Uerj – com os maiores especialistas, as pessoas que mais entendem disso no mundo todo. Há países que estão adiantados no tratamento dessas questões, como a Holanda, França, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, onde estão sendo feitos esforços no sentido de buscar alternativas a essa guerra às drogas, que foi adotada no governo Reagan. Podíamos chamar essas pessoas para vir ao Brasil para termos a oportunidade de discutir com elas saídas e maneiras de agir em relação a esse problema. A partir daí, poderemos fazer um projeto para o Brasil. Devemos levar essa discussão para o público em geral, chamando pessoas que têm problemas na família ou na sua vizinhança para participar da discussão. Esse assunto está desagregando a vida social no Brasil. Devemos acabar com essa concepção errada de que o problema da droga se trata com repressão. Não se trata com repressão, mas com educação e com prevenção.

Eu desejo realizar no Brasil a Conferência Internacional de Redução de Riscos. Já participei de duas lá fora e agora quero trazer o encontro para cá, mas para isso preciso de apoio. Tem policial estudando o assunto na Alemanha. Ele acha que não tem sentido correr atrás do viciado, ele não quer mais fazer isso. Há carcereiros nos Estados Unidos que não querem mais tomar conta de viciados dentro das prisões, porque não é função deles. Médicos, psiquiatras, enfermeiros, cientistas sociais, economistas, pessoas da área jurídica, que vêm estudando essa questão há muito tempo e fazendo propostas, realizando coisas, já adquiriram experiência, sabem o que está certo e o que está errado. Nós precisamos aprender com eles e criar uma política de prevenção para o Brasil. O encontro deve ser apartidário, juntando todos os partidos, porque só trabalhando todos juntos é que poderemos solucionar o problema.

O Rio é o lugar ideal para sediar um evento como esse, justamente porque está muito visado como uma cidade onde o problema é grave, inclusive internacionalmente. Sediando o encontro, o Rio pode mudar essa imagem, mostrar que quer resolver o problema das drogas.

“Temos que encontrar canais de diálogo para que os jovens explicitem quais são suas idéias sobre as drogas e por que alguns deles se perdem no vício”

■ *Falar de drogas hoje é tão difícil quanto era há algum tempo falar sobre a Aids. Demorou muito para essa doença vir à tona no cotidiano...*

AZ – Exatamente. Só que por causa da proibição da droga, tem muito mais gente morrendo por causa dela do que por Aids. Muito mais, posso com tranquilidade afirmar isso. Especialmente no Rio e em São Paulo. Mas as pessoas não morrem diretamente pelo efeito da droga, que mata pouquíssimo. É aí que está o paradoxo. Morre-se por causa da proibição, por causa da maneira como se constituiu o narcotráfico; pela corrupção do policial que acaba formando grupos de extorsão que fazem chacinas, que matam gente que nem tem nada com isso, como no caso de Vigário Geral.

■ *Que tipo de ajuda o viciado deve receber? Como seria o seu tratamento?*

AZ – Olha, eu não sou especializada nisso para poder responder. O que eu percebo é que o tratamento psicológico é muito longo. Eu gosto muito do trabalho dos Narcóticos Anônimos, porque é muito efetivo. Eles têm uma forma de abordar a questão muito parecida com a dos Alcoólatras Anônimos, e têm conseguido fazer um trabalho muito bom (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 173, matéria “A união faz a força”). O que a gente deve fazer é multiplicar essas experiências e tirá-las do anonimato.

Do ponto de vista psicológico, precisamos ser mais pragmáticos e ter tratamentos mais curtos, mas ágeis e dinâmicos para resolver as situações mais imediatas. Esses jovens precisam desse tipo de tratamento, que já está sendo desenvolvido lá fora e devemos trazer para cá.

A dependência química altera a estrutura psíquica das pessoas, o que exige um trabalho grande de reforço da sua personalidade, de crença nela mesma, de uma auto-imagem positiva, para que ela consiga quebrar esse círculo vicioso.

■ *O consumo de drogas no Brasil aumentou muito nas duas últimas décadas, nas grandes capitais. Porém, nos últimos anos, se dá mais destaque ao problema no Rio de Janeiro. Por quê?*

AZ – Esse destaque ao Rio é só porque as coisas aqui são feitas mais explicitamente. Em São Paulo, o problema das drogas é mais grave, mas o tráfico lá encontra meios de trabalhar mais silenciosamente. O Rio sai mais no jornal também porque é muito mais visado, sempre foi. Mas a violência, infelizmente, aumentou muito mais no Rio do que em São Paulo. E isso não se explica, porque são as duas regiões metropolitanas mais ricas do Brasil.

■ *A droga, e o preconceito que vem com ela, questiona a teoria de que no Brasil há uma democracia racial, muito confundida com a democracia social. Sem pre se associa a figura do traficante e a do viciado ao do negro pobre. Qual a sua opinião sobre isso?*

AZ – Olha, eu acho que não é tão simples assim, que apenas o usuário pobre seja visto como um viciado. Essa é muito mais a imagem do policial que quer mostrar serviço. Mas isso está acontecendo também com os jovens de classe média e brancos. Eles também estão sendo achacados pelos policiais. Aumentou muito o número de estudantes de classe média que estão sendo processados e postos na prisão acusados de uso ou de tráfico.

■ *Num país como o nosso, onde as diferenças sociais são tão grandes, e a impunidade gera a corrupção, a senhora acha que é possível prender os verdadeiros responsáveis pelo tráfico, os barões das drogas que “moram na Vieira Souto”, como diz o escritor José Louzeiro?*

AZ – Olha, eu acho que o Louzeiro exagera. Nós não sabemos se os barões do tráfico estão na Vieira Souto. Ninguém sabe, nem ele. Temos várias tentativas de descobrir a identidade dos grandes traficantes, mas é muito difícil. Nesses últimos anos, concentrou-se a repressão no traficante da favela (que é a pontinha do tráfico); mas quem lida com as toneladas de drogas, nós não sabemos quem são. Eu acho que não estão aqui no Rio, mas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e São Paulo.

O que nós sabemos é que têm grandes fazendeiros envolvidos, pessoas que montaram empresas de fachada e que agora é que estão começando a aparecer, porque a Polícia Federal está mudando. Ela tem de ser investigativa e científica, e mudar a maneira de abordar o problema. Ela tem que descobrir por que canais está sendo tão fácil trazer cocaína para cá. Não adianta prender ou matar o traficante da favela, que lida com algumas dezenas de quilos, porque tem cinco para o substituir. É preciso mudar o enfoque. Os que lidam com as toneladas existem e não estão no Rio, pelas informações que eu tenho. Por exemplo, a cocaína é muito mais barata no interior de São Paulo do que no Rio. Ela chega lá de caminhão vinda da Bolívia e da Colômbia. Atravessa Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. É essa a rota que chega aqui no Rio.

■ *Na sua opinião, por que só a maconha e a cocaína são ilegais, quando há tantas drogas nocivas ao organismo humano sendo vendidas nas*

farmácias, como as anfetaminas e os inalantes, sem falar no caso específico do álcool?

AZ – Isso é uma questão muito séria. Nós sabemos que os países do Terceiro Mundo são discriminados mesmo, e nisso se inclui o preconceito contra as drogas terceiro-mundistas. E temos que partir daí e nos juntarmos aos outros que enfrentam o mesmo preconceito, e que estão tentando sair disso. O Judiciário da Colômbia, por exemplo, está tentando mudar a política interna do país. Se nós somos um país soberano, temos que fazer o mesmo.

Devemos resolver o problema internamente e adotar uma política similar à que está sendo adotada por vários países europeus, enfatizando principalmente a prevenção, a educação e a saúde. E não a repressão, que deve ficar reservada para aqueles que roubam, matam, agridem.

A lei deve ser efetiva para aqueles que fazem mal aos outros, e não para quem, no máximo, pode estar fazendo mal a si mesmo. Não se põe na cadeia quem bebe três doses de uísque e, no entanto, isso faz mal. Então por que essa coisa maluca de prender quem está com um toco de cigarro de maconha?

Temos que ter uma atitude mais realista e mais inteligente em relação a esse problema. Como nação, o problema das drogas tem que unir desde o militar até o favelado. Agora, culpar o favelado por uma coisa que vem de fora e de cima, não dá.

■ *Você acha que é possível, realmente, haver vontade política para promover essa mudança de mentalidade e de atitude?*

AZ – A curto prazo, não. Mas como a mudança é necessária, a gente tem que ir à luta de peito aberto, como eu estou fazendo, me expondo enormemente... Falo isso no Judiciário, na frente dos policiais que eu conheço; falo para o ministro do Exército. Tem que mudar a política, tem que ser uma política nacional de defesa da nossa soberania, porque o problema maior não está na entrada da cocaína, mas na entrada das armas de fogo. Quase nada está sendo feito para tentar impedir a entrada delas no Brasil. A única tentativa válida que eu vejo é a do Biscaia, que está tentando pelo menos investigar para ver qual é a participação da cúpula do bicho nesse tráfico.

Eu não tenho nada contra o jogo do bicho, pelo contrário, é inofensivo, dá para fazer um acordo com eles, legalizar, eles poderiam ajudar a desenvolver o turismo no Rio. Agora, se eles estão envolvidos com um monte de coisas ilegais e que causam dano, como importar armas de fogo que estão matando a juventude daqui, isso tem que ser combatido, é muito grave. Eu não quero que entre mais armas aqui, e cabe ao Estado brasileiro tomar alguma medida em relação a isso! ■

“Há carcereiros nos EUA que não querem mais tomar conta de viciados dentro das prisões, porque não é função deles”

Legislação condenada

Participantes do II Tribunal das Drogas, realizado no Rio de Janeiro, criticam a atual política governamental de combate ao uso de tóxicos



Não se deve reprimir pela força o viciado, mas tratá-lo como alguém que precisa de ajuda

Rosane Alves

A lei 6.368/76 prevê que o usuário de drogas flagrado com tóxicos está sujeito a penas de seis meses a dois anos de detenção. Segundo vários especialistas na questão, essa possibilidade dificulta o tratamento do usuário, que não poderia frequentar uma clínica de recuperação se estivesse detido. Para a grande maioria dos participantes do II Tribunal Popular da Política Nacional das Drogas, ocorrido nos dias 6, 8 e 10 de junho, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a lei brasileira deve priorizar o tratamento do viciado, e não a repressão policial. A atual política de drogas acabou condenada por unanimidade pelos participantes do evento, inclusive com o voto da Coligação dos Policiais Civis do Rio de Janeiro.

Mas uma proposta que chamou a atenção dos que assistiram aos debates foi a defesa da criação de uma estatal para a área: a Narcobrás. A empresa seria responsável pela produção, importação, industrialização e comercializa-

ção das drogas, o que eliminaria ostra-ficantes, segundo o defensor da idéia, o psiquiatra Nikoden Edler. "Além disso, uma empresa estatal poderia dirigir os preços, eliminar concorrências, substituindo o narcotráfico e impedindo a corrupção que não é só policial e jurídica", afirma Edler. Para ele, só uma empresa pública pode sustentar centros de tratamento para pobres e criar escolas para orientações.

O objetivo do Tribunal, além de julgar a atual política nacional de drogas, foi o de dar subsídios para enriquecer a discussão sobre a descriminalização, o uso e a política nacional contra as drogas. Das testemunhas convidadas para defenderem a atual política, somente o coronel da Polícia Militar e vereador do Rio, Francisco Duran, esteve presente. Há 30 anos, ele combate o crime organizado e alerta para o perigo das drogas, ressaltando o poder e a selvageria dos narcotraficantes. "O traficante é pior do que o homicida. Ele elimina duas gerações, a do filho e a do pai", afirma Duran, que é a favor da atual legislação mas diz que, no Brasil, não há

nenhuma preocupação efetiva na prevenção, tratamento e recuperação de dependentes.

O vereador Chico Alencar disse que a droga é muito mais do que um simples caso de polícia. Para ele, a questão é de ordem política e ideológica: "A sociedade deve participar, para melhorar a legislação." Alencar acredita que esta luta leva tempo, pois a sociedade ainda é conservadora. Outro participante, o jornalista Fernando Gabeira, afirmou que a política nacional das drogas atual trata o assunto pela visão dos Estados Unidos, que impõe o combate à cocaína nos países da América Latina e da Ásia: "O debate no Brasil deveria transcender a questão interna e tentar colocar a discussão no contexto internacional. Não há nenhum índice que aponte para a diminuição do consumo de drogas nos Estados Unidos ou em outro país e, enquanto houver o consumo nas grandes metrópoles, o problema da produção e da distribuição de cocaína e maconha estará de pé." Gabeira acrescenta que não existe nenhuma ação para inibir a exportação dos produtos químicos usados na produção da droga, por exemplo.

A organização do evento produzirá um vídeo com as imagens dos I e II Tribunais e um livro com os melhores depoimentos. Espera-se, desta forma, democratizar o debate sobre as drogas no Brasil, possibilitando o acesso de vítimas, reféns e algozes à discussão do tema.

A sessão do Tribunal foi presidida pelo juiz de Mangaratiba (Rio de Janeiro), Luiz Carlos Castanho de Carvalho, com a promotoria formada pelos advogados Nélio Machado e Domingos Bernardo.

Entre as testemunhas que compareceram estavam a antropóloga Alba Zaular, o ex-presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes (Conen/RJ), Marco Antônio Constantino, e o deputado federal Eduardo Jorge, que elaborou, em 1992, o anteprojeto de lei 3.901, que puniria o usuário de drogas com sanções administrativas. ■



As drogas não respeitam fronteiras:
são vendidas em quase todos
os países do mundo

UM NOVO PODER TRANSNACIONAL

As máfias que controlam o tráfico de estupefacientes constituem uma empresa ilegal mais poderosa do ponto de vista econômico que alguns países da América Latina e as fortunas pessoais de alguns "barões" da droga superam o Produto Nacional Bruto das seis repúblicas africanas mais pobres

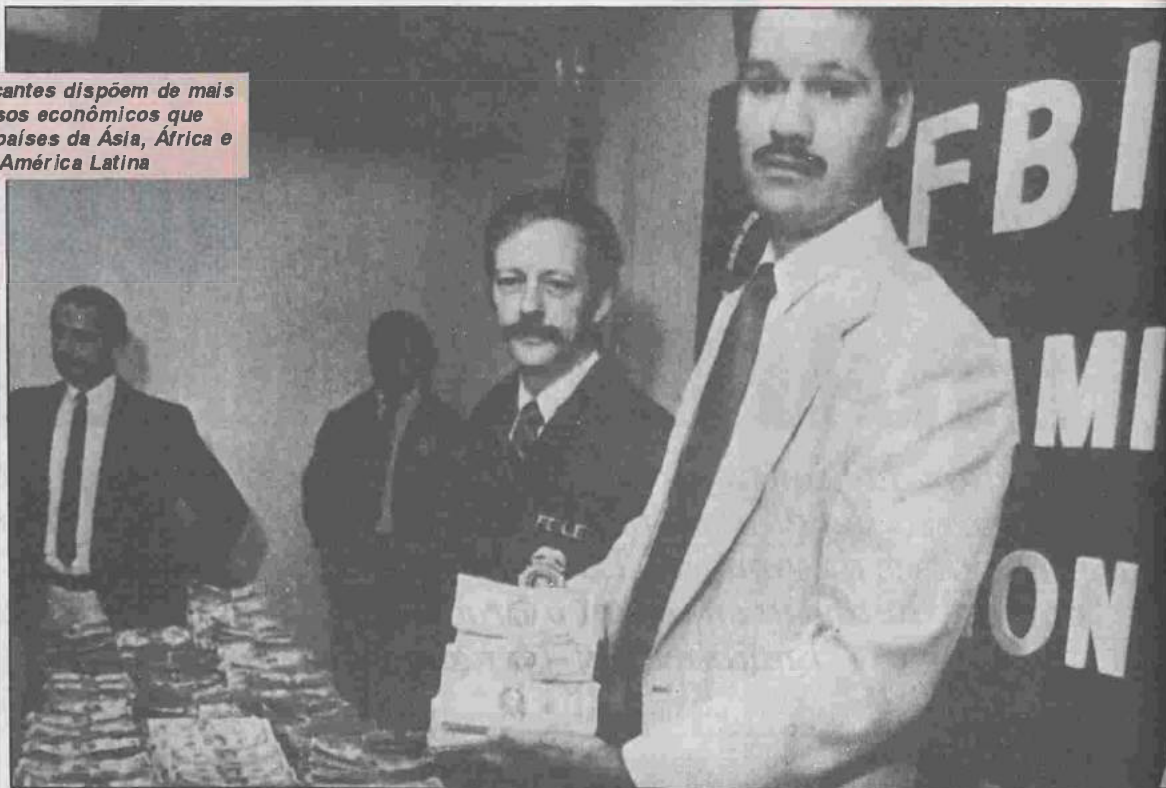
Roberto Bardini

Na década de 80, traficantes bolivianos e colombianos se ofereceram para pagar a dívida externa de seus respectivos países em troca da sua própria impunidade. A dívida da Bolívia era de 4 bilhões de dólares e a da Colômbia, de 11 bilhões de dólares. O fato - que parece extraído da rica tradição do realismo mágico latino-americano - dá uma vaga idéia dos poderosos recursos das máfias da droga. Se fossem empresas legais, quaisquer dos mais importantes cartéis internacionais poderia constar da lista das 50 maiores corporações comerciais do mundo. Alguns deles constituem transnacionais mais fortes que firmas como a Xerox e a IBM e o volume de dinheiro que manipulam ultrapassa a soma do Produto Nacional Bruto (PNB) dos seis países africanos mais pobres. Segundo dados da Organização das Nações Unidas e de organismos

econômicos, o volume total dos seus negócios chega a 500 bilhões de dólares por ano, o que equivale a um sétimo do comércio mundial ou ao dinheiro desembolsado anualmente por todos os países ocidentais para comprar petróleo.

Tem-se a impressão, realmente, de que estas máfias em conjunto igualam - e em algumas ocasiões superam - a soma de meios econômicos, legais, militares e de informação da maioria dos países que padecem o flagelo da droga. E, se não se decidir enfrentar o problema seriamente, até aniquilar o comércio ilegal e erradicar a dependência, existe a possibilidade de que, às vésperas do século XXI, os chefes de Estado e os organismos que hoje em dia se mostram relutantes em encarar de frente este problema se encontrem sob o domínio de um novo poder transnacional que não respeita fronteiras geográficas, humanas e morais.

Os traficantes dispõem de mais recursos econômicos que muitos países da Ásia, África e América Latina



Os intermediários obtêm grandes lucros. As possibilidades são o enriquecimento rápido ou a prisão



Em 23 de março de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou que o período que vai de 1991 até o ano 2000 seria a "Década contra o uso indevido das drogas" e aprovou um programa de ação de combate aos tóxicos que abrangia todos os seus aspectos: produção, oferta, tráfico, distribuição, consumo e "lavagem" de dinheiro.

Mais de um *izar* da droga deve ter sorrido em algum luxuoso *bunker* oculto nas selvas colombianas ou no altiplano boliviano. A ambiciosa iniciativa da ONU se somou a outras parecidas, acordadas em encontros de chefes de Estado, reuniões de organismos regionais e convênios bilaterais entre governos. Desde então, muito pouco se avançou na luta antidrogas. Para não dizer nada.

Analisando os fatos, tem-se a impressão de que os poderosos recursos das máfias que controlam o narcotráfico igualam – e em ocasiões superam – a soma de instrumentos legais, preventivos e repressivos da maioria dos países que sofrem este flagelo, seja como produtores ou consumidores.

Em dezembro de 1991, o jornal *El Tiempo*, de Bogotá, citou fontes da justiça e documentos confidenciais que estavam em poder da polícia colombiana, os quais demonstravam que a máfia das dro-

gas tinha conseguido se infiltrar nas altas esferas do governo, da embaixada dos Estados Unidos e da própria Drug Enforcement Ad-

Dependência de drogas: um mal que castiga os cinco continentes

EUA: a terra prometida

Em 1910, o presidente William Taft afirmou, alarmado: "O abuso da cocaína é, sem dúvida, um hábito americano, o mais ameaçador de todos os vícios de droga que já surgiram neste país." Mais de 80 anos depois desta advertência, o problema se agravou claramente.

"Do ponto de vista dos Estados Unidos, a guerra contra as drogas começa no exterior. Mas, se a medida desta guerra fosse a quantidade de narcóticos que entra no país, Washington fracassou", assegurou o *Financial Times* a princípios de novembro de 1993.

O jornal citava um relatório do Congresso norte-americano que, entre outros aspectos, afirmava: "O fato puro e simples é que, depois de gastar bilhões de dólares no esforço de interceptação da rota do tráfico, entram hoje no país mais heroína e mais cocaína que antes de 1989."

Segundo um relatório do Overseas Development Council (ODC), 18 milhões de norte-americanos fumam habitualmente maconha, cinco milhões consomem cocaína e meio milhão é dependente da heroína. Oliver Ravell, subdiretor executivo do Federal Bureau of Investigations (FBI), afirma que mais de 25 milhões de norte-americanos já provaram cocaína, seis milhões a consomem no mínimo uma vez por mês, três milhões são dependentes e cinco mil pessoas se viciam nela a cada dia.

Por outra parte, a Drug Enforcement Administration (DEA) afirma que o cultivo de maconha nos Estados Unidos dobrou nos últimos anos, inclusive com colheitas em terrenos federais e parques nacionais.

Em 48 estados da União se cultiva maconha (em 11, legalmente). Anualmente, se consomem cerca de 15 mil toneladas desta erva em todo o país.



Em 1982 o "rei" da droga boliviana, Roberto Suárez, se ofereceu para pagar a dívida externa de seu país

ministration (DEA), o organismo encarregado da repressão ao tráfico de drogas nesse país.

"Os narcotraficantes do Cartel de Medellín têm acesso às decisões do Conselho Nacional de Segurança e às mais secretas informações dos principais organismos de governo, assim como da embaixada norte-americana e da DEA; conhecem antecipadamente as decisões tomadas por ministros, funcionários das Relações Exteriores, da Procuradoria Geral da Nação, da Suprema Corte de Justiça, do Exército e da Força Aérea", garantia o periódico.

Com variantes, esta situação se repete em quase todos os países latino-americanos, do México até a Argentina, onde as organizações dedicadas ao tráfico de drogas têm conseguido a cumplicidade de funcionários de governo, juízes, chefes de polícia, altos oficiais das Forças Armadas, operadores financeiros e funcionários de alfândega.

Lucros milionários – Se qualquer um dos mais importantes cartéis internacionais da droga fosse uma empresa legal, certamente figuraria no *ranking* da revista norte-americana *Fortune* entre as 50 maiores corporações do mundo, já que constituem transnacionais economicamente mais poderosas que firmas como a Exxon, Ford, Xerox e IBM e mais fortes que muitos governos da Ásia, África e América Latina.

Calcula-se que só o Cartel de Medellín lucra o equivalente aos laboratórios Ciba-Geigy, da Suíça, ou um pouco menos que a Petrobrás. Estima-se,

As forças policiais e militares conseguem vitórias parciais contra um inimigo mais poderoso

também, que os reis da droga latino-americanos manipulam recursos que ultrapassam a soma do Produto Nacional Bruto (PNB) dos seis países africanos mais pobres.

A revista colombiana *Semana* publicou em sua edição de 13 de abril de 1993 opiniões de três economistas que garantiam que a receita gerada pelo tráfico de cocaína e heroína para os Estados Unidos e a Europa oscilava entre 10 e 43 bilhões de dólares por ano.

James Mills garante em seu livro *O império subterrâneo*: "As drogas não respeitam fronteiras e são vendidas em quase todos os países do mundo. São consumidas por pessoas de todas as raças, estratos sociais e idades. Os habitantes do planeta gastam mais dinheiro em drogas ilegais do que em alimentos, moradia, vestuário, atendimento médico ou qualquer outro produto ou serviço."

Em 1992, um estudo da Organização das Nações Unidas calculou que o volume total de negócios do narcotráfico mundial ascendia a 500 bilhões de dólares, o que equivalia a um sétimo do comércio mundial ou ao dinheiro desembolsado anualmente por todos os países ocidentais para comprar petróleo.

Quando conhecidos traficantes bolivianos e colombianos se ofereceram há alguns anos atrás para pagar a dívida externa de seus respectivos países, não estavam brincando. Em 1982, o *tzar* da coca boliviana, Roberto Suárez (hoje preso), propôs quitar a dívida do país andino, que chegava aos quatro bilhões de dólares, em troca de sua impunidade. Em maio de 1988, o Cartel de Medellín fez uma oferta semelhante ao governo colombiano em troca de que este concedesse uma anistia e anulasse a lei de extradição de traficantes (na época, a dívida externa do país era de 11 bilhões de dólares).

Dos Andes a Manhattan - O National Narcotics Intelligence Consumers Committee (NNICC), considerado a "CIA das drogas" nos Estados Unidos, avalia que cerca de cinco milhões de latino-americanos dependem do cultivo e da exportação da coca.

Os especialistas norte-americanos calculam que cerca de 20% da força de trabalho da Bolívia, estimada em 1,7 milhão de pessoas, vivem da economia clandestina desse cultivo. No Peru, a proporção é semelhante. Na Colômbia, de um total de 11 milhões de habitantes em condições de trabalhar, nove por cento está nas listas de pagamento dos *barões* da cocaína.

A superfície cultivada com coca ao longo da cordilheira dos Andes alcança quase um milhão de hectares nestes três países. Um hectare de coca



Os primeiros traficantes

Os civilizados comerciantes ocidentais foram os que iniciaram no século XIX o narcotráfico em grande escala. O cultivo do ópio tomou grandes proporções na Índia durante a ocupação inglesa. O mesmo ocorreu na chamada "Meia Lua Dourada", formada por Paquistão, Irã e Afeganistão, e no "Triângulo Dourado" do Laos, Birmânia e Camboja.

A poderosa Companhia Britânica da Índia Oriental decidiu aumentar seu lucro mediante uma maquiavélica triangulação entre Inglaterra, Índia e China. O plano comercial consistia em vender produtos ingleses à Índia, que os indianos pagariam com chá da China, adquirido com ópio do Punjab... que os navios britânicos levariam ao porto de Cantão.

O ópio estava proibido na China desde 1729, mas os ingleses o introduziam no território escondido em caixas desal. Em 1823, um incorruptível funcionário chinês, Lin Tsé-Hsu, descobriu a manobra e destruiu no cais de Cantão vinte mil caixas que supostamente continham sal.

Começou então a chamada "Guerra do Ópio", que durou três anos e terminou com a derrota da China. Essa foi, em nome do "livre comércio", a primeira guerra do narcotráfico a nível internacional. Desde então, o Reino Unido ficou com a ilha de Hong Kong, que atualmente é ponte do tráfico de drogas no Oriente e sede de bancos cujos diretores não perguntam muito sobre a origem dos depósitos estrangeiros.

Coca e dólares nos países andinos

HECTARES DEDICADOS AO CULTIVO DA COCA NOS PAÍSES ANDINOS

Bolívia: 200 mil hectares

Colômbia: 250 mil hectares

Peru: 200 mil hectares

DIVISAS QUE INGRESSAM EM CADA UM DESSES PAÍSES PROVENIENTES DO TRAFICO

Bolívia: 600 milhões de dólares

Colômbia: 4 bilhões de dólares
(incluindo a refinação e comercialização)

Peru: 800 milhões -
1 bilhão de dólares

oferece quatro colheitas por ano e lucros de 12 mil dólares, dez vezes mais do que o agricultor obteria com o milho.

O lucro conseguido através da comercialização é ainda maior. No interior da Colômbia, 2,5 kg de pasta de coca custam o equivalente a 700 dólares. Depois de refinados, se transformam em um quilo de cocaína em pó, que custa 6 mil dólares antes de ser embarcado para os Estados Unidos. Ali, seu valor alcança os 250 mil dólares nas ruas de Manhattan ou do Bronx. Não existe nenhum produto no mercado mundial — nem sequer as pedras preciosas da Índia ou da África do Sul ou o petróleo do Golfo Pérsico — que registre um lucro tão alto de seu valor agregado.

Os intermediários também têm lucros consideráveis. Um piloto que leve clandestinamente um carregamento de 50 quilos de cocaína da Colômbia até os Estados Unidos ganha cerca de 250 mil dólares por voo, o suficiente para comprar um apartamento de quarto e sala nas imediações da Quinta Avenida, em Nova Iorque. Um estudante ou desempregado disposto a transportar cem gramas de pó branco da América do Sul para a Europa ganha — além da passagem de ida e volta — cinco mil dólares, o suficiente para seduzir qualquer potencial turista sem dinheiro.

Uma complexa rede — Anos de trabalho clandestino e semiclandestino originaram uma vasta experiência e uma emaranhada rede, praticamente impossível de controlar, que inclui navios, aviões de último modelo, propriedades no campo

e na cidade, pistas de aterrissagem, lojas, bancos, casas de câmbio, empresas imobiliárias e os mais sofisticados sistemas de computação e comunicação.

O complexo universo da droga tem atividades diferenciadas, mas encadeadas: há os camponeses plantadores, os transportadores, os encarregados do refinamento em laboratórios, os capangas responsáveis pela segurança, os distribuidores, os revendedores no atacado e no varejo, os contadores e funcionários administrativos, os *lavadores* de dinheiro, os assessores econômicos e legais, e os advogados de defesa.

Marcos Kaplan, do Instituto de Pesquisas Jurídicas da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), inclui outras categorias a serviço das máfias da droga: jornalistas, escritores e profissionais de ciências sociais e relações públicas. O pesquisador menciona também "políticos, governantes, administradores, funcionários, juizes, policiais e militares, que se envolvem em atividades a serviço do narcotráfico e se beneficiam delas".

Além disso, afirma Kaplan, é preciso considerar os empregados nas propriedades e empresas legais dos narcotraficantes, ou nas atividades comerciais, industriais e profissionais que satisfazem a demanda de bens e serviços por parte daqueles.

Operações sujas, lucros limpos — Nos anos 20, sob o ineficaz império da chamada *Lei Seca*, que proibia fabricar, transportar e vender bebidas alcoólicas nos Estados Unidos, Al Capone e *Bugs* Morán, dois dos principais gângsters ítalo-norte-ame-

ricanos, começaram a comprar lavanderias em Chicago. Sob a cobertura de um comércio aparentemente honesto, os mafiosos "limpavam" o dinheiro proveniente da venda ilegal de álcool. Daí, o termo "lavagem" de dinheiro.

Nos anos 80, a máfia siciliana se dedicou a montar redes de pizzarias dentro e fora da Itália. Nos anos 90, os gângsters corsos de Marselha incursionaram no mundo das clínicas de cirurgia plástica, onde em geral os milionários pagam à vista pelas melhorias estéticas.

Mas a maior "lavanderia" são as redes bancárias. Em setembro de 1988, o Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), a sétima instituição financeira do mundo, com sede em Luxemburgo e filiais em 72 países, se viu envolvida, paradoxalmente, no descrédito internacional. Uma investigação conjunta de agentes norte-americanos, britânicos e franceses – que durante anos se infiltraram em áreas econômicas do narcotráfico – apresentou evidências de que o BCCI tinha "lavado" 32 milhões de dólares provenientes da venda de drogas. Cerca de 90 pessoas vinculadas direta ou indiretamente à instituição foram presas nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Argentina.

O BCCI recebia uma parte dos 32 milhões que deveriam ser "lavados" e a colocava em certificados de depósitos que depois "emprestava" aos narcotraficantes. A própria casa financeira pagava então o empréstimo com os certificados que já possuía. Bancos de oito cidades norte-americanas intervinham na complexa operação, assim como filiais na América do Sul e Europa.

Roberto Bulit, diretor da Federação Interamericana de Casas de Câmbio, declarou em junho do ano passado em Asunción do Paraguai que o negócio do narcotráfico produz lucros tão imensos que, a cada momento, movimenta em todo o mundo entre dois e quatro milhões de dólares.

Convidado pelas casas de câmbio paraguaias para dar uma palestra sobre a "lavagem" de dinheiro procedente do narcotráfico, Bulit garantiu que nenhum país está livre disso, pois "não existe um dólar branco da cocaína e um dólar verde".

Segundo órgãos especializados da ONU, os narcotraficantes devem se desfazer de grandes quantidades de dinheiro em espécie gerados pela droga, num total calculado em milhões de dólares. Ao que parece, isso não lhes custa muito.

Em abril de 1990, o Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi) – uma organização mundial de técnicos de 16 nações, criada pelo grupo dos sete países mais industrializados (G-7) com o objetivo de estudar métodos para combater o narcotráfico – fez revelações em Paris que com certeza fizeram empalidecer os maiores magnatas do mundo: as máfias da droga, especialmente as colombianas, "lavam" uma média de 232 mil dólares por minuto.

Números astronômicos

** Massa monetária que o narcotráfico movimenta anualmente:*

500 bilhões de dólares
(mais do que a indústria de petróleo e pouco menos que a indústria bélica)

** Narcodólares que o sistema financeiro mundial "lava" anualmente e que reinsere na economia legal:*

300 bilhões de dólares

** Produção mundial anual de cocaína:*

400 toneladas (50% se consomem nos Estados Unidos)

** Gastos por consumo de drogas nos Estados Unidos:*

100 milhões de dólares
(mais do que o orçamento anual para a gasolina nesse país durante um ano)

** Preços da droga no mercado norte-americano:*

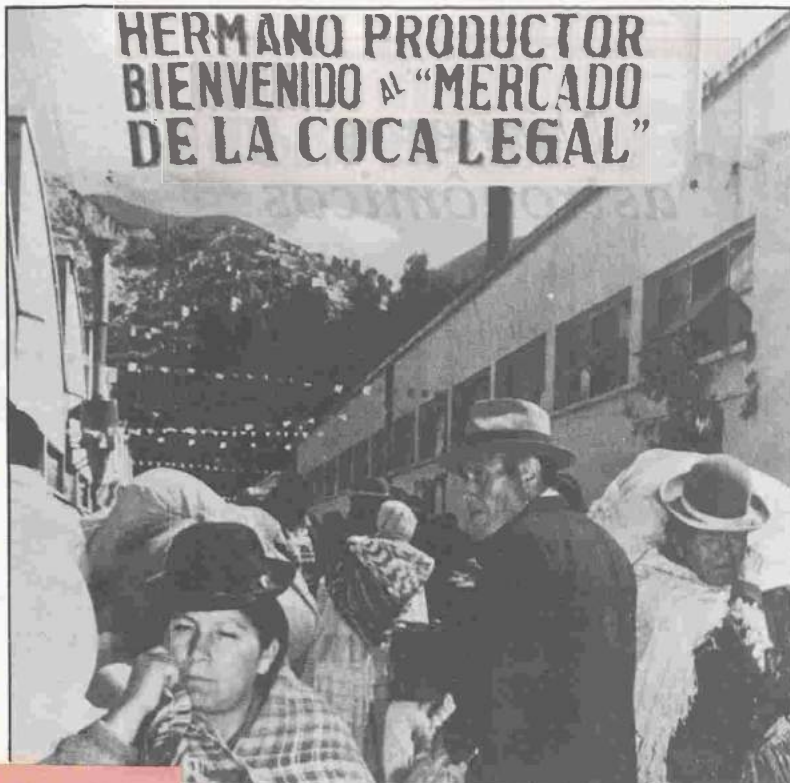
quilo de cocaína (do produtor ao distribuidor) – de 10 a 15 mil dólares

quilo de cocaína no varejo (do distribuidor aos clientes) – de 400 mil a 600 mil dólares

Os sistemas de "lavagem" – São conhecidas diversas formas de "lavar" o dinheiro. Especialistas do Serviço de Alfândegas dos Estados Unidos estabeleceram que, embora variem os métodos, existem três etapas ou ciclos: a colocação, a transferência e a integração.

A colocação é o ato de se desfazer do dinheiro em espécie e transformá-lo em depósitos, ações, valores ou títulos de bancos ou outras instituições financeiras. A transferência é o processo de enviar os fundos de diversas contas através de uma série de transações muito complexas, especialmente

HERMANO PRODUCTOR BIENVENIDO AL "MERCADO DE LA COCA LEGAL"



Ao longo da cordilheira dos Andes, camponeses de três países dependem do cultivo da coca

planejadas para despistar acerca de sua procedência ilegal. A integração é a incorporação do dinheiro já "limpo" a empresas, lojas ou indústrias legais, sem conexão aparente com o mundo da droga.

Existem outras variantes "clássicas", que consistem em dar passos escalonados. Em primeiro lugar, se enviam os fundos a um país seguro, onde exista o sigilo bancário: Suíça, Luxemburgo, os Países Baixos, Hong Kong, as Antilhas Holandesas, Bahamas, as ilhas Caymán ou Panamá.

Ali, um grupo de advogados cria uma corporação fantasma. O dinheiro é depositado em nome da falsa empresa em um banco local, geralmente autorizado a fazer transações com "não-residentes".

Depois, os fundos são transferidos para um banco internacional, grande e "limpo". A inexistente empresa — que tem como garantia seus próprios depósitos — solicita um empréstimo a esse banco e o investe legitimamente no país de origem.

A Suíça lava mais branco — O sociólogo suíço Jean Ziegler, deputado do Partido Socialista por Genebra, especialista em Terceiro Mundo e professor convidado em universidades da Europa e Estados Unidos, é autor de "Saque na África", "Os vivos e a morte", "Uma Suíça acima de qualquer suspeita" e "A Suíça lava mais branco", que desde o seu lançamento em janeiro de 1990 se converteu em um *best-seller*.

O sentido de sua cruzada contra a corrupção pode ser percebido através do resumo de várias entrevistas concedidas a periódicos e revistas da Argentina, Brasil e México. Ziegler garante que escreveu seu último livro "por indignação". Diz que

ficou chocado ao saber que "o crime organizado fatura centenas de bilhões de narcodólares por ano graças ao sangue de jovens que se transformam em viciados".

O sociólogo se sente indignado, além do mais, com o fato de que a Suíça seja o segundo país mais rico do mundo sem possuir uma única matéria-prima: "Toda essa imensa riqueza vem do dinheiro dos outros. Antes, era a fuga de capitais do Terceiro Mundo escudados atrás do sigilo bancário. Hoje, a 'lavagem' de narcodólares converteu a Suíça na primeira praça internacional para este tipo de operação criminosa."

O deputado é extremamente crítico em relação à complacência dos banqueiros de seu país com o dinheiro sujo do narcotráfico e define a Suíça como um "Emirado Helvético", no qual os dólares da droga mudam de identidade sem deixar rastro e reaparecem "respeitáveis" nos mercados imobiliários de Paris e Nova Iorque ou nas bolsas de Tóquio, Londres e Chicago.

"Osnarcotraficantes são uns gênios da organização do crime", analisa Ziegler. "Suas organizações são verticais, verdadeiras multinacionais. Seus cartéis controlam territórios. Infiltram-se em todos os canais da sociedade para destruí-la por dentro. Ninguém está vacinado contra a corrupção provocada pelo tráfico de drogas e os narcodólares."

Além de tudo isso, afirma o sociólogo, é preciso acrescentar a sonegação fiscal, a fuga de capitais e a destruição das instituições que são a base da democracia. "A máfia das drogas destrói tudo e acaba derrubando o que as sociedades e os povos levaram séculos para construir", afirma Ziegler.

EXCLUSIVO

Ernesto Pérez Balladares
Presidente eleito do Panamá

A voltado torrijismo

O presidente do Panamá, Ernesto Pérez Balladares, analisa os desafios da nova democracia panamenha e se declara herdeiro do legado do general Omar Torrijos



Nils Castro

No dia 18 de maio os panamenhos elegeram Ernesto Pérez Balladares para a presidência, fazendo retornar ao poder o Partido Revolucionário Democrático (PRD), fundado por Torrijos em 1979, expulso do governo pela invasão norte-americana de 20 de dezembro de 1989. Esse "voto de castigo" – como foi qualificado por muitos observadores – foi, além disso, um repúdio contra o desemprego e os escândalos de corrupção gerados pelo governo de Guillermo Endara, colocado no poder e sustentado pelos Estados Unidos. Em uma entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, o novo presidente do Panamá aborda temas fundamentais da política nacional e centro-americana, em especial as relações do Panamá com os Estados Unidos, o futuro do Canal e o controle e a repressão ao tráfico de drogas. Mas, principalmente, em suas respostas Balladares trata de resgatar o legado do general Omar Torrijos para o processo de democratização panamenha e tomar distância dos que utilizaram o nome do desaparecido estadista para perpetuar-se no poder.

■ *Geralmente, na América Latina, se considera Omar Torrijos um ferrenho defensor do nacionalismo e da soberania. Porém, ainda há os que afirmam o contrário, acusando-o de ter entronizado uma ditadura no Panamá. O que o sr. tem a dizer sobre isso?*

– Omar Torrijos liderou, com ampla adesão interna e externa, o processo de recuperação de nossa soberania e integridade territorial.

Antes, afastou do poder os grupos oligárquicos que tradicionalmente monopolizavam a cena política e liderou o movimento para se conseguir reformas no campo da justiça e da solidariedade social, que deram um novo papel aos setores populares.

Finalmente, depois dos Tratados do Canal, ele traçou a linha de retirar os militares das funções políticas e devolver essa atividade às organizações civis, postulando uma efetiva democratização da vida nacional.

Para isso, fundou o Partido Revolucionário Democrático (PRD), destinado a continuar sua obra por meio da legítima disputa política. Mas, morreu antes de completar este último projeto e, lamentavelmente, alguns de seus sucessores militares desconheciam esta linha, obstinando-se em hegemonizar a atividade pública.

Portanto, devem-se distinguir dois períodos: o propriamente torrijista, dos anos 70 e início dos 80, e o da sua posterior deformação militarista. A partir de 1990, o PRD reivindica novamente o projeto democratizador originário do torrijismo, o que o reconfirmou como o principal partido do país.

Porém, cabe lembrar que as reformas dos anos 70 e os erros de fins dos 80 fizeram engrossar o número

de adversários do torrijismo, principalmente entre os que se sentiram prejudicados por aquelas reformas.

Estes ainda não hesitam em confundir aquelas duas etapas para, com má-fé, jogar a culpa em Omar Torrijos pelos erros que alguns cometeram depois de sua morte. Este é um estratagemma publicitário dos grupos mais retrógrados do país e de alguns setores norte-americanos que ainda não se conformam em perder seu antigo enclave colonialista no Panamá.

■ *Durante os governos torrijistas, o Panamá foi solidário com importantes causas latino-americanas, como a solução política dos conflitos centro-americanos, a saída ao mar para a Bolívia ou a soberania argentina nas Malvinas. Qual será a posição do seu governo?*

— Continuaremos sendo solidários com as grandes reivindicações latino-americanas e, como sempre, procuraremos contribuir para sua solução por meio de acordos políticos entre as partes. Este foi, praticamente, o método que nos permitiu resolver os problemas em relação ao Canal. Isso também vale para velhos temas, como a falta de uma saída ao mar da Bolívia ou o isolamento de Cuba, e para outros mais recentes, como o protecionismo europeu contra a exportação latino-americana da banana.

Também é preciso levar em conta que, com o fim da Guerra Fria, existe um terreno melhor para solucionar os problemas de nossa região por meios políticos criativos.

■ *Durante a recente campanha eleitoral se acusou o PRD de ser um partido "contaminado por esquerdistas". Como o sr. avalia estas críticas?*

— Ainda está por se decantar o que se entenderá por "esquerda" nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais... Ao surgir, o torrijismo se inseria no que se denominava o "nacionalismo revolucionário" latino-americano e, em seu desenvolvimento, o PRD tem demonstrado amplas coincidências programáticas com a social-democracia.

Mas é bom recordar que as categorias de classificação política geralmente utilizadas são de origem européia e anterior ao presente. Por isso, sua aplicação aos grandes movimentos e partidos latino-americanos resulta controversa.

A melhor maneira de catalogar o PRD é dizer que é o partido torrijista, ou se ja, que resume e continua democraticamente as tradicionais reivindicações patrióticas e sociais do movimento popular panamenho.

■ *O sr. acha que a era dos militares no poder político já terminou na América Latina?*

— O importante é que neste campo temos tido importantes avanços. No mundo atual, a importância dos militares tende a diminuir e é preciso ajudá-los a definir funções socialmente mais úteis e menos onerosas. Em alguns casos, como o costarriquenho e o panamenho, a instituição militar inclusive desapareceu, pois decidimos ter só policiais profissionais, sob controle civil.

Mas o êxito dessa tendência também dependerá de que saibamos aprofundar a democracia em todas as esferas da vida nacional e torná-la eficaz para solucionar os principais problemas do nosso país.

Devemos desenvolver uma democracia na qual os setores populares possam confiar. Esta responsabilidade cabe igualmente às instituições financeiras internacionais e aos países mais ricos, que agora começam a compreender que devem nos ajudar a atingir este objetivo.

■ *O Panamá é a pontado como um dos países onde mais se manifesta o tráfico de drogas. O sr. avalia que os esforços realizados pelos governos latino-americanos têm sido suficientes para combater esta chaga?*

— Este é um problema global, uma cadeia com muitos elos, na qual vários países participam de diferentes maneiras: como produtores de matéria-prima, como vendedores de agentes químicos para elaborá-la, como lugares de processamento, como rotas de passagem, como locais de "lavagem" de lucros ilícitos ou, finalmente, como centros de consumo. Estes últimos são os principais dinamizadores do sistema.

Portanto, a cadeia deve ser combatida em todos os seus elos. Mas acho que nessa luta a participação dos grandes centros de consumo, que também são os que dispõem de mais recursos, deve ser maior.

O Panamá, por sua posição geográfica, tem sido principalmente um ponto de passagem de drogas. Além disso, se detectaram atividades de "lavagem" no complexo financeiro internacional situado aqui, embora o grosso dessa atividade se realize em outros centros financeiros, em países mais desenvolvidos.

Infelizmente, sob o regime instalado no Panamá após a intervenção estrangeira de dezembro de 1989, o problema se agravou ao extremo de nos transformar em área de consumo, o que não acontecia antes. De fato, nestes últimos anos, não foram feitos suficientes esforços para combater esse problema. Nosso governo, em compensação, se empenhará com energia nessa luta.

"A droga é um problema global, uma cadeia com muitos elos. Mas, nesta luta comum, a contribuição dos grandes centros de consumo deve ser maior".

■ *O sr. considera que na América Latina esta luta é hegemônica pelos Estados Unidos ou, ao contrário, que nossos países são soberanos nessa matéria?*

— Como disse antes, todos estamos envolvidos e os grandes consumidores devem contribuir para nos ajudar a garantir um maior êxito de nossas ações em nossa parte da cadeia.

Como um país pequeno e com outros grandes problemas, não poderíamos enfrentar a questão das drogas com nossos limitados recursos. Portanto, é justo que a Drug Enforcement Agency (DEA) e outras agências norte-americanas nos respaldem nessa luta, obviamente sem esquecer que em cada país é imperativo respeitar a soberania nacional. Esta não deve ser um obstáculo, mas um meio de cooperação.

O atual governo dos Estados Unidos é mais receptivo a nossos pontos de vista, se o compararmos aos seus antecessores. É preciso deixar de lado os ressentimentos mútuos que, em vez de aperfeiçoar nossas soberanias, dificultem atingir nossos objetivos.

■ *Há pouco tempo, Washington reiterou que respeitará os Tratados do Canal. Porém, ainda existem os que consideram os panamenhos incapazes de administrar o Canal depois de 31 de dezembro de 1999...*

— Claro que somos capazes e já o demonstramos amplamente a partir de 1979. O Canal foi inaugurado em 1914 e hoje no Panamá há muitas empresas públicas e privadas que manejam tecnologia mais avançada que a exigida para administrar a via interoceânica.

Em consequência dos Tratados Torrijos-Carter, mais de 85% dos funcionários que operam o Canal já são panamenhos e, como a operação da via hoje é uma responsabilidade binacional, ela se tornou mais segura, eficiente e rentável do que quando era uma empresa exclusivamente norte-americana.

Não precisamos de ajuda externa para administrar o Canal e melhorar seus atuais serviços. O que queremos é ampliar a variedade desses serviços nas áreas próximas à via, com a participação tecnológica e financeira de empresas latino-americanas e internacionais, em condições mutuamente vantajosas.

■ *A recente saída do Panamá das primeiras tropas norte-americanas, como parte do cumprimento dos Tratados, é um indício de que os Estados Unidos têm intenções reais de retirar-se completamente do país, pelo*

menos no plano militar, conforme o que ficou acertado?

— Além do fato de que temos nos empenhado para que os acordos sejam cumpridos, temos que levar em conta que as prioridades militares dos Estados Unidos, no mundo e na região, passaram por grandes mudanças. Dada a atual situação interna e internacional, a política regional de Washington passa por uma importante revisão, como se viu na América Central.

Isso favorece um melhor cumprimento dos Tratados, também no aspecto militar. Algo semelhante vimos com a evacuação das bases militares nas Filipinas, fato ocorrido pouco depois da intervenção no Panamá.

Porém, esse terrível episódio foi o último do seu gênero durante a Guerra Fria, que chegou ao fim pouco depois. Agora, ao contrário, os Estados Unidos estão fechando, por sua própria iniciativa, muitas de suas antigas instalações militares.

Embora a vigência dos Tratados nunca tenha sido negada por nenhuma das partes, estas novas realidades fortalecem a confiança em seu cumprimento.

Assim, o início da saída das tropas representa um marco: não só em relação aos Tratados, mas também porque, junto à mudança de administração em Washington e às recentes eleições panamenhas, também assinala o fim da intervenção estrangeira em nosso país.

■ *Alguns panamenhos afirmam que a saída dos militares norte-americanos prejudica o Panamá mais do que o beneficia...*

— Os grupos mais atrasados alegam que o fechamento das bases prejudicará nossa economia, pela perda de empregos de civis panamenhos que prestam serviços ali, e de clientes norte-americanos do comércio local. São as vozes que ainda restam de uma fração da oligarquia que lucra com o controle desse mercado, sem refletir no que isso implica em termos de danos à integridade territorial e moral da nação.

Mas, no final das contas, o povo se manifestou: nas recentes eleições os que defendiam esse ponto de vista sofreram sua pior derrota.

Na prática, é justamente o contrário. Essas bases ocupam de maneira improdutiva as áreas potencialmente mais ricas do território nacional. Sua conversão em complexos industriais e comerciais dará emprego a um número de pessoas muito maior do que o atual e os investidores panamenhos e estrangeiros de perfil mais modernizador poderão ali participar de projetos de interesse internacional imensamente mais atraentes, para eles e todos os panamenhos. ■

“Em função dos Tratados Torrijos-Carter, 85% dos que operam o Canal são panamenhos, o que aumentou a segurança e eficiência”

As tensas relações entre Portugal e a Unita

Apesar de Lisboa garantir que não alterou sua postura de neutralidade no conflito angolano, a Unita continua acusando o Executivo português de fornecer armas e assessoria a Luanda

Em meio às complexas negociações em andamento para se chegar a um acordo político que ponha fim à guerra em Angola, o movimento rebelde União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) volta a dirigir suas baterias contra o governo português, a quem acusa de parcialidade no conflito angolano.

Apesar do vice-primeiro-ministro e titular da pasta da Defesa português Fernando Nogueira ter garantido em julho passado que seu país "sempre manteve e manterá uma postura de neutralidade no conflito angolano", as relações entre Lisboa e a rebelde Unita continuam tensas.

As declarações de Nogueira foram uma resposta às críticas formuladas pela Unita a um semanário de Lisboa, acusando Portugal de dar assessoria militar, armas e munições a Luanda.

O "número dois" do governo português afirmou que seu país "nunca vendeu, nem quis vender armas a Angola", mas não descartou a possibilidade de

que terceiros compradores de armas portuguesas as tenham colocado posteriormente nesse país da África Austral, que com seus 33 anos de guerra protagoniza o mais longo confronto armado do século.

A chamada "Cláusula Tríplice Zero" (CTZ) do acordo de paz firmado na localidade portuguesa de Bicesse em 1991 – avalizado por Estados Unidos, Portugal e Rússia – proíbe a venda de armas às duas partes em conflito em Angola. Em junho passado, o próprio chanceler português, José Manuel Durão Barroso, desmentiu que Lisboa não esteja cumprindo a CTZ em resposta às acusações do diretor de Informações da Unita, coronel Jorge Valentim.

Vizinhos distantes – Apesar do abismo ideológico entre o governo de centro-direita do primeiro-ministro português Anibal Cavaco e Silva e o Executivo angolano, Portugal mantém boas relações com Luanda e difíceis com a Unita desde que, há cerca de um ano, seu líder, Jonas Savimbi, qualificou



Jonas Savimbi, chefe da Unita, um antigo aliado dos Estados Unidos e do regime de apartheid sul-africano

ÁFRICA

ANGOLA

Lisboa de "neocolonialista" e acusou a ex-metrópole de "lucrar com a guerra de Angola".

Na ocasião, Savimbi se recusou a autorizar aviões da Força Aérea Portuguesa (FAP) a fazer o resgate de refugiados portugueses do centro de Angola, região sob controle dos rebeldes.

"Se um só avião de combate ou soldado português entrar em Angola o receberemos da mesma forma como fizemos durante a guerra de libertação (1961-1974)", advertiu Savimbi, acusando ao mesmo tempo "Cavaco Silva e Durão Barroso, que lucram com a guerra, vendendo tanques e carros de combate a Luanda".

Diante da negativa de Savimbi, os aviões Hércules C-130 tiveram que aterrissar na ex-colônia insular portuguesa de São Tomé e Príncipe, perto de Angola, para onde os refugiados portugueses foram levados em aviões da Cruz Vermelha Internacional.

Não obstante este acerto de última hora, logrado por mediadores da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo presidente de São Tomé, Miguel dos Anjos Trovoada, as relações entre a Unita e Lisboa desde então têm sido tempestuosas.

Áreas de influência - Portugal é o primeiro investidor estrangeiro em Angola e, devido à destruição do aparelho produtivo interno, estima-se que controla cerca de 80% do mercado nacional.

Embora se calcule que a Unita ocupe mais de 60% do território deste vasto país de 1,4 milhão de quilômetros quadrados, a maior parte das áreas em mãos dos rebeldes são zonas praticamente desabitadas, à exceção de Huambo, segunda cidade do país e quartel general de Savimbi.

O restante do território, controlado pelo governo de José Eduardo dos Santos, concentra o grosso da população e da atividade econômica e é precisamente lá onde os portugueses têm grande influência, não só econômica como também cultural.

Enquanto no centro do país é majoritária a etnia ovimbundo, à qual pertence Savimbi, as re-

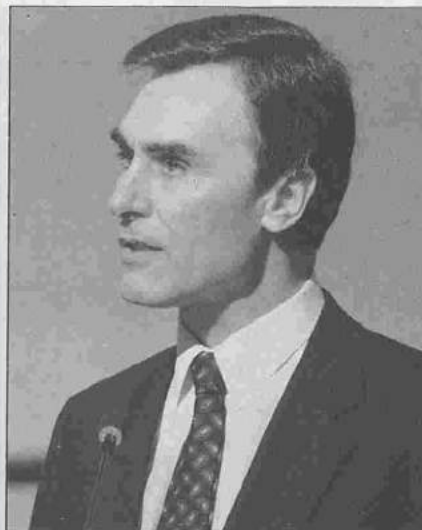
giões e cidades da costa estão marcadas por uma maioria de mestiços, produto de uma fusão racial de 500 anos com os portugueses, assim como dos chamados "assimilados", africanos puros, mas que assumiram a língua e cultura lusitanas.

Os que lutaram e os que negociaram - Não obstante esta identidade cultural, foram precisamente os mestiços e "assimilados" que dirigiram as principais ações militares contra os portugueses durante a guerra de libertação, incorporados ao agora governamental Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).

Por sua parte, os ovimbundos nunca foram integrados ao chamado "lusitanismo", mas durante séculos apoiaram a administração colonial e a própria Unita nasceu na década de 1960, de acordo com documentos nunca desmentidos, apoiada pela ditadura de Antonio de Oliveira Salazar, com o objetivo de romper a hegemonia do MPLA.

O golpe militar que em 1974 depôs Marcelo Caetano, que em 1969 havia herdado a ditadura instaurada em Por-

A Unita acusa o governo de Cavaco e Silva (foto) de parcialidade no conflito angolano



tugal em 1926 por Oliveira Salazar, deixou a Unita órfã de apoio, sobrevivendo desde então com o apoio dos Estados Unidos e da África do Sul, enquanto o MPLA, ao obter a independência do país, governou ajudado pela ex-União Soviética e Cuba.

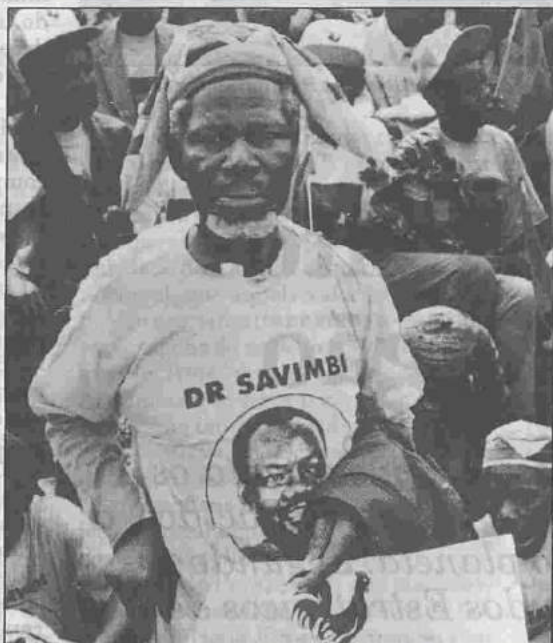
O pior conflito do século - O regime de partido único do MPLA, assim como vários casos de corrupção denunciados por dissidentes que se distinguiram na luta contra o domínio português, criaram uma forte base de apoio popular à Unita, que no entanto não foi suficiente para ganhar as eleições de setembro de 1992.

Derrotada em eleições qualificadas de "livres, limpas e democráticas" pela ONU e os três países avalistas da paz de Bicesse, a Unita ignorou os resultados e voltou a empunhar armas contra o veredicto das urnas.

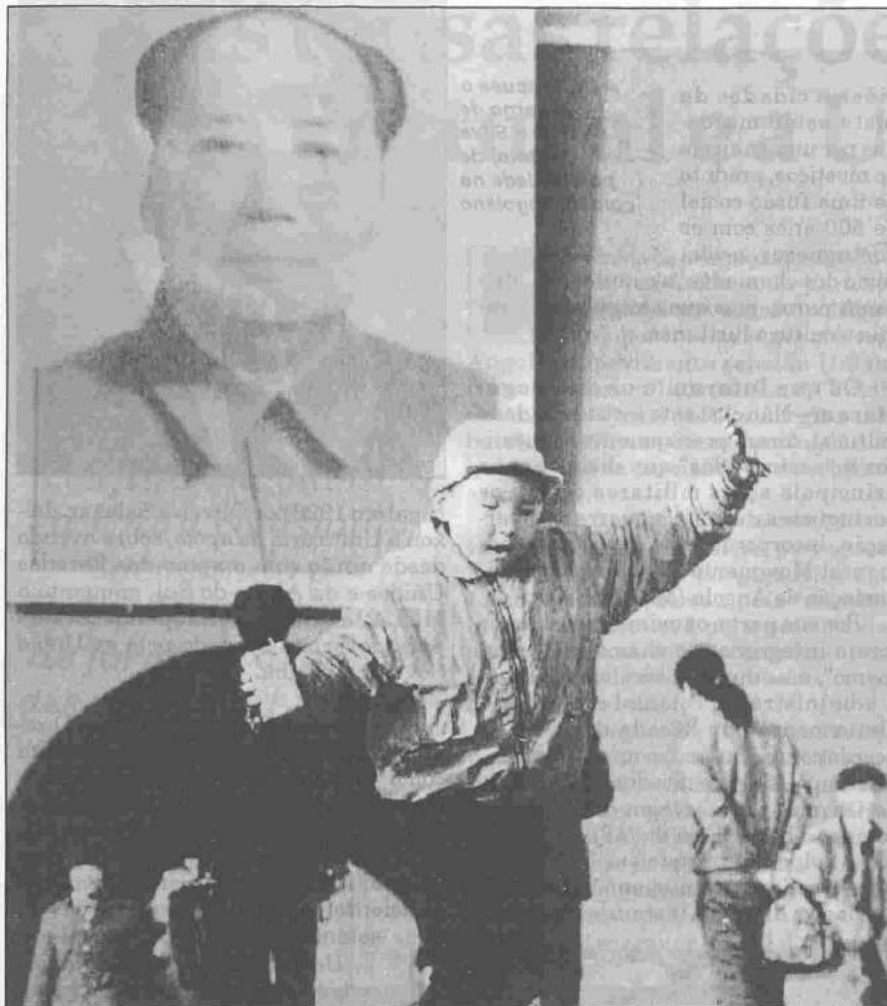
Em outubro de 1992, Savimbi ordenou ao comandante militar da Unita, general Arlindo da Pena Ben-Ben, abandonar o estado-maior conjunto constituído por ambas as partes em 1991, recuar para Huambo e iniciar a mais sangrenta guerra que a África conheceu em sua história.

Com cerca de 1,2 milhão de mortos em 11 milhões de habitantes, a guerra angolana continua fazendo mil vítimas por dia, o que fez com que fosse qualificada pela ONU de "o pior conflito deste século", com o agravante, segundo Cavaco e Silva, de "ser esquecida pelo mundo, mais preocupado com a Bósnia do que com Angola".

(IPS)



Muitos dos seguidores de Savimbi ignoram que sua "luta" surgiu a partir de acordos com Portugal colonialista



A abertura econômica, iniciada em 1978, é conduzida pelo Partido Comunista

Novos êxitos do dragão

A economia chinesa é a que ostenta os melhores resultados da região do Pacífico, a mais próspera do planeta. Segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, o PIB da nação asiática será superior ao dos EUA no ano 2010

Marcelo Montenegro

Em fins de 1993, circunspectos executivos da *Société des Banques Suisses* confirmavam em Genebra, em uma discreta cerimônia, o primeiro empréstimo comercial feito a uma empresa chinesa — do ramo de têxteis — através da Bolsa de Comércio de Xangai. Dessa forma, a China ingressava oficialmente no mercado suíço de capitais, pouco tempo depois dos diagnósticos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) começarem a mostrar que este país era a terceira economia mundial depois dos Estados Unidos e do Japão.

Segundo o relatório que apresentou naquele momento a seus acionistas, publicado no *Journal de Geneve*, a instituição se baseou estritamente nos resultados dos balanços da empresa — China Textile Machinery Stock Limited — que mostravam uma curva ascendente de lucros no quadriênio 1989-92 de 15%, e um aumento das vendas, em 1993, de 20%, com um ganho líquido de até 25%.

Estes números, aos quais as mais importantes empresas ocidentais nem sonham remotamente em chegar, são produto e reflexo de uma economia de dimensões continentais que tem mantido um dos mais altos e melhores padrões de crescimento nas últimas décadas em todo o mundo.

Princípios humanitários ou grandes interesses? — Esse saudável comportamento econômico serviu para transformar o dragão asiático no mais importante receptor de investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo: 11 bilhões de dólares em 1992 e quase 10 bilhões de dólares em 1993. E foi um fator determinante na decisão do governo Bill Clinton, adotada em junho, de renovar a condição da China de “nação mais favorecida” no seu comércio com os Estados Unidos.

Os setores mais conservadores do Congresso norte-americano, em particular os do Senado, montaram uma estratégica rede de pressões sobre o presidente, usando as promessas do discurso de campanha de Clinton, e exigiram a não-renovação da cláusula MFN (*Most Favoured Nation*), que permite o ingresso da China ao mercado dos Estados Unidos em condições vantajosas.



Um vendedor de manequins sorri, satisfeito com o crescimento da indústria de roupas na China

Este argumento da direita norte-americana, que sob o amplo manto dos direitos humanos encobria, na realidade, tentativas de desmoralizar a nação asiática diante do mundo, foi derrotado. Demonstrando mais uma vez que os embargos impostos pelos Estados Unidos se estabelecem em nome de grandes princípios humanitários e se aplicam em função de grandes interesses comerciais, Clinton renovou a cláusula MFN e deu sinal verde a um maior desenvolvimento do comércio sino-americano. Mas não param aí os êxitos da China, que saiu desse impasse sem ter feito concessões.

Segundo relatórios da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), entre os investidores estrangeiros que estão levando capitais para desenvolver novas indústrias e produtos, a participação mais importante corresponde a Hong Kong, Formosa e Cingapura, as três praças de maior concentração do chamado "capital chinês da diáspora".

Isso significa que a China absorve atualmente uma grande parte dos capitais que se retiraram do país depois da revolução de 1949 – quando Mao Tsé-Tung tomou o poder liderando o Partido Comunista – e que agora estão retornando.

O custo social do crescimento – A abertura econômica iniciada em 1978, que foi responsável pela integração da China à economia regional do Pacífico e, posteriormente, pela sua projeção mundial, não se fez sem um custo. Ao contrário, a transformação de vastos setores produtivos estatais, que agora são empresas privadas ou de capital misto, trouxe um aumento do desemprego e da desigualdade social em todo o país, principalmente nas grandes cidades. Desde a revolução, os chineses não conheciam estes dois fenômenos.

Ao mesmo tempo em que o país se tornava a região mais dinâmica do planeta, o mercado de trabalho chinês passava por uma vertiginosa mudança. Segundo dados de fins de 1993, não menos de 200 milhões de pessoas em idade produtiva estavam desempregadas. E, de acordo com os dados mais recentes do Ministério do Trabalho, só durante o primeiro semestre de 1993 o desemprego urbano aumentou 10%, obrigando o

governo a gastar em subsídios aos desempregados (apenas neste período) o equivalente ao orçamento total dos últimos seis anos gastos com este objetivo.

O aumento do desemprego na China, apesar do crescimento assombroso do PIB, se produziu pela desaceleração induzida pelas autoridades econômicas para controlar os índices de inflação que ameaçaram disparar devido ao aumento do poder aquisitivo da população. Economistas ocidentais, como Charles Testuz, da empresa de consultoria privada Pictect, da Suíça, alertaram investidores ocidentais sobre este e outros aspectos negativos do acelerado desenvolvimento desse país asiático, "como o elevado déficit comercial e a corrupção".

Estranhas coincidências – Aproximadamente em maio do ano passado, o FMI e o Banco Mundial anunciavam que haviam chegado à conclusão de que a China, em vez de seus escassos 400 bilhões de dólares produzidos anualmente (igual ao Brasil ou o dobro da Argentina), produzia na realidade 1,2 trilhão de dólares, equivalente ao terceiro PIB mundial.

A "mágica" se fez mudando as bases de cálculo. Antes o PIB de uma nação era medido pela conversão em dólares do total da soma dos bens e serviços produzidos em um ano. Agora, calcula-se a paridade do poder de compra em moeda nacional, que aquele valor expressa.

Quase simultaneamente, amplas reportagens de capa das revistas *Newsweek* e *Time* "revelavam" ao mundo o nascimento da nova potência mundial. Ao mesmo tempo, uma das instituições mais confiáveis do Ocidente, o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, anunciava que de acordo com suas projeções a economia chinesa superaria a dos Estados Unidos em 2010.

Para Ian Perkins, um dos mais destacados economistas da Câmara de Comércio de Hong Kong "o tamanho real da economia da China e sua forma precisa de calculá-lo têm sido tema de debates há muitos anos", e o certo "é que

um país com 1,2 bilhão de pessoas para alimentar, dar um teto e vestir deve inevitavelmente ter uma economia imensa, simplesmente para permitir que todas essas pessoas sobrevivam". A ênfase do relatório do FMI, afirmou o economista chinês, "não está em advertir sobre o tamanho do PIB da China, mas em sinalizar para o mundo que os países em desenvolvimento não estão tão mal como se diz".

Perkins disse que em Beijing (ex-Pequim) existe preocupação com estas mudanças e se discutem algumas cifras exageradas. "A China é ainda um país subdesenvolvido onde a qualidade de vida de sua população está a anos luz dos níveis alcançados no Primeiro Mundo. Nem sequer está próximo do nível de vida alcançado em Formosa, Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong. Existem, além disso, problemas de infra-estrutura que podem impedir seu desenvolvimento futuro e o setor financeiro enfrenta crescentes pontos de ineficiência, na medida em que aumentam as necessidades de uma indústria mais competitiva", afirmou.

Em bom português, o economista disse que por trás do "descobrimto" ocidental da nova superpotência, pode haver a intenção de impedir que esta se desenvolvesse efetivamente, cortando a partir desse momento alguns dos estímulos que ainda continua necessitando. ■



Angola

Independência, as dores do parto

Em novembro de 1975, Angola preparava-se para a sua independência, conquistada após cinco séculos de resistência e 14 anos de luta armada contra o domínio colonial português.

Mas, apesar da alegria dos angolanos, o momento era também de extrema tensão. Na prática, a transição pacífica prevista nos Acordos de Alvor, assinados em janeiro de 1974 – segundo os quais Angola seria administrada até a independência por um governo de transição, que incluiria os três movimentos anticolonialistas daquele país africano – nunca se concretizou.

O quadro político pré e pós-independência terminou se definindo não na mesa de negociações, mas no campo militar. As forças do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o mais antigo e, de fato, o único que lutou pela independência, liderado pelo médico e poeta Agostinho Neto, passaram a sofrer contínuos ataques da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto (com respaldo dos serviços de inteligência dos EUA e ajuda militar do Zaire) e da União para a Independência Total de Angola (Unita), que contava com o apoio ostensivo da África do Sul, da CIA e de alguns colonos portugueses.

A luta pelo controle da capital, Luanda, no primeiro semestre de 1975, marcou o início do que os angolanos chamam de “segunda guerra de libertação”. Após uma árdua batalha, na qual se disputou cada esquina e cada edifício, o MPLA conseguiu expulsar de Luanda os dois movimentos rivais.

Em setembro e outubro, porém, o Zaire – cujo presidente, Mobutu Sese Seko, é cunhado de Holden Roberto – invadiu Angola pelo norte, enquanto tropas da África do Sul, com a cumplicidade da Unita, avançavam rumo a Luanda, vindo pelo sul.

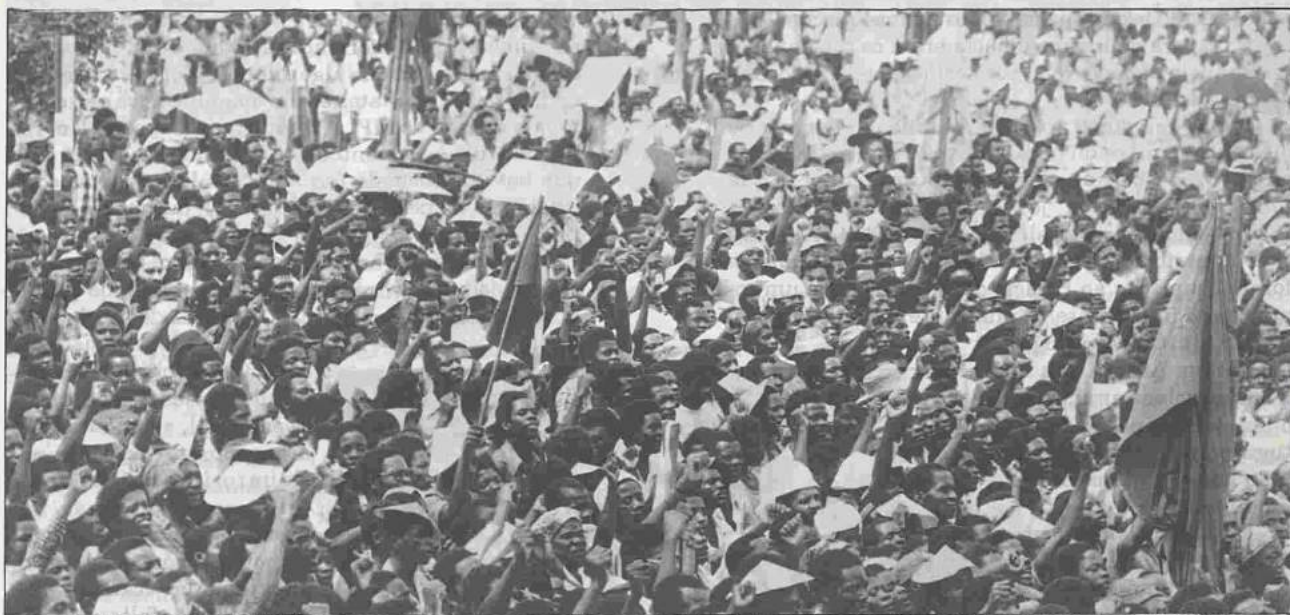
Apesar de todas as pressões, do país estar sendo invadido e da capital se encontrar sitiada, no dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto proclamou a independência, rapidamente reconhecida pelo Brasil, pelos países africanos e boa parte da comunidade internacional. Quinze mil soldados cubanos se somaram às forças do MPLA, para impedir o avanço sul-africano e obrigar o Zaire a retroceder.

É este momento histórico para Angola e o resto da África que a equipe de **cadernos** acompanhou in loco e cujo testemunho republicamos agora. Hoje, Angola vive uma etapa tão dramática quanto à da sua independência, devido à insistência da Unita na linha militarista. Em 1992, a Unita desconheceu os resultados das primeiras eleições multipartidárias – realizadas em setembro daquele ano e que deram a vitória ao presidente Eduardo dos Santos, do MPLA – e partiu para a ofensiva no campo de batalha.

O recrudescimento da guerra, que se prolonga até hoje, destruiu boa parte da infra-estrutura do país e tem provocado a fome e a morte de quase mil pessoas por dia. Apesar de ser um dos mais sangrentos conflitos desta década, a guerra de Angola permanece praticamente ignorada pela comunidade internacional.

Luanda sitiada

O dramático cerco à capital angolana, a mobilização da população para garantir a independência arduamente conquistada e a incorporação dos cubanos à frente de combate, momentos marcantes de uma data histórica para a África



11 de novembro de 1975: milhares de pessoas se reúnem em Luanda para acompanhar a declaração de independência



Neiva Moreira

(...) Às vésperas da data marcada para a independência, dia 11 de novembro de 1975, a situação militar era muito delicada para o MPLA. As forças conjuntas do Zaire e da FNLA haviam rompido a linha de Kifangondo, uma represa próxima, que abastecia Luanda de água. Sua linha de frente já estava a apenas 15 ou 20 km da capital. Ao sul, as forças da África do Sul haviam ocupado o porto de Novo Redondo. Sua vanguarda atingia pontos a 80 e 100 km da capital.

Ao chegarmos ao aeroporto de Luanda, sentimos que o ambiente entre os angolanos partidários do MPLA era de confiança em que o inimigo não passaria. Mas, no Hotel Continental, onde nos hospedávamos, o clima era muito diferente. Lá estava a maior parte dos jornalistas que se encontravam em Luanda, quase todos de países ocidentais, que não iam cobrir a independência, mas a entrada dos sul-

africanos e zairenses na sitiada capital. O “disse-me-disse” deixava todos com os nervos à flor da pele.

Em meio a uma tensão que se manifestava em tudo, Luanda se preparava para a festa. O diretor da televisão, Luandino Vieira, nos dizia que naqueles dias só havia dois ruídos: o das marteladas dos portugueses, que empacotavam em grandes caixotes de madeira tudo que podiam, e o repicar das metralhadoras.

Na noite do dia 9 visitamos com uma autoridade do governo os arredores de Luanda, os *musseques* (favelas), extraordinários bastiões do MPLA. Por todos os lados havia patrulhas de *pioneiros*, garotos entre 9 e 15 anos que vinham participando intensamente da luta de libertação. Sempre nos revisavam de forma rigorosa e tinham para nós a mesma resposta à pergunta sobre qual seria o final daquela batalha: “Vamos repeli-los, companheiro, eles não passarão.”

Havia reuniões em cada esquina. O povo se organizava para o dia seguinte e para a resistência. Havia rumores de que áreas decisivas de Luanda estariam minadas. A cidade só seria entregue em ruínas.

AS GRANDES REPORTAGENS

O papel dos pioneiros – A participação dos *pioneiros* na guerra foi objeto de controvérsia, sobretudo na Europa, onde se criticou o MPLA por isso. Os críticos desconhecem o caráter total que teve a luta em Angola e o espírito que anima essas crianças. Já na batalha pelo controle de Luanda, no primeiro semestre do ano, eles haviam tido um papel decisivo conduzindo os guerrilheiros, que desconheciam a cidade, por avenidas e ruelas, e colocando-os em pontos estratégicos. Centenas desses meninos foram atingidos pelas balas na batalha de Luanda ou mesmo fuzilados pela FNLA. Os que encontramos na inesquecível noite da véspera da independência eram os continuadores daquela epopéia que, por séculos, historiadores e poetas exaltarão.

De madrugada, no hotel, a tensão chegava ao auge. Da praia se ouviam os disparos de artilharia e circulavam notícias alarmantes. Era evidente que uma parte daqueles “jornalistas” ocidentais sabia muito bem que estava alimentando falsos rumores.

Na manhã do dia 10 de novembro, os jornalistas foram chamados ao Palácio de Governo para um comunicado importante. O almirante Leonel Cardoso, último Alto Comissário português em Angola, leu um discurso solene anunciando o fim da dominação de Portugal em sua antiga colônia. Não houve aplausos, nem perguntas.

Horas depois, aumentou o suspense em Luanda com o ruído de tanques e de helicópteros. Alar-me falso: não eram os inimigos entrando na cidade, mas sim os portugueses que se dirigiam para uma praia de onde embarcariam definitivamente para Lisboa.

A poucos metros de distância, montados em um caminhão militar, com a esbelta silhueta recortada contra o sol que se punha, combatentes das Fapla aguardavam para ocupar as últimas posições portuguesas na África. Um momento emocionante. Cinco séculos de presença lusitana na África estavam se extinguindo.

No final da tarde, visitamos o Hospital Militar. O número de médicos ali era reduzidíssimo e excepcional

o esforço para atender os doentes. Não havia remédios. Os recursos materiais eram mínimos, muitos aparelhos haviam sido sabotados e era incessante o fluxo de jovens feridos. Muitos combatentes pressionavam os médicos para retornar à frente de combate.

Mais tarde, nos cruzamos na porta do Palácio de Governo com o primeiro-ministro Lopo do Nascimento.

– Entram?

– Não, não entrarão – respondeu Lopo, com segurança.

Algo diferente no ar – Desde a tarde, o ambiente no Ministério de Informação era diferente. Havia discretos rumores de que algo diferente estava ocorrendo na frente. Os combates eram violentíssimos e se escutavam do lado do MPLA muito mais disparos. Um rapaz da milícia nos contou que, segundo um amigo dele que havia retornado ferido do combate, sabia-se da existência de peças de artilharia de fabricação soviética, as *katiyuska*.

Os rumores foram se intensificando. Um jornalista que visitou um hospital de campanha soube que alguns feridos diziam “gracias”, em vez de “obrigado”.

Numa roda de jornalistas se especulava sobre a nacionalidade desses combatentes e, em geral, se admitia que eram voluntários da Guiné-Equatorial (país onde se fala espanhol), mas nenhum dos presentes mencionou a hipótese de serem cubanos. Mas eram.

Às 20 h – faltando quatro para a proclamação da independência – os funcionários do hotel desapareceram. Estaria o inimigo entrando na cidade? Nada disso. Era a televisão que estava sendo inaugurada. E estreava com temas explosivos: uma transmissão da reunião de Maputo, capital de Moçambique, e uma gravação ao vivo das frentes de combate.

Em Maputo (então chamada Lourenço Marques), estavam se reunindo os líderes das novas repúblicas de idioma português, para formalizar o reconhecimento oficial de seus Estados à República Popular de Angola e ao MPLA, como único e legítimo governo.



Agostinho Neto: luta sem pausa pela causa da independência

AS GRANDES REPORTAGENS

As Fapla conseguiram, com a ajuda de tropas cubanas, repelir a invasão do país



Em meio à cerimônia, o presidente moçambicano Samora Machel tomou pelo braço Agostinho Neto e desfilou perante as câmaras, e conseqüentemente perante o povo de Luanda, demonstrando com seu gesto o simbolismo da grande aliança.

Foi um momento de extraordinário entusiasmo, que culminaria pouco depois quando se viram na televisão os grandes canhões das Fapla disparando quase à queima-roupa contra o inimigo, em meio a um duro ataque em plena selva, em uma audaciosa reportagem da Rádio-TV angolana.

— Você escutou? — me perguntava um correspondente europeu, que sempre se encarregava de espalhar os últimos rumores sobre a guerra.

— O quê?

— Olha... eu não escutei, mas me disseram que quando um artilheiro mandou disparar, ele gritou *fuego*.

— E daí?

— Eram cubanos, você não acha?

Na verdade, naquele programa não tínhamos escutado a palavra *fuego*, mas o boato se espalhou pela cidade. "Se são os cubanos, isso significa que não estão apenas lutando, mas também que trouxeram armas para as Fapla, o que muda completamente a correlação de forças", nos dizia com esperança uma jovem colega da rádio de Luanda.

Independência e tiros no céu — De noite, na imensa multidão que aguardava o discurso do presidente Agostinho Neto, era evidente a tensão.

Esperava-se a cada momento o bombardeio do Zaire. Holden Roberto, líder da FNLA, e Jonas Savimbi, chefe da Unita, tinham anunciado que entrariam em Luanda naquela noite.

A tensão chegou ao auge quando, minutos antes

que o presidente Neto proclamasse a independência, começou um imenso tiroteio que às vezes não deixava ouvir suas palavras. Uma cortina de balas formava uma espécie de "guarda-chuva" protetor, sob o qual aquele homem simples e firme — poeta, médico e revolucionário sem um dia de pausa na luta libertadora — fazia o anúncio solene que todos esperavam, em meio ao clamor das massas populares.

Mais tarde se soube que aquelas não eram balas de salva, nem uma irrupção de entusiasmo, como em Moçambique no dia da independência, mas uma cortina de fogo antiaérea, destinada aos aviões do Zaire, no caso de que tentassem sobrevoar a praça.

O presidente zaireense, Mobutu Sese Seko, não mandou sua aviação, mas a repercussão dos tiros foi muito mais além da praça e de Angola mesmo. Um avião português que se aproximava de Luanda, com delegados de partidos populares e progressistas convidados para a festa da independência, não aterrissou, depois de receber uma ordem confusa segundo a qual Luanda estaria sendo bombardeada. Só em Lisboa souberam que as balas eram para os inimigos e não para os amigos.

Mas o clima festivo não fez o povo esquecer que a guerra estava às portas de Luanda. Os combatentes que desfilavam sob um aplauso unânime, e também com as lágrimas de milhares de mães, irmãos e filhos dos que tinham caído em combate, mostravam nas botas a lama da represa de Kifangondo e nas duras fisionomias a tensão de um momento decisivo.

Mas Luanda estava a salvo. E com isso, se consolidava a independência de Angola e da África. O mundo progressista ganhava um aliado de extraordinário valor político, ideológico e estratégico, no ponto crucial da linha de frente de uma África Austral na qual se trava a última batalha da libertação do continente negro. ■



Momento histórico: os últimos efetivos portugueses deixam Angola

Explosão de alegria

Beatriz Bissio

Sabe, esta chuva pressagia felicidade. Também em Moçambique choveu no dia da independência. O povo diz que é uma mensagem dos nossos mortos", nos comenta uma jovem militante do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).

Para outros, a chuva simboliza as lágrimas dos colonialistas que não se resignam à perda irreparável de uma Angola tão rica. Presságio ou não, essas gotas são o batismo de uma jovem nação, cujo nascimento pôs fim a 500 anos de colonialismo português na África.

Acabávamos de desembarcar em Luanda, no dia 10 de novembro de 1975, às vésperas da independência de Angola e um mês e meio depois de havermos partido. Já no aeroporto era visível a diferença. Um enorme cartaz de Agostinho Neto, bandeiras do MPLA e uma sala repleta de delegações estrangeiras demonstravam um absoluto controle das forças populares num aeroporto que estava, até então, sob a direção portuguesa. A limpeza e a tranquilidade dos amplos corredores haviam deixado para trás as angústias e tensões dos meses que durou a ponte aérea para Lisboa, com a retirada maciça dos portugueses.

Pela manhã, muito cedo ainda, apreciando pela última vez a bandeira portuguesa no mastro da importante fortaleza que domina a Baía de Luanda, a população se dirigia a seus trabalhos. A mudança é radical: neste último mês e meio, a cidade "portuguesa" havia se transformado em uma urbe completamente africana, com o êxodo maciço da população

Apesar dos combates encarniçados a 30 km de distância da capital, da falta de água e de comida, o povo deu-se as mãos para comemorar a independência de seu território, recebendo a chuva que caía como um sinal de boa sorte

branca e a afluência à zona asfaltada da população negra, antes confinada nas ruelas de terra batida dos *musseques* (favelas).

Em lugar das antigas estátuas portuguesas, que o povo arrancou de seus lugares, os austeros pedestais ostentam hoje os símbolos do MPLA. Também os nomes das ruas começam a mudar e os heróis do império lusitano são progressivamente substituídos pelos comandantes mortos durante os 14 anos de luta pela libertação.

Clima de festa— O povo vive um clima de festa de alegria. Delegações estrangeiras haviam começado a chegar três ou quatro dias antes, preconizando um importante reconhecimento internacional ao governo do MPLA. Centenas de jornalistas de todas as partes do mundo — muitos deles amigos do MPLA desde os primeiros tempos — espalhavam-se pelos diversos hotéis.

O clima de festa não refletia, porém, alienação. O frente norte estava a somente 30 quilômetros da cidade e o povo seguia atento o desenrolar da luta. Internamente, a vigilância se acentuava na medida em que se aproximava a data da independência. "Há apenas 14 anos só os sonhadores tinham a convicção de que seríamos dirigidos por um presidente angolano e

AS GRANDES REPORTAGENS

hoje, estamos às vésperas de que isso se torne uma realidade. Por que havíamos de estar pessimistas hoje? A luta continua, porém a vitória é certa”, nos dizia uma militante dos velhos tempos, citando o lema do MPLA. Era um fato palpável que o povo sentia confiança em sua vitória e que, a partir disso, qualquer sacrifício era válido.

Nem uma só queixa ouvimos quando chegava ao fim o quarto dia de falta de água na cidade. O povo estava muito acima dessas vicissitudes. Nenhuma menção, tampouco, à escassez de alimentos. A cidade se compenetrava do clima bélico e as restrições naturais de uma guerra eram aceitas normalmente.

Partem os soldados portugueses – Um momento particularmente emocionante daquele 10 de novembro foi a despedida dos últimos soldados portugueses. Primeiro deram um longo passeio pelas ruas de Luanda, com os braços erguidos, num adeus definitivo e emocionante à última colônia de Portugal na África. Logo depois, já na ilha de Luanda, posaram para as objetivas dos fotógrafos de várias nacionalidades e receberam aqueles que os substituiriam a partir de então: os membros das Forças Populares de Libertação de Angola (Fapla).

Esses soldados tinham a exata noção de que o seu embarque, o do último contingente português em terras africanas, era o fim de cinco séculos de colonialismo. “Enquanto estivermos aqui, fizemos o possível para ajudar no processo de descolonização”, comentava um deles que se despedia de um amor angolano que não poderia levar com ele. Não nos ocultou, também, o seu desgosto por outros que, integrados hoje nas fileiras de mercenários ou atuando nos setores de direita dentro de Portugal, voltaram a sua frustração diante de uma realidade irreversível destruindo instalações de edifícios públicos de Luanda, sabotando o próprio Hospital Militar e destruindo equipamentos que hoje seriam vitais para a população angolana e para as dezenas de feridos que diariamente chegam das frentes de batalha.

Nasce a nação angolana – Quando caía a tarde do último dia de colonialismo, notava-se no ânimo de muitos a angústia da incerteza: seria o MPLA realmente capaz de declarar a independência com o controle absoluto da situação?

Apesar de tudo, o povo se dirigia organizadamente para o Largo 1º de Maio, situado no centro de Luanda, onde se realizariam as solenidades e as festas. O programa era cumprido normalmente e os tão alardeados bombardeios da cidade não se concretizavam.

Nos bairros periféricos da capital ou em zonas do interior, que não dispunham de meios de transporte para alcançar o local das solenidades, foram colocados alto-falantes e estrados com mastros de bandeira para que a proclamação da independência fosse realizada em cada um desses locais.

No Largo 1º de Maio, os lugares começavam a escassear. Poucos minutos depois da meia-noite os primeiros combatentes, armados de catanas – símbolo da primeira etapa da luta – acenderam a “chama eterna”, enquanto Agostinho Neto chegava ao palanque oficial em meio a grandes aclamações da multidão que se espalhava pela imensa praça.

Milhares de tiros lançados ao ar pelas Fapla, gritos de júbilo, abraços, canções e lágrimas estremeram o coração de todos os que ali se comprimiam. Um minuto de silêncio pedido pelo presidente em memória dos mortos pela liberdade e pela independência foi o mais sentido tributo a todos os companheiros ausentes e que não mais podiam viver aqueles dramáticos e emocionantes momentos. Muitas de suas esposas e mães choravam e eram amparadas por pessoas amigas.

A República Popular de Angola nascia marcada pelo júbilo popular, pela unidade de combate aos inimigos e pelo sacrifício comum coletivo que os engrandecia sobremaneira.

As celebrações tiveram seu ponto culminante às 11 horas do dia 11, quando a Câmara Municipal – e Lúcio Lara, em nome do Burô Político do MPLA – investiu Agostinho Neto como primeiro presidente constitucional da República Popular de Angola, e mais de vinte nações reconheciam o novo Estado e seu governo.

Nessa tarde, no desfile popular pela Avenida do Catete, novas emoções nos aguardavam. A maior delas quando as Fapla saudaram o presidente Neto. Porque, daquela vez, não se tratava de um desfile tradicional. As forças que ali marchavam estavam mobilizadas e haviam combatido horas antes na frente de batalha, a poucos quilômetros. Dali, voltariam para o combate, o que acentuava a densidade histórica da independência arduamente conquistada por Angola. ■



Os “pioneiros” tiveram um importante papel na guerra de libertação

Os primeiros passos

Uma independência proclamada ao som do trovejar da artilharia inimiga, que procura impedir o caminho buscado por milhões de homens e mulheres recém-libertados dos grilhões de séculos de colonialismo

Josué Guimarães*

Em meio à euforia da multidão que se comprimia no Largo de 1º de Maio, ao aproximar-se a zero hora do dia 11, tínhamos ainda na lembrança a enfermaria principal do arruinado Hospital Militar de Luanda, onde soldados jaziam em camas sem lençol e nem cobertas, na sua maioria atingidos por obuzes e granadas.

Quando o grande momento chegou, ao ser hasteada no mastro principal a nova bandeira da República Popular de Angola, vários daqueles rapazes morriam levando no coração o firme desejo de curar as horrendas feridas e retornar à frente de batalha, cerca de 25 quilômetros de onde estávamos.

O presidente Agostinho Neto, com voz firme e serena, iniciou o histórico ato dizendo: "Em nome do povo angolano, o Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama solenemente, perante a África e o mundo, a independência de Angola."

"Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do povo angolano contra a dominação colonial portuguesa. O longo caminho percorrido representa a história heróica de um povo que, sob a orientação unitária e correta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater o colonialismo (...)."

"Angola é um país subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e conseqüências deste fato. Os índices tradicionalmente usados

para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem profunda da miséria do nosso povo. Mas dizer que o nosso país é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um país explorado pelo imperialismo. Estes dois componentes conjugados — o subdesenvolvimento e a dependência — explicam porque a economia angolana é tão profundamente distorcida, com um setor dito 'tradicional', ao lado do setor de ponta e regiões retardatárias cercando os chamados 'pólos de desenvolvimento'."

Mudar as estruturas—E acrescentou: "(...)Nesse momento solene, o MPLA afirma seu firme propósito de mudar radicalmente as estruturas, definindo desde já que o objetivo da reconstrução econômica será a satisfação das necessidades do povo."

Sua histórica proclamação, interrompida constantemente pelo entusiasmo da grande massa presente àquela memorável madrugada do dia 11 de novembro de 1975, foi encerrada com as seguintes palavras:

"A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abençoado amor do povo angolano. Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a resistência popular generalizada e construiremos o nosso Estado Democrático e Popular. Honra ao povo angolano. Glória eterna aos nossos heróis. A luta continua — a vitória é certa."

* Josué Guimarães (1921-1986), contista, cronista, jornalista e radialista, escreveu entre outros romances "A Ferro e fogo: tempo de solidão", "A ferro e fogo: tempo de guerra" e "Enquanto a noite não chega"



Ecologia e desenvolvimento planta verde para colher ouro, prata e bronze



A semente lançada pela Editora Terceiro Mundo em março de 1991, dá ótimos frutos no VII Festival Internacional de Turismo e Ecologia (Fiptur). Neste concurso, a revista *Ecologia e Desenvolvimento* colheu o primeiro (ouro), o segundo (prata) e o terceiro (bronze) lugares na categoria de reportagem sobre ecologia em jornais e revistas, disputando com mais de 50 veículos de comunicação. Agradecemos não só aos organizadores do evento como também aos nossos leitores e anunciantes.

Os frutos são de todos nós.

*Depoimento
março 1991*

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE